



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades

Yago Marinho Aquino do Nascimento

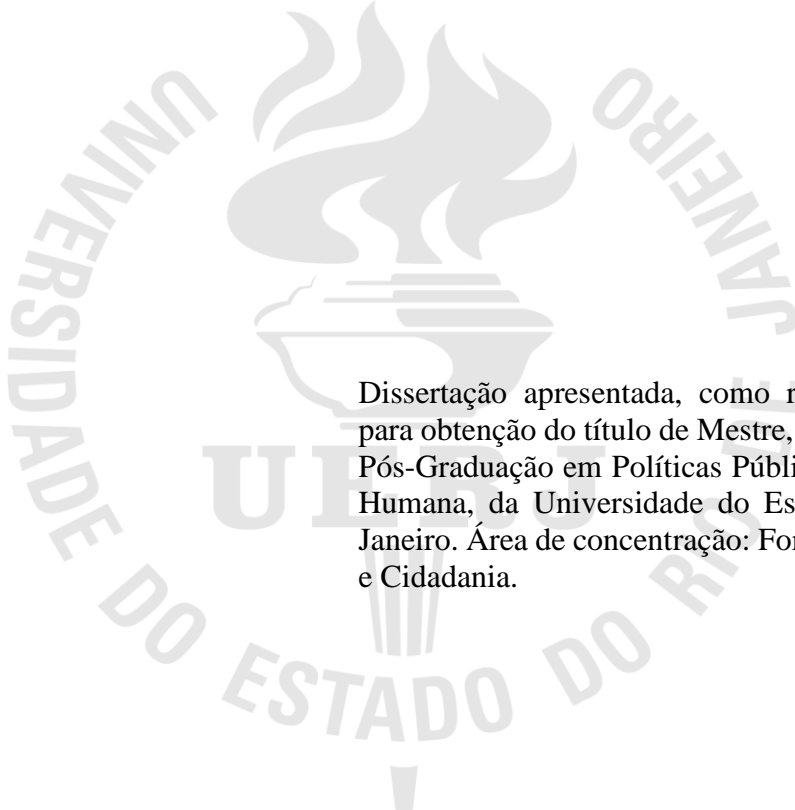
**“Não vou parar”: (r)existências contra a LGBTI+fobia na formação
docente em um Instituto Federal (IF)**

Rio de Janeiro

2023

Yago Marinho Aquino do Nascimento

“Não vou parar”: (r)existências contra a LGBTI+fobia na formação docente em um Instituto Federal (IF)



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Formação Humana e Cidadania.

Orientadora: Prof.^a Dra. Giovanna Marafon

Rio de Janeiro

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

N244 Nascimento, Yago Marinho Aquino do
“Não vou parar”: (r)existências contra a LGBTI+fobia na formação docente em
um Instituto Federal / Yago Marinho Aquino do Nascimento. – 2023.
143 f.

Orientadora: Giovanna Marafon.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Centro de Educação e Humanidades.

1. Educação – Teses 2. Formação de professores – Teses. 3. Minorias
Sexuais e de Gênero – Teses I. Marafon, Giovanna. II. Universidade do Estado
do Rio de Janeiro. Centro de Educação e Humanidades. III. Título.

br

CDU 37

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Yago Marinho Aquino do Nascimento

“Não vou parar”: (r)existências contra a LGBTI+fobia na formação docente em um Instituto Federal (IF)

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 28 de novembro de 2023.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a. Giovanna Marafon (Orientadora)

Faculdade de Educação - UERJ

Prof.^a Dr.^a. Laila Maria Domith Vicente

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Prof.^a Dr.^a. Teresa Paula Nico Rego Gonçalves

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Rio de Janeiro

2023

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à todas as pessoas LGBTI+, tanto as que hoje lutam, quanto as que tombaram por conta da LGBTI+fobia, e para a geração que ainda virá. Desejo que este trabalho possa contribuir também para uma formação docente não-opressora, possibilitando que futuras/futuros professoras/professores possam ser agentes na luta contra os preconceitos.

AGRADECIMENTOS

Ao Yago da juventude que ainda não entendia muito o que se passava com ele, mas que com certeza teria orgulho da caminhada que trilhamos.

Ao Grupo de Pesquisa e Estudos em Feminismos, relações raciais, deficiência e outras dissidências (GIRA), que contribuiu demais para o processo de desconstrução, me mostrando outros tipos de leituras, autoras/autores e perspectivas de escrita no fazer ciência da universidade.

De igual modo, agradeço a acolhida e aprendizados compartilhados nos encontros do grupo de orientação. Sem vocês seria muito difícil ter chegado até aqui.

Agradeço demais, em especial, a minha orientadora Professora Doutora Giovanna Marafon por ter me dado a oportunidade de chegar ao grupo e acessar outras maneiras de enxergar o processo corrido e complexo que envolve o Mestrado. Sem sua atenção e paciência com certeza o trabalho não estaria do jeito que está. Suas contribuições me fizeram um sujeito-pesquisador melhor.

Agradeço às amigas feitas ao longo desse processo, em especial a Danielle Monteiro e Juliana Costa que acompanharam de perto o desenvolvimento deste trabalho, desde o início, sendo afetuosas, atenciosas, parceiras e boas ouvintes (só quem sabe, sabe).

Agradeço as professoras e pesquisadoras trans/travestis Megg Rayara e Sara Wagner York por me ensinarem tanto nesses dois anos seja com seus trabalhos ou seus posts em redes sociais.

Não poderia deixar de mencionar minhas/meus amigas/amigos de longa data, que vêm antes deste processo todo, que sempre me acompanham – mesmo que à distância – e foram sujeitas/sujeitos fundamentais para o meu entendimento enquanto pessoa LGBTI+.

Agradeço à minha família por sempre me apoiar nos estudos, em especial, a minha mãe – sem ela e seu empenho talvez não teria chegado e nem concluído a Pós-Graduação. Espero que com esse trabalho possamos nos aproximar mais e, quem sabe, possamos desconstruir nossos preconceitos.

Ao meu avô Clodoaldo Marinho, em memória, que sempre foi amoroso comigo e com meu irmão e sentiria muito orgulho de ver aonde chegamos.

À todas/todos LGBTI+ que lutam ou lutaram em favor de um mundo onde possamos viver, ser e amar quem quisermos. Vocês são inspiradoras/inspiradores!

À toda comunidade bissexual que infelizmente ainda sofre preconceito tanto por parcela das pessoas heterossexuais quanto em parte pela comunidade LGTI+ que não conseguem entender e respeitar a existência de pessoas não-monossexuais, sempre tentando nos enquadrar em suas expectativas, mas nós seguimos (r)existindo.

À todas as autoras/autores e professoras/professores que tive contato ao longo do processo de fazer pesquisa.

À banca examinadora que se disponibilizou em estar na qualificação e agora, nesta etapa final, na defesa da dissertação.

Ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, aos seus funcionários e docentes – obrigado pelos ensinamentos. Estendo o agradecimento a Universidade do Estado do Rio de Janeiro pela contribuição científica e educacional que promove a nossa sociedade.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia campus Duque de Caxias, em especial à professora Gabriela Salomão Alves Pinho e às/aos discentes que contribuíram imensamente com o trabalho e foram super atenciosas/atenciosos e generosas/generosos com este pesquisador que aqui escreve.

Não posso deixar de agradecer a minha psicóloga, minha psiquiatra e a minha força de vontade que me fizeram continuar neste processo e não desistir.

À cantora sergipana, mãe e mulher trans/travesti Isis Broken pela inspiração que me fez chegar ao título da dissertação. Aproveito para agradecer também ao Professor Doutor Thiago Ranniery por ter me apresentado a essa diva!

Por fim, agradeço a minha fé em Deus, nas deusas, no Universo, nas/nos Santas/Santos, nas/nos Orixás e o que mais seja possível crer, pois acho que tudo me fez chegar até aqui. Sem fé e perseverança acho que não teria conseguido almejar o título de Mestre em Políticas Públicas e Formação Humana.

Não te rendas, ainda estás a tempo de alcançar e começar de novo, aceitar as tuas
sombras enterrar os teus medos, largar o lastro, retomar o voo.

Mario Benedetti

RESUMO

NASCIMENTO, Yago Marinho Aquino. “*Não vou parar*”: (r)existências contra a LGBTI+fobia na formação docente em um Instituto Federal (IF). 2023. 143 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

Esta dissertação objetiva discutir a formação docente em gênero e sexualidade, com enfoque no combate à LGBTI+fobia, através das experiências da professora responsável e discentes em um curso de formação docente de uma instituição federal de ensino. O Brasil ainda é um país extremamente desigual e preconceituoso com pessoas LGBTI+ e, por isso, é de grande valia um trabalho que se debruce a discutir essa opressão na formação inicial de professoras/professores. Utilizando da problematização como instrumento de análise, pretendo: compreender como se dão as (r)existências contra a LGBTI+fobia na formação docente e dentro do próprio curso superior da instituição e analisar como as opressões de gênero e sexualidade agem na produção de subjetividades. A pesquisa pretende compreender o que pode uma disciplina de gênero e sexualidade em um curso de formação de professoras/professores com relação à produção de (r)existências contra a LGBTI+fobia e como se produzem estratégias para enfrentar preconceitos e violências que rompem com a perpetuação da cisheteronormatividade branca. Como ferramenta metodológica, o presente trabalho utilizou cartas como instrumentos tanto para resgatar memórias quanto dialogar com as/os sujeitos da pesquisa, lançando-se ao desafio de propor uma nova forma de comunicar (n)a pesquisa, que pense a escrita como método ao longo da construção da presente dissertação.

Palavras-chave: LGBTI+fobia. Gênero e Sexualidade. Formação docente. Cartas.

ABSTRACT

NASCIMENTO, Yago Marinho Aquino. *“I won’t stop”*: (r)existences against LGBTI+phobia in teacher training at an Instituto Federal (IF). 2023. 143 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

This dissertation aims to discuss teacher training in gender and sexuality, with a focus on combating LGBTI+phobia, through the experiences of the responsible teacher and students in a teacher training course at a federal educational institution. Brazil is still an extremely unequal and prejudiced country towards LGBTI+ people and, therefore, work that focuses on discussing this oppression in the initial training of teachers is of great value. Using problematization as an instrument of analysis, I intend to: understand how (r)existences against LGBTI+phobia occur in teacher training and within the institution's higher education course itself and analyze how gender and sexuality oppressions act in the production of subjectivities. The research aims to understand what a gender and sexuality discipline in a teacher training course can do in relation to the production of (r)existences against LGBTI+phobia and how strategies are produced to face prejudices and violence that break with the perpetuation of white cisheteronormativity. As a methodological tool, the present work used letters as instruments both to recover memories and to dialogue with the research subjects, taking on the challenge of proposing a new way of communicating (in)research, which considers writing as a method to throughout the construction of this dissertation.

Keywords: LGBTI+phobia. Gender and Sexuality. Teacher training. Letters.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	11
1	O QUE JUSTIFICA ESTE TRABALHO?.....	22
1.1	O que tem sido discutido no campo de gênero e sexualidade para a formação docente?	28
2	OBJETIVOS.....	43
2.1	Objetivo Geral.....	43
2.2	Objetivos Específicos.....	43
3	LGBTI+FOBIA E O SISTEMA: DA MARGINALIDADE ÀS (R)EXISTÊNCIAS.....	44
4	CAMINHOS METODOLÓGICOS INICIAIS.....	48
4.1	Cartas como recurso de resgate das memórias.....	52
4.2	Cartas como procedimento da pesquisa de campo.....	54
5	ENTRE PASSADO E PRESENTE: VIVÊNCIAS DE UM ESTUDANTE LGBTI+.....	64
6	AS MARCAS DE ESCOLARIZAÇÃO E A PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES LGBTI.....	73
7	O QUE DIZEM OS DOCUMENTOS?	76
7.1	O Projeto Pedagógico de Curso (PPC)	76
7.2	A Lei nº 11892/2008.....	79
7.3	A Resolução nº 02/2015.....	81
8	A PERCEPÇÃO DA DOCENTE SOBRE A DISCIPLINA.....	84
9	GÊNERO E SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: AS EXPERIÊNCIAS DE DISCENTES DO CAMPUS DO IFRJ.....	94
9.1	As/Os sujeitas/sujeitos da pesquisa.....	94
9.2	Como se deram as trocas das cartas.....	97
9.3	A formação docente e a produção de subjetividades.....	98
9.4	LGBTI+fobia e racismo: a interseccionalidade na disciplina GSFP.....	114
9.5	Estratégias em GSFP para o combate à LGBTI+fobia.....	121

10	O QUE PODE UMA DISCIPLINA DE GÊNERO E SEXUALIDADE QUANTO AO COMBATE À LGBTI+FOBIA?	126
	(IN)CONCLUSÕES.....	131
	REFERÊNCIAS.....	134
	GLOSSÁRIO.....	139
	APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido enviado às/aos discentes.....	140
	APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido enviado à docente.....	142

INTRODUÇÃO¹

Quando faço um exercício de busca nas minhas memórias de estudante² da Educação Básica, algo chama a atenção: sempre, ou na maioria das vezes, fui tido como aluno exemplar e dedicado, acredito que era uma forma de reprimir as inquietudes que tinha dentro de mim para não chamar muito a atenção dos demais e me tornar o foco. Hoje, no mestrado, após ter lido a autora Megg Rayara Gomes de Oliveira (2020)³, percebo que esse rótulo de “bom aluno” se trata de um processo que envolve muitas subjetividades, controles e tentativas de parecer outra pessoa. Entendo que essa atitude também se manifestava no boletim, nesse aspecto, era “[...] a materialização de uma encenação constante, era a prova que o ajustamento proposto pela escola estava funcionando.” (OLIVEIRA, 2020, p. 31). Não precisava me preocupar com mais nada, era só seguir a cartilha do que a escola e todos ao redor consideravam como bom aluno e ocultar o que aprendi, que eram os “pecados” que sondavam a minha mente. Naquela época, acreditava que a definição de um bom aluno era aquela que se comprometia com os estudos, tirava boas notas, tinha um bom comportamento e seguia com todas as regras institucionais impostas, de preferência sem questioná-las e não fugindo desse padrão qualitativo que também significava seguir as normas cisheterossexuais compartilhadas pela perspectiva cristã que atravessava a educação que recebi. Com o passar do tempo, no processo de desconstrução que relatarei mais a frente, entendo que essa perspectiva foi e ainda é utilizada como instrumento para silenciar subjetividades tomadas como desviantes, objetivando reconduzir todas/todos a uma dita “normalidade” escolar/acadêmica e, portanto, homogeneizando-as/os a partir de um modelo do que é ser uma/um boa/bom aluna/aluno.

¹ O trecho que dá título à essa dissertação, “Não vou parar”, foi retirado da música “Assassina Sideral” da cantora travesti sergipana Isis Broken. Link de acesso para a música: <https://www.youtube.com/watch?v=RoUEk30aAM>

² Ao longo da escrita, quando utilizo a forma binária de gênero, faço-o para demarcar que este também é um lugar político. Acredito que apresentando palavras no feminino e no masculino, com o gênero feminino vindo na frente, é uma possibilidade de mostrar que a academia e a produção científicas não são feitas apenas por homens. Entendo que essa forma ainda exclui uma parte das pessoas, como as trans e/ou não-binárias. Descolonizar a escrita já é um passo para o enfrentamento do cissexismo presente no ambiente acadêmico. Me inspiro nessa forma de escrever a partir da obra *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*, da autora Grada Kilomba (2019). Além disso, em alguns momentos ao longo do texto, recorri ao uso de uma linguagem inclusiva, optando por palavras que não apresentam demarcação de gênero, como feito aqui com “estudante”.

³ Inspirado também por Megg Rayara Gomes de Oliveira, neste trabalho apresentarei o nome completo das/dos autoras/autores com quem estabeleço um diálogo sempre que for a primeira aparição da autoria ao longo do texto. Faço isso como um gesto ético-político frente a uma academia que se utiliza geralmente do sobrenome herdado da família paterna e, com isso, apaga as produções científicas das autoras dando a impressão de que apenas homens, brancos, cisheterossexuais produzem pesquisa.

Após ter passado por um curso de formação docente e estar pesquisando dentro da área de Gênero e Sexualidade, percebo que essa perspectiva de ser um “bom” ou “mau” aluno vem de um lugar de controle e vigilância dos corpos e das subjetividades. Hoje acredito que ser uma/um boa/bom estudante inclusive é questionar o *status quo* vigente e as regras que são impostas. É preciso ir muito além das capacidades cognitivas da escrita e do raciocínio lógico-matemático. Precisamos fomentar uma Educação crítica que reflita sobre a realidade social que nos rodeia.

Ao falar sobre Educação crítica, me embaso na perspectiva de crítica apresentada pelo filósofo francês Michel Foucault (1990) que aponta para espécies de paradigmas de não aceitar ser governado, ou melhor dizendo, é ser questionador, é sempre colocar sob uma perspectiva reflexiva o que uma autoridade está falando. Isso inclui, no nosso caso, não acreditar *a priori*, naquilo que está sendo dito por uma/um docente somente pelo cargo que ela/ele ocupa ou pela adequação a valores e normas sociais dominantes. É necessário primeiro analisar se aquilo que está sendo dito faz sentido para você e tem embasamento na realidade que está no seu entorno. É importante que nossas escolas contribuam para desenvolver essa perspectiva crítica junto a tudo o que ensinam a alunas/alunos, para que se tornem sujeitos/sujeitas que consigam se posicionar frente às questões sociais vigentes em suas realidades e questionar o que está dado como normal.

Antes do Ensino Médio, a minha subjetividade era formatada e constituída através da vivência em uma família católica e conservadora e por ambientes escolares extremamente focados em preceitos religiosos. Cresci num ambiente familiar no qual a cisheteronormatividade sempre foi a regra. Isso se dava desde o modo esperado de falar até o modo de andar, agir e se sentar. Homem masculino, mulher feminina. Não havia possibilidades fora desses papéis binários do sistema sexo-gênero. Além disso, esse lar tolhia muitos questionamentos, fomentava preconceitos e não havia o menor pudor em proferir discursos racistas e LGBTI+fóbicos quando todas/todos estavam sentadas/sentados à mesa ou reunidas/reunidos no sofá da sala – isso mesmo o meu pai sendo um homem negro, estando ele ausente ou presente, que também reproduzia essas “brincadeiras”. Hoje entendo que se tratava de LGBTI+fobia recreativa e racismo recreativo.

Passei grande parte da minha vida seguindo o roteiro de expectativa familiar que fora a mim apresentado, fomentado e imposto. A relação entre ser um bom filho e ser um bom aluno era muito próxima, basicamente o que mudava eram os ambientes institucionais (família e escola, respectivamente). Até o fim do meu Ensino Fundamental, passando por instituições escolares católicas, tendo feito catequese em uma delas inclusive, eu seguia à risca esse *script*

que começou a mudar com a minha chegada ao Ensino Médio, quando fui estudar na FAETEC (Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro).

Guacira Lopes Louro (2003) aponta que existem marcas de escolarização, presentes nos sujeitos, que ajudam a “detectar” quem são e de onde vem sua formação, ou seja, essas marcas compõem as subjetividades desses/dessas sujeitos/sujeitas. Os corpos LGBTI+⁴ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexos e demais dissidentes da norma cisheterossexual) acionam um alerta social que indica que é sempre bom observá-las/os, pois representam uma ameaça ao que já está posto, a cisheteronormatividade como padrão e regra a partir da qual tudo é avaliado e julgado.

Passei três anos na FAETEC e, por volta de março no ano de 2014, veio o resultado que havia sido aprovado para cursar Química em um curso superior público numa instituição federal, na modalidade Licenciatura, em um território estranho para mim que vivo na cidade do Rio de Janeiro. Iniciei minha trajetória acadêmica no curso de Licenciatura em Química (LQ) em novembro daquele ano, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - *campus* Duque de Caxias (IFRJ - CDuC), na Baixada Fluminense. Passei 5 anos nessa instituição e ter me formado na Licenciatura em Química no IFRJ – CDuC foi um fator decisivo que me trouxe até aqui, no mestrado.

Ao longo da graduação, fui convidado, durante o curso de algumas disciplinas, diversas vezes, a pensar qual era o papel social, pedagógico e político de um professor numa sociedade tão desigual como o Brasil. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) se propõe a oferecer uma formação humana e pedagógica, além das disciplinas específicas do ramo da Química.

Um dos momentos de profunda reflexão e compreensão tanto da prática docente quanto das sexualidades foi quando me matriculei na disciplina “Gênero e Sexualidade na Formação de Professores” (GSFP). A busca por aquele componente curricular eletivo se deu mais por uma questão de interesse pessoal, já que no Ensino Médio entendi que era uma pessoa bissexual e desejava me aprofundar nessa discussão na formação docente pois, além de ter uma proximidade com a professora que ministrava a disciplina, comecei a perceber que havia um

⁴ Ao longo da dissertação faço uso dessa sigla a partir de uma escolha política advinda do uso corriqueiro da sigla LGBTI+ pelos movimentos sociais ligados à luta por direitos dessa população. Quando me referir à opressão sofrida por essas pessoas, utilizo o termo LGBTI+fobia no lugar de homofobia por acreditar que LGBTI+fobia é mais abrangente do que homofobia, um termo ainda limitante para explicitar todas as questões específicas e gerais que acometem a diversidade de pessoas situadas fora da norma cisheterossexual e que fazem parte desse grupo. Qualquer outra sigla utilizada por outras/outras autoras/autores, com quem dialogo, para falar desse conjunto de pessoas foi mantido na forma originalmente referenciada.

grande potencial de discutir formação de professoras/professores com as contribuições que os estudos de Gênero e Sexualidade poderiam trazer, conforme as aulas foram acontecendo.

Conforme apontado por Louro (2003), nossa atuação enquanto docentes requer uma atenção maior ao modo como lidamos com os conteúdos a serem trabalhados, além de exigir uma maior criticidade com o uso da linguagem utilizada em sala de aula para que seja possível perceber se nas escolhas das palavras estamos reproduzindo preconceitos, machismo, racismo, LGBTI+fobia e outras formas de opressões.

Discussões sobre o que é gênero, o que é sexualidade, qual a importância de se discutir tais aspectos dentro de uma aula (seja de Química ou de qualquer outro componente curricular) e a atuação docente frente a essas discussões foram algumas das questões debatidas ao longo da disciplina. Entretanto, não me recordo de ter estudado de forma mais aprofundada o que viria a ser a LGBTI+fobia, como ela se apresenta e como nós poderíamos combatê-la dentro das instituições escolares. Portanto, com a pesquisa, quero entender: o que pode uma disciplina de Gênero e Sexualidade no combate a LGBTI+fobia? Qual o papel do componente curricular GSFP na formação docente e qual perspectiva de formação está imbuída na formação docente do IFRJ – CDuC?

Passado algum tempo, depois de já ter cursado essa disciplina, no dia 22 de fevereiro de 2017, durante um Colegiado de Curso, a Resolução número 02/2015, de 1ª de julho de 2015, do Conselho Nacional de Educação (CNE) foi debatida pois existia um tempo curto para se adequar ao que era proposto. A resolução versava sobre mudança curricular nos cursos de Licenciatura através da definição das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica, esse material será melhor analisado posteriormente. No capítulo V desse documento intitulado: “Da formação inicial do magistério da Educação Básica em Nível Superior: estrutura e currículo”, em seu artigo 13º no §2º diz que:

Os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, **DIVERSIDADES ÉTNICO-RACIAIS, DE GÊNERO, SEXUAL**, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. (BRASIL, 2015, p. 11, grifo nosso).

A partir dessa proposição nacional e da discussão local, foram aprovados quatro novos componentes curriculares obrigatórios para o curso de Licenciatura em Química do IFRJ

campus Duque de Caxias, são eles: Educação em Direitos Humanos, **Gênero e Sexualidade na Formação de Professores**, Inclusão em Educação e Metodologia da Pesquisa. Essas disciplinas já integravam o currículo da Licenciatura em Química da instituição, mas estavam presentes na modalidade optativa e, a partir dali, teríamos essas unidades curriculares compondo o ementário de disciplinas obrigatórias do curso, logo, e presente na formação de todas/todos licenciandas/licenciandos que fizessem sua formação inicial naquele *campus*.

Essa resolução foi importante para a construção da disciplina “Gênero e Sexualidade na Formação de Professores”. Ao dialogar com a idealizadora e docente que se tornou responsável pelo componente curricular, professora Gabriela Salomão Alves Pinho, ela me explicou que a Resolução de 2015 do CNE contribuiu muito para que ela tivesse o desejo de ofertar a disciplina no curso de Licenciatura em Química do IFRJ – CDuC, pois a própria professora já tinha interesse na temática e compunha o Grupo de estudos e pesquisas subjetividades e instituições em dobra (GEPSID, da UERJ) e, na época da disciplina, estava desenvolvendo uma pesquisa sobre gênero, sexualidade e paternidade com os jovens em cumprimento de medida socioeducativa no Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE).

No site institucional do IFRJ, o ementário – atualizado em fevereiro de 2021 – informa as discussões que serão abordadas na disciplina Gênero e Sexualidade na Formação de Professores: “Corpo, Gênero e Sexualidade nos cotidianos escolares; Gênero, saúde sexual e reprodutiva; Heteronormatividade, preconceitos e diversidade sexual.” (IFRJ *CAMPUS DUQUE DE CAXIAS*, 2021). Logo abaixo vem o objetivo geral dessa unidade curricular:

Formação e reflexão sobre gênero e sexualidade no cotidiano das ações docentes, fomentando o protagonismo do professor para uma educação cuja prática pedagógica esteja atrelada ao respeito à diversidade, com vista a uma intervenção coerente e consistente destes na temática proposta. (IFRJ - *CAMPUS DUQUE DE CAXIAS*, 2021).

As primeiras turmas eram compostas por um número grande de discentes do curso e, conforme foram se dando as aulas, a docente percebeu o quanto esse assunto era fragilizado na formação, pois a ideia do que é Gênero e Sexualidade, suas diferenças e a importância da compreensão dessas categorias na construção das subjetividades, era completamente inexistente ou muito básica e estereotipada.

A importância que percebo dessa disciplina no curso de formação docente se dá por conta do processo de desconstrução e reflexão sobre a prática profissional além de pensar o que ocorre no espaço de atuação profissional de docentes, considerando gênero e sexualidade. A escola, por ser uma instituição presente em uma sociedade cisheteronormativa, age para

controlar corpos e subjetividades considerados desviantes, por serem dissidentes dessa norma, além também de agir na dimensão produtiva, incitando a agir de determinada maneira, como por exemplo, maneiras de cumprir com a cisheteronormatividade.

Além disso, uma/um professora/professor que tenha conhecimento e formação em gênero e sexualidade poderá compartilhar esse conhecimento com estudantes e demais partícipes da comunidade escolar, atuando como agente de desconstrução de preconceitos e tornando aquele ambiente mais aberto às diversidades de gêneros e sexualidades que venham apresentar-se ali ou simplesmente contribuindo para que possam existir no espaço escolar.

Hoje em dia, olhando como um aluno egresso, tenho esse desejo de pesquisa por saber qual a compreensão sobre LGBTI+fobia e quais ferramentas conceituais essa disciplina pode ofertar para o combate a essa opressão, além de entender se essa problemática estava presente ou, ainda, se passou a se fazer presente nos anseios que levaram à elaboração da disciplina GSFP.

Inclusive, atualmente, ainda mantenho relações com o IFRJ – CDuC atuando, como membro externo, no Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDS) do *campus*. Esse núcleo é um instrumento importante para o desenvolvimento de atividades que venham a sistematizar algumas questões (como a presença de opressões, tais quais como o sexismo, assédio, machismo, LGBTI+fobia e outras situações de violência que possam acontecer ou estejam acontecendo dentro do *campus*) e necessidades que surgem no cotidiano da instituição e que tenham relação com a atuação do núcleo. Ademais, além dessas ações, as/os membras/membros se reúnem virtualmente para estudar materiais, como artigos, textos, manuais, vídeos, que subsidiem as necessidades de aprendizado do núcleo e ajudem a compreender determinada situação que está ocorrendo a nível local ou que pode ser um assunto sugerido por alguma das pessoas que compõem esse grupo. Na atual formação, o NUGEDS é composto por docentes do IFRJ – CDuC, maior parte das/dos membras/membros, por alguns discentes e um membro externo (no caso o autor da presente dissertação).

Infelizmente, enquanto fui aluno, não percebia um acolhimento ou uma divulgação maior das atividades do NUGEDS, exceto que em todo início de período que se apresentavam para as/os ingressantes da Licenciatura em Química. Com a atual coordenação do núcleo, composto por duas professoras de Língua Portuguesa, além do restante do grupo, percebo uma acolhida maior. Apesar de ainda não termos divulgado a possibilidade de participação de estudantes nas reuniões de estudo, temos entre as/os membras/membros estudantes da Graduação e do Ensino Médio-Técnico. Somos uma equipe aberta a acolher pessoas que tenham algo a contribuir para o desenvolvimento de uma instituição que se oponha a qualquer forma

de opressão de gênero e sexualidade, visando um bom convívio da comunidade que compõe o IFRJ – CDuC, contando com a ajuda de algumas/alguns estudantes.

Tenho a impressão de que na atual composição do núcleo, as/os membras/membros estão mais empenhadas/empenhados em realizar ações dentro da instituição, além de acolher aquelas/aqueles que tenham interesse em aprender ou se aprofundar nas discussões que envolvem gênero e sexualidade. Percebo isso de forma clara, por exemplo, quando consigo opinar e ser ouvido mesmo nas reuniões de planejamento de atividades em que não estarei presente na realização, bem como na receptividade das sugestões de materiais para estudos e posterior discussão deles.

Arrisco dizer que estar pesquisando gênero e sexualidade no mestrado foi um fator importante que contribuiu para a credibilidade que conquistei perante o grupo. Em algumas ocasiões, sou consultado sobre questões pertinentes ao campo em questão.

Percebo atualmente que a LGBTI+fobia esteve presente ao longo da minha vida enquanto indivíduo pertencente ao grupo LGBTI+. Compreender a LGBTI+fobia é entender como minhas experiências enquanto LGBTI+ se constituíram através da vivência em uma sociedade cisheteronormativa, pois minha subjetividade também foi produzida em relação aos mecanismos por meio dos quais essa opressão se realiza.

Esse entendimento veio mais tarde, com a vivência no mestrado, no grupo de orientação e no próprio processo acadêmico que é a qualificação do mestrado. Em diversos momentos na pós-graduação fui convidado a refletir sobre a minha realidade, inclusive como exercício de libertação subjetiva e no processo de feitura do texto da presente dissertação.

Destaco aqui um momento em que fui interpelado por uma membra da banca de qualificação do mestrado se eu estava pensando sobre essa relação conturbada que mantenho com a minha família, já que até hoje não cheguei a verbalizar a minha identidade em relação à orientação sexual que me conforma como sujeito. Através desse e de outros diálogos em momentos de orientação, entendi que abordar isso era necessário e resolvi que começaria a me libertar dessas amarras produzidas pela LGBTI+fobia que fazem parte da minha constituição subjetiva, tentando dialogar mais sobre esses aspectos no ambiente familiar, tentando mostrar porque certas falas, olhares e comportamentos contribuem para a perpetuação de práticas nocivas às pessoas LGBTI+ e as consequências que tais atos trazem para essa população. Entendi que para isso precisava romper com o silêncio e começar a me posicionar, sem mais esconder quem eu sou. É uma tarefa difícil e trago esse processo aqui nessa escrita, pois percebo que tem sido o melhor meio nesse processo de me permitir ser quem sou.

Quero me lançar a entender como essa opressão de gênero e sexualidade também configura quem as pessoas se tornam e, sendo assim, uma prática de combate à LGBTI+fobia é necessária para que possamos construir uma realidade onde pessoas que escapam à norma cisheterossexual também possam ser vistas como sujeitas de direitos e que seus espaços de afeto e de identificação precisam ser respeitados. É preciso que continuemos a debater essa opressão e suas consequências para rompermos com uma realidade de silenciamentos, agressões, medos e mortes. Precisamos mudar essa história!

Em 2021, ao concorrer a uma vaga de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a proposta inicial que apresentei para a orientadora era de realizar uma pesquisa que tinha como um dos seus focos principais: compreender como se dava a formação de licenciandas/licenciandos de Química nos estudos de Gênero e Sexualidade, buscando entender qual é o potencial dessa discussão para o seu fazer docente, se essas/esses estudantes vislumbram abordar tais temáticas em suas aulas, se conseguiam perceber alguma relação entre essas questões e os conteúdos específicos de Química. Ao longo da construção do meu problema de pesquisa, o pré-projeto foi se modificando e se delineando o presente trabalho, pois antes eram apenas temas de interesse. Minha atual proposta é que o enfoque esteja na disciplina GSPF e como ela pode contribuir no combate à LGBTI+fobia através de um alargamento da formação humana presente na formação docente.

Em reunião de orientação no grupo de pesquisa, a partir do que apresentei, colegas e orientadora me instigaram a pensar mais sobre LGBTI+fobia, para que ela pudesse aparecer no corpo do meu trabalho, que na época estava lotado de temas de interesse, mas sem um problema específico pois ainda não havia desenvolvido questões para explorar.

Ao ler um texto do autor francês Daniel Borrillo (2009) que abordava a “homofobia” (BORRILLO, 2009), apresentei algumas discordâncias com o texto. Tive ressalvas com a ideia de que homofóbicos são pessoas “enrustidas” e acredito que, para os dias atuais, trabalhar com a categoria homofobia é excludente e limitante pois não consegue dar conta de compreender as violências específicas, e ao mesmo tempo, amplas que cada sujeita/sujeito LGBTI+ sofre. Cada letra desse acrônimo apresenta especificidades que apenas o uso do termo homossexual, e da homofobia como violência correlata, não poderiam suprir.

A LGBTI+fobia seria um tema importante a se desenvolver no meu trabalho pois, ao apresentar para o grupo de orientação o meu pré-projeto, centrei minhas falas nas críticas que tinha com relação àquele texto do Borrillo.

Além disso, com a qualificação e depois dela, consegui perceber que a LGBTI+fobia também está presente na minha relação familiar. Dentro de casa, jamais pude ser totalmente o que era e uma parte importante constitutiva do sujeito que sou foi deixada de lado por mim, devido a essas opressões. O silêncio foi lugar de refúgio que me trouxe ao longo desses anos uma sensação de incompletude, uma angústia, uma ansiedade da qual, hoje, principalmente com esse trabalho e muita terapia, busco formas de me libertar. A partir disso, entendi que a LGBTI+fobia é parte constitutiva da minha subjetividade e me acompanha durante a trajetória pessoal, formativa e profissional que vivi e ainda estou vivendo. Talvez por isso, o interesse em realizar uma pesquisa que busca as (r)existências como forma de construção de uma outra realidade possível para pessoas que escapam às normas cisheterossexuais, sem recorrer à fuga ou ao medo de ser quem se é.

Não me recordo de muitas discussões que aprofundassem a LGBTI+fobia e como essa opressão impactaria na construção de sujeitos/sujeitas LGBTI+, ao longo do processo formativo na graduação. Tanto o gênero quanto a sexualidade são aspectos importantes que constituem indivíduos e organizam a nossa sociedade, muito demarcada pela sexualidade heterossexual e a binaridade de gênero (ou se é um homem ou mulher) como padrões rígidos de referência a se seguir, sem permitir outras possibilidades que escapem dessa norma vigente. Acredito que essa discussão é necessária para começarmos a compreender que a cisgeneridade e a heterossexualidade são aspectos da subjetividade que também passam por um processo de construção e não são dados naturais ou biológicos.

É importante trazer para esse trabalho o modo como me percebo no mundo até para entender como essas características me permitem enxergar a realidade que me ronda. Sou morador da zona norte do Rio de Janeiro, do bairro Vila Valqueire – um bairro de classe média tido como superior socioeconomicamente em relação aos bairros adjacentes da região. Ser um homem cisgênero e branco me coloca numa posição de privilégio há muitos anos, o que me permitiu omitir e viver minha sexualidade, a bissexualidade, de forma oculta por bastante tempo (ainda que isso também produzisse sofrimento). Hoje, quase ao final do mestrado, já consigo lidar melhor com a minha orientação sexual, tendo a coragem de conversar e dar pistas para a minha família sobre ser uma pessoa LGBTI+, pois com o acúmulo da pesquisa, junto a leituras, escrita desse trabalho e, principalmente, muita terapia, venho me libertando aos poucos das amarras que muitas vezes foram se tornando também minhas.

Aliás, apesar de me apresentar enquanto homem cisgênero, sinto que essas categorias rígidas de masculinidade e de cisgeneridade não me contemplam totalmente enquanto

indivíduo, mas as uso pois compreendo os privilégios que essas mesmas categorias me proporcionam e não há como negar isso.

Na verdade, acredito que não exista um único indivíduo que consiga dar conta de tudo que se espera de um homem, branco e cisgênero – e da mesma forma aquilo que se espera de mulheres – apesar de que muitos tentam chegar o mais próximo possível desse padrão ideal para gozar de privilégios sociais. Sou uma pessoa em desconstrução que acredita estar sempre em processos transitórios, porque estou em múltiplos trânsitos. Acredito que me constituo de avanços, paradas e retomadas.

As identidades políticas são estrategicamente necessárias para as lutas políticas e ajudam a identificar quais sujeitas/sujeitos ainda não têm acesso a direitos, pelos quais se luta. Entretanto, o meu desejo era que pudéssemos implodir essas “caixas”, esses rótulos e apenas nos permitirmos SER, como venho tentando atualmente. Talvez esse trabalho venha a se constituir como uma espécie de manifesto contra a LGBTI+fobia, contra a cisheterossexualidade compulsória, o machismo, a misoginia, a masculinidade e a branquitude opressoras.

Enquanto pessoa cisgênera e branca, antes de me compreender melhor como uma pessoa LGBTI+, existia o receio de ser lido como um “desvio” da norma heterossexual. Acabava que o rótulo de “nerd” era mais aceito por mim e pela sociedade, do que o rótulo de uma sexualidade não-heterossexual.

Conforme nos aponta Oliveira (2020), “a cisgeneridade indica a existência de uma norma que produz efeitos de ideal regulatório, ou seja, efeitos de expectativas e universalização da experiência humana.” (OLIVEIRA, 2020, p. 29). A cisgeneridade produz um padrão rígido que afirma que o gênero é aquele designado pelo órgão sexual que é visto na pessoa ao nascer, com a qual ela teria de buscar se conformar e adequar, ou antes mesmo disso em exames como o ultrassom, por exemplo. Junto a esse fator, soma-se a ideia de uma heterossexualidade que se pretende e se espera natural.

Antes de prosseguir com o presente trabalho, faz-se valioso apresentar em linhas gerais os capítulos que compõem a presente dissertação.

No capítulo 1 apresento as razões que me fizeram elaborar o tema e o problema dessa pesquisa ao refletir e discutir sobre como a escola age em relação a subjetividades que escapam à cisheteronorma e qual a perspectiva de formação docente que queremos para que seja possível um combate à LGBTI+fobia. Além de apresentar um levantamento bibliográfico que mostra o panorama do que se tem discutido nas reuniões da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em

Educação (ANPEd) dentro do campo de gênero e sexualidade na formação de professoras/professores.

Em seguida, no capítulo 2, apresento os objetivos geral e específicos que nortearam o caminho da pesquisa aqui realizada, buscando entender onde gostaria de chegar com a construção da dissertação.

Já em relação ao capítulo 3, é apresentada uma discussão sobre o processo de marginalização dos corpos LGBTI+ e como, mesmo na dor, há produção de (r)existências entre sujeitas/sujeitos que não se dobram às opressões.

No capítulo 4, o texto apresenta os caminhos metodológicos adotados na pesquisa. O processo de coleta de informações é apresentado com os desdobramentos para chegar aos resultados e analisá-los. Neste mesmo capítulo em que foi apresentado o uso das cartas tanto como recursos de resgate das memórias do pesquisador quanto procedimento da pesquisa de campo, buscando compreender como se deu a experiência da professora e das/dos discentes na formação docente, durante o curso de GSFP, em relação a gênero e sexualidade, em especial, quanto ao combate à LGBTI+fobia.

Durante a escrita da presente dissertação, foi importante trazer parte das minhas memórias enquanto jovem LGBTI+, para isso apresento vivências na Educação Básica até chegar ao Ensino Superior, enquanto indivíduo e estudante LGBTI+, como forma de compreender que a opressão de gênero e sexualidade fez parte de toda minha vida, nos vários espaços que passei. Isso está apresentado no capítulo 5.

Continuando no processo de compreensão da LGBTI+fobia e seu impacto na produção de subjetividades, no capítulo 6 é discutido como as marcas de escolarização estão presentes também nesse processo e as razões pelas quais é necessário que professoras/professores sejam formadas/formados em relação a gênero e sexualidade, pois, do contrário, poderão ser agentes na perpetuação de um preconceito estrutural.

No capítulo seguinte, o sétimo, os documentos oficiais foram analisados buscando entender como se deu o processo de diretrizes que contribuíram para a institucionalização do IFRJ e da disciplina de gênero e sexualidade. Será que a perspectiva de se discutir gênero e sexualidade na formação docente era algo que já estava presente no documento que norteia a criação do IFRJ?

O capítulo 8 traz a percepção da docente sobre a disciplina ofertada. Esse movimento é importante para entendermos como a professora enxerga a disciplina em relação às/aos alunas/alunos, buscando entender como para ela essa disciplina contribui para o combate à LGBTI+fobia, além de entender o que a motivou a elaborá-la.

Já no capítulo 9 nos é apresentado quem são as/os sujeitas/sujeitos discentes da pesquisa e como se deu a experiência de suas formações para a docência, com relação às estratégias para enfrentar a LGBTI+fobia, em GSFP no IFRJ – CDuC. Para que isso fosse possível, foram apresentados e analisados trechos das cartas enviadas ao pesquisador pelas pessoas que gentilmente aceitaram compartilhar suas vivências para o presente trabalho.

No último capítulo, o dez, há a discussão do eixo fundamental daquilo que a presente dissertação pretende responder, ou seja, qual o papel de uma disciplina de gênero e sexualidade com relação ao combate à LGBTI+fobia. Será apresentado como as/os sujeitas/sujeitos da pesquisa compreendem ou não a necessidade dessa discussão no Ensino Superior, especialmente nos cursos de formação docente.

Por fim, são apresentadas as considerações finais que foram alcançadas a partir das análises feitas das experiências discentes e docente com relação ao que foi desenvolvido na disciplina GSFP, além da importância que este trabalho trouxe para o pesquisador e para a formação de professoras/professores em relação ao combate às opressões de gêneros e sexualidades. Inclusive, indicando possíveis aprimoramentos tanto para a disciplina em tela quanto para outras disciplinas que tenham em seu bojo a discussão de gênero e sexualidade, mostrando a importância de se ampliar cada vez mais esses debates, principalmente, buscando compreender como a LGBTI+fobia se intersecciona com outras opressões no processo de desumanização das pessoas que não pertencem à cisheteronorma.

1 O QUE JUSTIFICA ESTE TRABALHO?

A escola ainda é uma instituição que reproduz preconceitos existentes na sociedade, de forma velada ou não, incluindo, obviamente, a LGBTI+fobia. Os autores Renan Correa e José Antônio Sepulveda (2021) nos mostram que essa opressão pode estar presente no cotidiano escolar quando docentes não respeitam a identidade de gênero e os nomes sociais pelos quais suas/seus alunas/alunos trans querem ser chamados, por exemplo. Atitudes como essa podem levar à exclusão escolar.

Isso é muito comum pois a instituição de ensino, no geral, tende a querer reconduzir e controlar as práticas que ocorrem naquele espaço sempre voltando à perspectiva daquilo que é normativo, nesse caso, a cisheterossexualidade branca. É interessante pensar naquilo que escapa a essa normatividade que geralmente está atrelada a corpos e subjetividades de mulheres, pessoas negras, indígenas e LGBTI+.

Nossas escolas ainda estão calcadas numa perspectiva extremamente masculinista e colonizadora, principalmente dos corpos e das subjetividades. Podemos perceber isso na própria estrutura arquitetônica desses espaços, como nos banheiros, na organização das salas de aulas, nos uniformes, nos currículos. Tudo é extremamente calculado para que a diferença seja eliminada e a aprendizagem seja tomada como processo individual que tem um parâmetro normativo, sem haver trocas entre estudantes.

Concordando com Renan Córrea e Denise Sepulveda (2021), muitas/muitos professoras/professores praticam a LGBTI+fobia durante o seu fazer docente pois não possuem conhecimentos suficientes sobre a temática ou por conta de suas vivências religiosas, principalmente aquelas de origem judaico-cristãs. Ou seja, é necessário que se discuta LGBTI+fobia, machismo, misoginia e sexismo durante a formação inicial, preferencialmente, de docentes para que sejam atuantes em seus espaços escolares e se posicionem contra essas formas de opressão de gênero e sexualidade. Não se deve tratar tais assuntos como algo trivial ou de menor importância.

A formação de professoras/professores está localizada numa grande área chamada Educação e que engloba esse e outros campos. Refletindo junto à Silvia Grinberg (2022), podemos entender aqui a Educação como um dispositivo, ou seja, uma ferramenta capaz de atuar na análise das forças em disputa dentro de um campo. As práticas dentro da Educação podem ser pensadas:

[...] cómo um conjunto de hechos y prácticas que son definidas como cuestiones de la política se encuentran y ensamblan en la vida escolar; como definen prácticas; como son contestadas; a qué problemas essas prácticas buscan soluciones; qué soluciones para qué problemas, son algunas de las cuestiones a encarar. (GRINBERG, 2022, p. 54).

Quando problematizamos as práticas docentes, podemos fazê-lo de modo a pensar também nos cursos de formação de professoras/professores. Nesses espaços, essa problematização é de grande valia para refletirmos qual a perspectiva que está imbuída na ideia de formação e o que queremos com ela. Quais são as áreas e os saberes privilegiados? Será que essa formação está voltada para combater preconceitos e estigmas que se apresentam no cotidiano escolar ou será que estamos focadas/focados apenas em formar docentes que reproduzam a lógica cisgênera e heterossexual? A nossa formação de professoras e professores está sendo pensada somente para que a/o docente seja um especialista em tudo relacionado a sua disciplina, porém onde fica saber lidar e dialogar com as questões que perpassam nossa sociedade, como por exemplo a LGBTI+fobia?

Não há como essa formação se dar sem a interferência dos jogos de poder, das linhas de força que formam o dispositivo educacional. As escolas e as IES públicas são espaços formativos presentes dentro de um contexto social, político, econômico e cultural, portanto, sofrem as mesmas pressões e interferências que atuam fora desses espaços, na sociedade como um todo. Ou seja, essas instituições também vão reproduzir preconceitos, LGBTI+fobia, machismo, misoginia, privilégios da branquitude etc., presentes na sociedade onde se localizam.

Foucault (2023), no primeiro volume de sua obra “História da sexualidade”, vai nos alertar que a partir do século XIX novas tecnologias do sexo foram elaboradas a partir da tríade perversão-hereditariedade-degenerescência, ou seja, era uma teoria médica que apontava que as perversões e tudo aquilo relacionado ao sexo (como o sexo desenfreado ou uma sexualidade considerada desviante) poderiam produzir uma sexualidade doentia e transmitir doenças que seriam passadas de uma pessoa para a outra, como uma espécie de herança genética.

Esse movimento gerou uma noção de “responsabilidade biológica com relação à espécie” (FOUCAULT, 2023, p. 128) e, com isso, o sexo apareceu como “origem de todo um capital patológico da espécie” (FOUCAULT, 2023, p.128). A ideia da “degenerescência”, fruto da combinação da eugenia com a medicina das perversões, foi responsável por criar o que conhecemos como perverso sexual (o homossexual à época, porém podemos pensar hoje em dia em toda população LGBTI+) que seria a pessoa culpada pelas doenças genéticas passadas para a prole. Essa teoria se espalhou em todo bojo social, saindo da perspectiva médica exclusivamente e atingindo a psiquiatria, a pedagogia e a jurisprudência, contribuindo para o

que Foucault vai chamar de “racismo de estado” (FOUCAULT, 2023, p. 129). Sendo assim, o racismo de estado atravessa a formação docente ao proporcionar uma educação que produz e reproduz as perspectivas cisheteronormativas dentro dos cursos de formação, o que contribui para formar docentes completamente alheios às discussões entorno das diversidades de gênero e de sexualidade. Através da Educação centrada na normatividade, práticas pedagógicas excludentes são fomentadas. Mas, também é possível pensar que uma Educação sobre outras perspectivas possa lançar as bases para fomentar outras epistemologias na formação docente.

Parece que até hoje certa ideia de perversidade sexual é atribuída a determinados corpos, sexualidades e identidades de gênero que fogem à regra da cisheteronorma. Infelizmente, a LGBTI+fobia desumaniza essas pessoas, tratando-as como verdadeiros doentes e responsáveis por todo o mal na sociedade, principalmente quando falam que a pessoa LGBTI+ é culpada por perverter as crianças e destruir famílias. Por isso, é de suma importância que essa discussão também seja feita nos cursos de formação docente para que futuras/os professoras/es possam contribuir com a desconstrução dessa perspectiva equivocada que coloca alguns corpos como marginalizados, em uma posição subalterna, de subumanidade.

É patente, portanto, que quando falamos sobre formação de professoras/es, também estamos falando diretamente sobre produção de subjetividades, conforme ressaltado por Rosimeri de Oliveira Dias (2015). Como a autora afirma, não estamos falando de formação como um molde já existente ou como uma identidade rígida (DIAS, 2015). A formação se dá através da (re)produção de subjetividades, geralmente hegemônicas, advindas do dispositivo que opera nesse processo.

É importante refletirmos qual perspectiva de formação e de prática profissional queremos nos nossos cursos de formação docente inicial (e continuada). Se queremos combater preconceitos e enfrentar paradigmas visando a uma emancipação de pessoas que escapam à norma padrão em voga, é necessário pensar como podemos abordar essas questões de forma interseccional, ou seja, como as opressões operam em conjunto contra determinados corpos e subjetividades (desumanizando-os, sem competir entre si sobre qual agiria primeiro ou não), fugindo de parâmetros que abordem a formação docente apenas pensando em competências, modelos prévios, pensando inclusive que esse processo pode ser um reprodutor da cisheteronormatividade que queremos combater.

Mara Viveros Vigoya (2023) nos afirma que “La interseccionalidad se há convertido desde hace algunos años en la expresión para designar la perspectiva teórica y metodológica que busca dar cuenta de la percepción cruzada o imbricada de las relaciones de poder”. (VIGOYA, 2023, p. 39). Além disso, a autora nos informa que essa imbricação das relações de

poder já era percebida pelos movimentos feministas antes mesmo do termo interseccionalidade ser cunhado. As mulheres negras, principalmente, já notavam os problemas que a exclusão de algumas categorias, como o racismo, gerava na análise das opressões que se apresentavam nas sociedades.

Logo, podemos ter como questão principal deste trabalho o seguinte: O que pode, em termos de combate à LGBTI+fobia, um componente curricular que debata gênero e sexualidade na formação inicial de docentes? Será que está contribuindo para o combate à LGBTI+fobia estrutural? Quais subjetividades estão sendo produzidas nesse espaço? Qual efeito isso terá para licenciandas/licenciandos? E a professora formadora?

Somos uma sociedade ainda assentada na figura do homem, branco, provedor e heterossexual, que não consegue perceber e respeitar a beleza das diversidades sem querer aniquilá-las.

Desde 2018, com a eleição do ex-Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, o preconceito contra pessoas LGBTI+ tem sido mais estimulado com o argumento de defesa das crianças e das famílias brasileiras (as tradicionais, que seguem o modelo cisheteronormativo). Para exemplificar, trago trecho de uma matéria de julho publicada na Revista Fórum pelo jornalista Lucas Rocha (2022), na qual o então presidente afirmou:

Outro dia falei que a mãe quer que o Joãozinho continue Joãozinho. ‘Ah declaração homofóbica’. Meu Deus do céu. Para onde nós iremos cedendo às minorias? As leis existem, no meu entender, para proteger as maiorias. **As minorias têm que se adequar.** (ROCHA, 2022, grifo do autor).

Além de demonstrar todo o seu preconceito contra pessoas LGBTI+, o ex-presidente apresentou reiteradamente uma concepção de democracia e do uso dos termos maioria social e minoria social de forma completamente equivocada. Jair Bolsonaro conseguiu escancarar seu preconceito e fomentar opressões de gênero e sexualidade, perpetuando o machismo, a misoginia, o racismo, a LGBTI+fobia e a cisheteronormatividade compulsória em seus quatro anos de mandato, como foi possível perceber no trecho da reportagem apresentada acima. Porém, essas falas e práticas preconceituosas são proferidas e fomentadas desde quando o ex-presidente era um parlamentar.

Bolsonaro foi um exímio “amolador de facas”, conforme definição presente em texto apresentado pelo psicólogo Luis Antonio Baptista (1999). Junto a políticos da extrema-direita como ele, mas também se associando a movimentos extremistas do campo cristão, o então presidente, reiteradamente estimulou a violência direta ou indiretamente a partir de seus discursos e postagens em redes sociais. A ideia de “amolar a faca” é fazer com que haja um

estímulo à determinada prática na sociedade sem sequer precisar agir diretamente. Há todo um processo de sedução e convencimento de que tínhamos alguns inimigos a combater, entre eles, podemos citar as pessoas LGBTI+ que supostamente precisavam de uma certa “correção”, leia-se, agressões e violências para acabar com suas existências.

Não somente em um contexto de extrema-direita, vivemos sob um regime político heterossexual que perpetua uma visão naturalizada das diferenças e a partir disso produz e reproduz desigualdades, por exemplo, com pessoas que expressam uma identidade de gênero e/ou uma orientação sexual distintas do padrão heterossexual imposto a cada uma/um de nós desde o nascimento, ainda mais se essas pessoas, sendo LGBTI+ ou não, forem negras ou indígenas, como afirmou Ochy Curiel (2016). Esse regime serve como sustentação para a prática de violência contra pessoas LGBTI+, pois desse grupo é retirada sua humanidade.

Para dialogar com a definição de regime político heterossexual que foi proposta por Curiel (2016), compreendo que estamos inseridos num regime político cisheterossexual tido como a norma estruturante de nossas existências e relações. Segundo Rafael dos Reis Aguiar (2020), a cisheterossexualidade compulsória existe com o intuito de manter a diferenciação entre aquilo que é tomado como legítimo, tido como natural e o Outro – entendido como aquela/aquele que não se submete às regras impostas por esse regime político da heterossexualidade. Portanto, esse Outro é tida/tido como fruto da deturpação, seja do sexo, da sexualidade, do gênero e do desejo tidos como normais, no caso, o sexo, a sexualidade e o desejo heterossexuais, além do gênero, tomado como padrão, sendo aquele que é imposto no nascimento (ou antes dele pela linguagem).

As violências que marcam determinados corpos se potencializam de acordo com as marcas e expressões que um corpo carrega e, a partir das leituras e projeções que uma sociedade faz. Existe um emaranhado de atravessamentos que perpassam corpos e sujeitas/sujeitos (AGUIAR, 2020).

Antes de aprofundarmos esse debate, é necessário, primeiro, entendermos como surgiu a “homofobia”. Segundo Regina Facchini (2020), durante os anos 2000 ocorreram diversas mobilizações visando à luta pela não discriminação e pelo reconhecimento de direitos civis da população LGBTI+. Tais ações foram organizadas se opondo a uma categoria de violência chamada “homofobia”.

É importante realizar um levantamento bibliográfico sobre trabalhos feitos no âmbito da formação docente que visem um combate a LGBTI+fobia e se há algum debate acerca das relações raciais presente nessas pesquisas, até para entender se a discussão sobre LGBTI+fobia

está sendo pensada numa perspectiva interseccional ou pesquisada apenas com um olhar sobre si mesma, sem entender como outras opressões impactam na experiência de pessoas LGBTI+.

O que difere um acrônimo novo do seu antigo (aqui no Brasil já tivemos termos como homossexualidades, GLS, GLBT, LGBT, LGBT+, LGBTI+, só para citar algumas variações que passaram pela história), dentro do aspecto dessa comunidade, é que cada vez mais as experiências foram se complexificando a ponto de termos um sinal “+” indicando que as possibilidades de ser e estar no mundo são múltiplas e as conformações subjetivas vão muito além da percepção das identidades já negociadas (FACCHINI, 2020).

Alessandra Ramos (2020) expõe que, no caso do Brasil, não houve por parte do Poder Legislativo nenhuma articulação para produção e implementação de políticas públicas voltadas ao combate da violência contra a população LGBTI+. Ações desse tipo só foram tomadas por parte dos Poderes Executivo e Judiciário. As/os parlamentares que são apontadas/apontados como “representantes do povo” no nosso sistema político representativo, em sua maioria, optam pela omissão da LGBTI+fobia como uma realidade latente e em alguns projetos apresentados que pretendiam discutir essa pauta, a maioria do Congresso se posiciona de forma contrária aos direitos da população LGBTI+. Tal fato nos mostra a importância de buscarmos compreender melhor como se apresenta a LGBTI+fobia na nossa sociedade, pois ela está presente até em situações de omissão por parte daquelas/daqueles que são responsáveis pela feitura e fiscalização das leis.

Caio Benevides Pedra (2018) afirma que devido a todas as dificuldades enfrentadas para lidar com essa temática, fica claro que a sociedade brasileira é estruturada na LGBTI+fobia que se apresenta a partir de uma “inferiorização constante e difícil de vencer, como causa e consequência de uma série de exclusões e obstáculos no igual acesso a oportunidades.” (PEDRA, 2018, p. 26).

Ou seja, pessoas LGBTI+ têm que fazer o dobro, o triplo de esforço para ocupar espaços políticos e sociais, isso quando não são assassinadas e impedidas de viver. Suas identidades são tomadas como barreiras que as impedem de acessar o mínimo de dignidade que pessoas cisgêneras e heterossexuais, com muito menos violência, acessam.

1.1 O que tem sido discutido no campo de gênero e sexualidade para a formação docente?

Para subsidiar a emergência da contribuição que o presente trabalho traz, se faz necessário a construção de um panorama que possa demonstrar o que tem sido pesquisado sobre LGBTI+fobia e formação docente no Brasil.

Portanto, inspirado pela tese de Daniel Vieira Silva (2022) realizei um levantamento de pesquisas que já foram feitas no campo interdisciplinar dos estudos de gênero e sexualidade, acessando o banco de dados da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e o site institucional da ANPED, mais especificamente os trabalhos contidos no Grupo de Trabalho (GT) 23 “Gênero, Sexualidade e Educação” e o Grupo de Trabalho 08 “Formação de Professores”, com o objetivo de conhecer as discussões contemporâneas sobre LGBTI+fobia na formação docente. A escolha pela ANPED se dá pelo impacto, devido à visibilidade e referência, que essa associação apresenta dentro da Educação, sendo um espaço valorizado de apresentações dos trabalhos de pesquisa desenvolvidos no campo da formação docente.

Foram analisados trabalhos em português, realizados no Brasil, que sejam artigos ou artigos de revisão produzidos entre os anos de 2016 (quando o autor dessa pesquisa cursou a disciplina GSFP – 1ª turma desse componente curricular e, coincidentemente, também é o ano do golpe contra a Presidenta Dilma Vana Rousseff, o que pode indicar alguma mudança de paradigma na perspectiva das formações docentes pelo Brasil desde sua deposição do cargo) e 2021 (ano em que chego ao Mestrado do PPFH). Busquei trabalhos que tivessem afinidades com esta pesquisa, através da leitura de seus resumos, para que pudesse identificar quantos deles estão relacionados a uma formação docente que combata as opressões de gênero e sexualidade, precisamente a LGBTI+fobia.

Para isso, esses trabalhos foram procurados a partir das seguintes palavras-chave: “LGBTI+fobia nas licenciaturas”, “LGBTI+fobia e branquitude” e “LGBTI+fobia e racismo” – no caso da plataforma SciELO. Nos sites dos encontros nacionais da ANPED a pesquisa se deu olhando todos os resumos dos trabalhos contidos em cada um dos GT’s nas reuniões nacionais que se encaixam dentro do período supramencionado (2016-2021), selecionando aqueles que possam indicar alguma afinidade com o escopo principal deste trabalho: discutir uma formação docente que combata a LGBTI+fobia. A partir da construção desse levantamento bibliográfico, foi possível entender se a temática é muito ou pouco explorada em pesquisas e a partir de que vieses.

Através da busca de palavras-chave como “LGBTI+fobia nas licenciaturas”, “LGBTI+fobia e branquitude” e “LGBTI+fobia e racismo” foi possível perceber que não há

nenhum retorno de trabalho com esses conjuntos de palavras na plataforma SciELO, no período de publicações entre 2016 e 2021.

Antes de partirmos para as análises para compreendermos o que tem sido pesquisado no campo, é importante abrirmos um pequeno parêntese para explicarmos uma questão: ao longo da construção da pesquisa e do diálogo com as/os licenciandos/licenciandas através de cartas – algo que será mais bem desenvolvido nos Caminhos Metodológicos Iniciais (capítulo 4), mais especificamente no subitem 4.2 que aborda sobre o uso de cartas como procedimento da pesquisa de campo, a presença das questões étnico-raciais, em especial da sua opressão correlata, que é o racismo, apareceu de forma latente. Por isso, o foco das análises interseccionais se voltou para entender como a LGBTI+fobia e o racismo podem se encontrar e contribuir na desumanização de determinados corpos não-normativos.

Entretanto, vale salientar que é de extrema importância que outros trabalhos no futuro possam se debruçar a entender a relação da LGBTI+fobia com outros marcadores sociais, que podem contribuir para um aprofundamento das opressões de gênero e sexualidade como: idade, território, classe social, religião e deficiência.

Matheus Fortunato da Silva e Joyce Alves da Silva (2019) nos apresentam um trabalho realizado na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) *campus* Instituto Multidisciplinar, localizado na Baixada Fluminense, que tinha por objetivo dialogar com estudantes negros, gays e moradores de municípios oriundos da Baixada Fluminense dessa instituição, para que tais estudantes relatassem como a homofobia e o racismo atravessaram suas vidas e suas trajetórias escolares até a chegada na universidade. Por serem negros, muitas vezes a masculinidade deles foi colocada em um lugar de fetichização, a alcunha de “negão” era atribuída a esses jovens, contribuindo com sua desumanização, ao terem relacionada a raça a expectativas de performances sexuais. Foi possível perceber que em corpos dissidentes, ambas as opressões atuam em conjunto para a subalternização desses jovens. Além disso, a autora e o autor destacam como o território de origem desses jovens estudantes também é um fator que piora as experiências vividas por eles, ao produzir obstáculos.

Retornando para a busca nas plataformas, quando se pesquisa apenas LGBTI+fobia no site da SciELO, há como resultado apenas um trabalho, que está classificado como “Relato de caso”, e aponta em seu resumo uma análise das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) sobre gênero e sexualidade com foco nas problematizações acerca da educação médica e como esse assunto é invisibilizado, contribuindo para a LGBTI+fobia institucional, chamando a atenção que esse problema se acentuou com a pandemia de COVID-19.

Partindo para as buscas no site da ANPEd, foi possível verificar que para o período aqui definido, de 2016 a 2021, encaixam-se três encontros nacionais, realizados a cada dois anos: a 38ª, a 39ª e a 40ª Reuniões Nacionais da ANPEd, referentes respectivamente aos anos 2017, 2019 e 2021.

As análises se centraram nas leituras dos resumos desses trabalhos e, em alguns casos, foi utilizada a ferramenta de busca do programa Adobe Acrobat Online para procurar termos, como: LGBTI+fobia, homofobia, gênero, sexualidade, racismo, docentes e outros, para entender se o trabalho que estava sendo analisado poderia ter alguma afinidade com os campos levantados na presente pesquisa.

Iniciando pela 38ª Reunião Nacional da ANPEd, no GT 08 (Formação de Professores) foram contabilizados 23 trabalhos, sendo que somente um não estava disponível para visualização. Nenhum trabalho explorava a temática LGBTI+fobia na formação docente ou nas licenciaturas. No mesmo encontro, ao investigar o GT 23 (Gênero, Sexualidade e Educação) contabilizou-se um total de 21 trabalhos aprovados dos quais 8 foram selecionados por indicar uma possível proximidade com os campos desta pesquisa.

Quando analisada a 39ª Reunião Nacional da ANPEd, verifiquei que no GT 08 foram apresentados 23 trabalhos, mas dois desses trabalhos não estavam disponíveis para acesso, ou seja, apenas 21 trabalhos puderam ser analisados. Somente um (1) trabalho foi selecionado pois, apresentou diálogo com a proposta de pesquisa aqui apresentada. Já no GT 23 foram apresentados um total de 23 trabalhos, porém, só estavam disponíveis 13, pois 10 não puderam ser acessados. Desses 13 trabalhos, foram selecionados apenas 3.

A última Reunião Nacional que ocorreu e da qual foram analisados os trabalhos nos dois GTs foi a 40ª. Foi possível perceber que no Grupo de Trabalho 08 foram apresentados um total de 38 trabalhos sendo apenas 1 selecionado pois aparenta abordar uma perspectiva antirracista e antissexista na formação docente, o que dialoga com parte desse trabalho. O GT 23 apresenta 27 trabalhos publicados e desses 3 foram selecionados.

Podemos concluir que nas três edições aqui investigadas da Reunião Nacional da ANPEd, houve um total de 16 trabalhos selecionados, sendo 2 deles provenientes do GT 08 e 14 deles do GT 23. Os trabalhos selecionados encontram-se organizados na Quadro 1.

Quadro 1 - Trabalhos que foram selecionados no site da ANPEd

Grupos de Trabalho	Reuniões Nacionais da ANPEd
---------------------------	------------------------------------

	38ª Reunião Nacional da ANPEd (2017)	39ª Reunião Nacional da ANPEd (2019)	40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)
08 – Formação de Professores	-	“Histórias de vida e experiências pedagógicas com o PIBID: uma abordagem da diversidade na formação docente”	“A formação docente antirracista e anti-sexista”
23 – Gênero, Sexualidade e Formação	<p>“O ataque à discussão de gênero na escola, construção identitária e a importância da liberdade docente”;</p> <p>“Pedagogias religiosas no combate à ‘Ideologia de Gênero’: efeitos de saber-poder-verdade”;</p> <p>“As diversidades sexuais na escola: (in)junções discursivas entre a religião e o Estado laico”;</p> <p>“Docências trans*: entre a decência e a abjeção”;</p> <p>“‘Coisas de meninos e coisas de meninas’: a produção do curso gênero e diversidade na escola sobre Educação Infantil”;</p> <p>“Decifra-me! Não me devore! Gênero e sexualidade nas tramas das lembranças”;</p> <p>“As distâncias sociais entre escola e sujeitos homossexuais e sua interferência na percepção de homofobia”;</p> <p>“Autorrepresentações e subalternidades: famílias, racialidades e</p>	<p>“A violência sofrida por professores(ras) homossexuais na escola: apontamentos contemporâneos”;</p> <p>“Cartografias das experiências de pessoas trans com os territórios da Educação em Biologia”;</p> <p>“Gênero na formação de pedagogos: os percalços na inserção da temática nos percursos curriculares”.</p>	<p>“Vocês são livres, mas eu lhes anuncio que Deus condena’: pertencimento religioso e questões de gênero e sexualidade na escola”;</p> <p>“Masculinidades negras: o que dizem as pesquisas apresentadas nos encontros da ANPEd (2012 – 2019)”;</p> <p>“Homofobia e docência no contexto da escola básica em Castanhal Pará”.</p>

	masculinidades na escola”.		
--	----------------------------	--	--

Fonte: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd)

Com esse levantamento, portanto, foi possível verificar que existem poucos trabalhos produzidos que discutam o combate à LGBTI+fobia na formação docente e, além disso, de acordo com o quadro mostrado acima, no GT 08 destinado às discussões sobre a formação docente, fica nítido que o número de trabalhos apresentados que dialogassem com Gênero e Sexualidade, principalmente quando se pensa na questão da LGBTI+fobia, foi muito menor em comparação ao GT 23, que trata especificamente dessa grande área. Logo, é perceptível que há um número diminuto de trabalhos, o que pode ser indicativo de uma ausência na produção de conhecimento relacionada a esses campos em intersecção, o que pode refletir uma dificuldade ou uma falta de interesse de se aliar a discussão formativa pensando no combate à LGBTI+fobia.

Passando para um segundo momento de análise a partir dos trabalhos selecionados no Quadro 1, ao reler os resumos foi possível perceber que apenas 2 deles apresentam o termo “homofobia” em seus títulos que são: “As distâncias sociais entre escola e sujeitos homossexuais e sua interferência na percepção de homofobia” e “Homofobia e docência no contexto da escola básica em Castanhal Pará.” Isso nos mostra que essa opressão vem sendo ainda pouco analisada nos trabalhos da ANPEd e que em trabalhos onde há a discussão ela está apresentada em termos de violências e opressões relacionadas ao gênero e a sexualidade ou violências contra pessoas homossexuais como é o caso do trabalho “A violência sofrida por professores(ras) homossexuais na escola: apontamentos contemporâneos”.

Além disso, vale destacar que em nenhum dos trabalhos selecionados acima há a menção do termo LGBTI+fobia, que é aqui apresentado ao longo desta dissertação, o que pode nos indicar um enfoque maior nas pessoas homossexuais (incluindo lésbicas, mesmo que exista um termo específico para a homossexualidade feminina e não referido explicitamente) em detrimento a outras identidades de sexualidade e gênero contempladas na sigla LGBTI+. Há o uso do termo homofobia e é apresentado como essa opressão ocorre nos espaços escolares e, muitas vezes, corroborada pela ação de professoras/professores.

A temática religiosa também apareceu nos títulos e/ou resumos nos seguintes trabalhos: “Pedagogias religiosas no combate à ‘Ideologia de Gênero’: efeitos de saber-poder-verdade”, “As diversidades sexuais na escola: (in)junções discursivas entre a religião e o Estado laico”, “Decifra-me! Não me devore! Gênero e sexualidade nas tramas das lembranças” e “Vocês são livres, mas eu lhes anuncio que Deus condena’: pertencimento religioso e questões de gênero e sexualidade na escola”. Nesses trabalhos há discussões que apontam o papel fundamentalista que algumas religiões (ou grupos dentro de algumas denominações religiosas), principalmente as cristãs, operam dentro das escolas ou até mesmo em políticas públicas relacionadas à formação docente, buscando evitar que haja a menção sobre questões que perpassam as diversidades de gêneros e sexualidades na formação. O resumo do trabalho “Histórias de vida e experiências pedagógicas com o PIBID: uma abordagem da diversidade na formação docente” traz a menção de questões presentes no ambiente escolar, dentre elas a liberdade religiosa e as diversidades étnico-racial, de gênero e sexualidade a partir de experiências formativas de professoras/professores supervisoras/supervisores do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID).

O trabalho “O ataque à discussão de gênero na escola, construção identitária e a importância da liberdade docente” aborda as restrições de liberdade impostas a docentes com relação às questões de gênero, interculturalidade e construção identitária dentro do espaço escolar, as discussões sobre o papel do currículo e o impedimento da demonstração das diferenças existentes entre as pessoas, o que leva a não permissão do empoderamento de estudantes para que possam ser o que quiserem ser. Já no trabalho “Gênero na formação de pedagogas: os percalços na inserção da temática nos percursos curriculares”, há a busca por entender como as discussões de gênero têm sido trabalhadas em dois cursos de pedagogia de instituições distintas (UERJ e Universidade Federal Fluminense - UFF, ambas instituições localizadas no Estado do Rio de Janeiro), através de entrevistas com docentes para compreender as estratégias de se inserir essas discussões em suas aulas, dentro do próprio currículo, e o enfrentamento às resistências de parte das/dos estudantes que não querem que essas questões sejam trabalhadas.

Apesar de algumas semelhanças entre esse último trabalho e a dissertação aqui apresentada, principalmente com relação à pesquisa ser realizada dentro do campo da formação docente, o caminho metodológico foi diferente. Nesse trabalho, foram analisadas as matrizes curriculares das instituições e foi realizado um mapeamento de professoras/professores que estivessem envolvidos com os estudos sobre gênero através de busca em seus currículos na plataforma *Lattes*. Além disso, há uma discussão comparativa entre a necessidade dos estudos

de gênero barrarem os movimentos conservadores que incidem sobre as escolas e durante a própria formação docente nos cursos de pedagogia.

Dois trabalhos foram responsáveis por abordar as experiências trans e suas contribuições para a Educação, seja na formação docente, nas disciplinas ou nas vivências da docência dentro de escolas são, eles: Docências trans*: entre a decência e a abjeção” (não há menção sobre LGBTI+fobia ou ao menos transfobia ao longo do trabalho de forma explícita, ou seja, escrita no texto, o que aparece é o termo preconceito e discriminação na fala de uma das entrevistadas) e “Cartografias das experiências de pessoas trans com os territórios da Educação em Biologia” (da mesma forma que o trabalho anterior, não há menção sobre LGBT+fobia ou homofobia).

Por fim, os seguintes trabalhos trazem em seus títulos e/ou resumos a questão da interseccionalidade ou a discussão sobre masculinidades negras: “Autorrepresentações e subalternidades: famílias, racialidades e masculinidades na escola” (aqui também não há menção sobre LGBTI+fobia ou homofobia), “A formação docente antirracista e anti-sexista” (apenas é mencionado o racismo, nada em relação a LGBTI+fobia ou homofobia) e “Masculinidades negras: o que dizem as pesquisas apresentadas nos encontros da ANPEd (2012 – 2019)”, onde há menção apenas ao racismo sem trazer um olhar interseccional sobre a LGBTI+fobia.

Como último movimento, selecionei entre os trabalhos apresentados no Quadro 1, aqueles que realmente apresentassem discussões em que estivesse no seu cerne: gênero e sexualidade (podendo apresentar interseccionalidades ou não) na perspectiva da formação de professoras/es e/ou homofobia/LGBTI+fobia e formação docente ou LGBTI+fobia/homofobia no contexto educacional.

Foram excluídos nessa etapa trabalhos que fugiam ou não contemplavam em seu bojo as discussões elaboradas nesta dissertação, como por exemplo, aqueles que traziam o currículo, a religião e a masculinidade como temas centrais.

Portanto, após uma última seleção, os trabalhos que foram analisados na íntegra são:

Quadro 2 – Trabalhos que foram selecionados na segunda etapa

Grupos de Trabalho	Reuniões Nacionais da ANPEd		
	38ª Reunião Nacional da ANPEd (2017)	39ª Reunião Nacional da ANPEd (2019)	40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)
08 – Formação	-	-	8) “A formação docente

de Professores			antirracista e anti-sexista”
23 – Gênero, Sexualidade e Formação	<p>1) “Docências trans*: entre a docência e a abjeção”;</p> <p>2) “‘Coisas de meninos e coisas de meninas’: a produção do curso gênero e diversidade na escola sobre Educação Infantil”;</p> <p>3) “Decifra-me! Não me devore! Gênero e sexualidade nas tramas das lembranças”;</p> <p>4) “As distâncias sociais entre escola e sujeitos homossexuais e sua interferência na percepção de homofobia”;</p> <p>5) “Autorrepresentações e subalternidades: famílias, racialidades e masculinidades na escola”.</p>	<p>6) “A violência sofrida por professores(ras) homossexuais na escola: apontamentos contemporâneos”;</p> <p>7) “Cartografias das experiências de pessoas trans com os territórios da Educação em Biologia”;</p>	<p>9) “Homofobia e docência no contexto da escola básica em Castanhal Pará”.</p>

Fonte: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd)

No Quadro 2, os títulos de cada trabalho ganharam uma numeração para facilitar a compreensão sobre qual dos textos está sendo analisado.

Em relação a 38ª Reunião Nacional da ANPEd, cinco trabalhos tiveram seus textos lidos na íntegra e, de forma por mim resumida, são apresentadas as seguintes ideias em linhas gerais:

- 1) A identidade transexual como a possível para ser professora em detrimento da identidade travesti; a construção da docência feminina no Ocidente como uma tarefa

ligada ao cuidado materno e, portanto, uma construção subjetiva do que é ser uma professora; a docência feminina tomada como uma docência-decente; professoras trans e travestis questionando esse status da docência-decente; a fabricação da docência trans e travesti relacionada à fabricação de seus corpos e subjetividades; entrevista com seis docentes trans e travestis para entender quais são as práticas docentes, de regulações dos corpos e condutas em escolas e o que permitiu que essas práticas se tornassem possíveis na contemporaneidade; a construção de uma carta-cartográfica sobre essas experiências, como se fosse um mapa de produção de sentidos; atitudes docentes trans e travestis e seus modos de se posicionar (estratégias de resistências) são múltiplos e singulares.

- 2) Resultados das produções em trabalhos de conclusão de curso da Especialização em Gênero e Diversidade na Escola; docentes das redes municipais e estaduais foram o público-alvo e a relação teoria e prática sobre os temas que envolvem gênero e sexualidade; a escolha de análise no texto do projeto guarda-chuva sobre “Gênero na educação infantil”, que tinha por objetivo investigar a organização visual e espacial das instituições de ensino da Educação Infantil buscando entender como se dava ou não a reprodução das relações de gênero através da ação dessas professoras e desse professor; ao total dezesseis professoras e um professor optaram por esse projeto, contabilizando dezessete trabalhos no total; a importância da discussão e reflexão sobre o gênero na educação infantil se apresenta, pois uma prática docente que diferencia meninos e meninas pode contribuir para uma futura defasagem no processo ensino-aprendizagem; como a organização espacial interfere no processo de desenvolvimento físico e cognitivo das crianças, podendo demarcar onde meninos e meninas podem se posicionar; as características gendradas e gendradas para meninos e meninas e como se apresentam nas práticas docentes, nos discursos sexistas e machistas, na definição de brincadeiras de meninas e brincadeiras de meninos; o gênero está presente na Educação Infantil com o objetivo de mostrar para meninas e meninos como devem ser, como devem se comportar, o que devem almejar, enfim, é um dispositivo que está ali para prescrever e delimitar até onde um gênero (binário, masculino ou feminino) pode ou não ir; **para superar tais práticas é necessário que as discussões de gênero estejam apresentadas de forma transversal nos cursos de formação inicial e continuada de docentes**; a necessária observação das relações docente-criança e criança-criança para entender as dinâmicas de gênero que estarão colocadas ali na escola; a questão norteadora das

pesquisas foi sobre o que as docentes entendiam sobre gênero e como intervinham nas situações onde ele se apresentava; foi possível perceber uma reprodução de sentidos do que “é de menino” e o que “é de menina”, mostrando que ainda se perpetua essa diferenciação de gênero nas escolas pelas/pelos docentes, através de suas práticas, falas e olhares.

- 3) Analisar o lugar que as questões de gênero e sexualidade estavam presentes nas trajetórias pessoais, profissionais e nas práticas de docentes que realizaram o curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola; os enigmas de ser homem, mulher, além da perspectiva meramente biológica, e os enigmas envolvendo as questões da sexualidade existentes até hoje, muitas vezes indecifráveis para algumas pessoas; **qual é o papel desse curso de especialização no combate de preconceitos relacionados ao gênero e a sexualidade?**; será que as/os docentes que o cursaram conseguem perceber essas questões colocadas em suas práticas?; o uso da história oral de vida para ampliar as questões apresentadas pelas/pelos entrevistadas/entrevistados possibilitando a compreensão de fenômenos sociais para além das palavras ditas, não ditas e interditas; análise das apresentações das/dos alunas/alunos-docentes feitas no ambiente virtual de aprendizagem do curso de especialização e realização de leituras das atividades postadas por elas/eles para que essas informações pudessem inclusive ajudar na realização das perguntas nas entrevistas; algumas temáticas abordadas por essas/esses estudantes foram sobre: dogmas religiosos que impediam a interação social, a compreensão das diversidades sexuais e de gênero e como isso contribuía para o entendimento da sua própria sexualidade, negação da sexualidade infantil, compreensão de que a escola deveria cuidar inclusive da saúde, a sexualidade resumida a relações sexuais e que estas são impuras, gravidez na adolescência pensada como algo ruim somente para a mulher (fruto de “atos impensados”), valorização do trabalho remunerado em detrimento do trabalho doméstico, valorização dos homens, a compreensão da importância das discussões sobre gênero e sexualidade, porém, tendo que utilizar subterfúgios para trabalhar essas questões sem interferir no conteúdo da disciplina, sexualidade entendida como sinônimo de orientação sexual (sendo uma escolha), o uso do “respeito” para tentar mostrar que não se é uma pessoa preconceituosa mesmo sendo, dificuldades para perceber que era possível trabalhar os conteúdos aprendidos na especialização durante o ensino da sua disciplina, o uso do termo “homossexualismo” no lugar de homossexualidade foi usado por uma participante

do curso, o medo do uso das palavras relacionadas a sexo ou sexualidade (entendendo tais questões como tabu).

- 4) O ambiente escolar apresenta em seu cotidiano diversos preconceitos, discriminações e violências, produzidos pelo estabelecimento de desigualdades entre indivíduos e suas identidades; o convívio com a diversidade sexual pode contribuir para evitar atos preconceituosos ou discriminatórios, mudando a visão que se tem do “outro”; análise de como o distanciamento social influencia na percepção da homofobia escolar e se as distâncias sociais podem estar relacionadas a outras características como gênero, **raça/etnia** e religião; o distanciamento social se dá mediante o estigma que umas pessoas colocam sobre o “outro” gerando, portanto, rejeição; foi possível perceber a dificuldade, dos sujeitos ligados à instituição escolar, de estabelecer aproximação, contatos e relações com à diversidade sexual; a homossexualidade se apresenta como uma questão de pouco interesse para os sujeitos na escola, o que pode contribuir para o preconceito e discriminação contra indivíduos homossexuais, além de silenciá-los; pessoas socialmente mais distantes de homossexuais tendem a perceber a homofobia (termo utilizado ao longo do texto, não apresenta ou faz uso do termo LGBTI+fobia) com menos intensidade do que aquelas que são menos distantes; a percepção de homofobia é maior quando está relacionada a alunas do que quando é direcionada às professoras; a humilhação é tomada como uma agressão mais branda e, por isso, ignorada por muitos; as mulheres tendem a estabelecer maior aproximação com sujeitos homossexuais do que homens; a religião como possível entrave nas discussões sobre gênero e sexualidade na escola (geralmente entre os evangélicos há um distanciamento social maior em relação aos homossexuais do que os católicos, entretanto, em outras religiões esse distanciamento é bem menor, ou seja, são mais próximos a homossexuais); não foi possível detectar grandes diferenças nas distâncias sociais entre pessoas brancas e não brancas em relação aos homossexuais.
- 5) Não foi possível realizar leitura do texto na íntegra, pois no site do encontro nacional há apenas o arquivo contendo título, autora e autor, resumo e palavras-chave.

Já na 39ª Reunião Nacional da ANPED, foi possível extrair as seguintes informações dos textos selecionados:

- 6) Cotidianamente as violências implícitas são tomadas como algo menor, sem importância dentro da dinâmica social; variadas formas de violência presentes no

ambiente escolar; foco deste trabalho foi sobre a violência sofrida pelas/pelos professoras/professores, principalmente, aquelas/aqueles que divergem da heteronormatividade e apresentam outras sexualidades que fogem do padrão; a ressonância da homofobia na sociedade refletida contra professoras/professores homossexuais (apenas é citada a população LGBTI+ quando se apresentam dados sobre mortes e violências sofridas por essa população, porém, predomina a categoria homossexual/homossexuais no texto) dentro da instituição escolar; quais os tipos de violência essas/esses docentes enfrentam; como lidam com esse ataque a sua orientação sexual; as violências mais comuns contra professores dentro das escolas são as violências: verbais, psicológicas e morais; a contribuição da instituição escolar na perpetuação da homofobia (não há menção sobre LGBTI+fobia) ao tentar padronizar todos os indivíduos, não permitindo que possam ser exatamente como são; ações discriminatórias partiam das/dos alunas/alunos, dos pais e de colegas de trabalho; os participantes da pesquisa afirmaram que a sociedade apresenta dificuldade de entender que a sua orientação sexual não dita o profissional que ela/ele é; muitas das vezes a tática para resistir às violências é o isolamento.

- 7) Agenciamentos envolvidos no encontro Experiência de pessoas trans – Ensino de Biologia; impactos que as vivências trans podem ter na desconstrução do modo de enxergar a Biologia de forma dura, estanque; produção de outras epistemologias a partir das vivências trans; deslocamento de corpos, gêneros e sexualidades; a pluralidade da educação em Biologia; criação de novas políticas de resistências e existências a partir da cartografia; cartografia como enfrentamento dos dispositivos, desenrolando o fio da compreensão além dos binarismos que são muito comuns nos estudos dos corpos na Biologia; sujeitos da pesquisa foram professoras/professores (cis e trans), alunas/alunos (cis e trans) tanto da Educação Básica quanto do Ensino Superior; dificuldade inicial de furar, abrir brechas, desterritorializar a Biologia considerada como Ciência já dada, pronta; a contribuição das experiências trans para romper com esse status “duro” das Ciências Biológicas e problematizando essa perspectiva de um conhecimento não válido; acionamento de “outras” Biologias; entendimento da importância de uma Biologia menor, que traz o novo, o frescor, as singularidades em oposição a compreensão de uma Biologia maior que preza pelas normatividades, agenciando o campo do Ensino de Biologia que é tão disputado.

Por fim, os conteúdos discutidos nos textos selecionados da 40ª Reunião Nacional da ANPEd foram:

- 8) Análise do que as diretrizes para a formação docente trazem como contribuição para o debate educacional sobre práticas antirracistas e antissexistas; a obrigatoriedade do ensino da História da África e da cultura afro-brasileira nos currículos (Lei nº 9394/1996) e seu aprimoramento com a inclusão do ensino das culturas dos povos indígenas (Lei nº 11645/2008); perspectiva interseccional para cobrir lacunas na formação de professores a partir de uma pedagogia antirracista e antissexista; a contribuição da Teoria Racial Crítica para a compreensão da categoria “raça” trazendo para discussão os aspectos que fomentam e perpetuam as desigualdades sociais a partir dessa categoria; a importância do reconhecimento e pertencimento racial das/dos docentes e discentes; as resoluções **CNE/CP nº 2/2015** e **CNE/CP nº 2/2019** não mencionam a existência das Leis citadas anteriormente; o uso dos direitos humanos em oito pontos da CNE/CP nº 2/2015 em relação a três pontos mencionados na CNE/CP nº 2/2019; sobre a temática étnico-racial há o aparecimento uma vez no texto de 2019 enquanto no de 2015 há menções de princípios para uma democratização da gestão, do ensino, da inclusão e de equidade – a diversidade cultural é melhor tratada no texto de 2015 do que no de 2019; a dimensão racial e de gênero costumam atuar juntas nas instâncias sociais e escolares quando tendem a reforçar atitudes sexistas.
- 9) Como professores que tornam pública sua orientação sexual (homossexual) vivenciam o cotidiano escolar que é permeado pela heteronormatividade; articulação entre homossexualidade, homofobia e educação; a homofobia é fruto de uma heterossexualidade compulsória reproduzida na escola e muito pautada no biologicismo que acredita que homens e mulheres tem sua sexualidade dada à priori, de forma inata; cabe a escola desconstruir essa visão para promover uma sociedade menos preconceituosa; o neoconservadorismo do governo de extrema-direita de Jair Messias Bolsonaro que capitaneou uma caça aos direitos da população LGBTQI produzindo ecos nas discussões sobre a Base Nacional Comum Curricular e o medo à qualquer menção da palavra “sexualidade” e, principalmente, “gênero”; as/os sujeitas/sujeitos das pesquisas foram três homens e três mulheres, todas/todos cis e homossexuais, que são professoras/professores da rede municipal de ensino em uma cidade do Pará; a partir das experiências homofóbicas vivenciadas no ambiente escolar pelas/pelos próprias/próprios professoras/professores ou por suas/seus alunas/alunos pode se classificar essas situações em dois modelos: Estado de aprisionamento e Pedagogia da diversidade; o estado de aprisionamento é sobre as

amarras de ser quem se é, como a pessoa se vê e como as outras pessoas a leem; a Pedagogia da diversidade é a prática docente de gays e lésbicas que se reafirmam e só de estarem presentes no espaço escolar, causam um processo de desconstrução de preconceitos heteronormativos e auxiliam na compreensão do respeito a pluralidade de subjetividades.

A partir da leitura na íntegra dos textos selecionados no Quadro 2 foi possível perceber algumas questões importantes a serem frisadas neste trabalho.

Basicamente, o trabalho que apresentou a relação interseccional entre a opressão racial e as opressões relacionadas a gênero e sexualidade foi o que estava no GT 08, intitulado “A formação docente antirracista e antissexista”, da 40ª Reunião Nacional da ANPED. Esse trabalho problematiza como se dão as temáticas relacionadas às questões étnico-raciais, a perspectiva antirracista e antissexista na formação docente no Ensino Superior.

Isso é um sinal de que pesquisas interseccionais que possam discutir sobre LGBTI+fobia e racismo, mas também relacionadas a outros marcadores sociais como: religião, território, classe social, capacitismo etc., são ainda incipientes e em número reduzido na ANPED, o que acaba por impedir o levantamento da análise de outras questões que se aliam à LGBTI+fobia no processo de desumanização de certas pessoas.

Infelizmente, o trabalho “Autorrepresentações e subalternidades: famílias, racialidades e masculinidades na escola”, do GT 23 da 38ª Reunião, não pode ter o seu conteúdo analisado, pois só apresentava o resumo, que dá indícios de uma pesquisa interseccional entre raça, família, gênero e sexualidade, e a partir desses marcadores sociais buscava compreender qual é o entendimento de estudantes de uma escola em relação à expectativa da masculinidade e da racialidade.

Além disso, não há menção e/ou aprofundamento sobre o termo LGBTI+fobia, quando este apareceu foi para citar dados sobre violências e mortes. Em quase todos os trabalhos analisados na íntegra, a categoria que mais apareceu foi a da homofobia e discussões, na maioria dos textos, centradas em pessoas cis e homossexuais (tanto para homem quanto para mulher, sendo que em alguns casos não se usou o termo “lésbica” e, sim, homossexuais também para pessoas do gênero feminino). Isso chama a atenção, pois mesmo sendo trabalhos produzidos há poucos anos, podem estar contribuindo para praticar um apagamento (intencional ou não) de toda uma comunidade plural tanto em identidades de gêneros quanto em sexualidades, algo que esta dissertação tenta não repetir e por isso trabalha com categorias como LGBTI+ e LGBTI+fobia, conforme já explicado anteriormente.

Por fim, vale mencionar que nesta segunda etapa de análise mais profunda, apenas um dos textos estava presente no GT 08 que trata da formação de professores. O que pode nos indicar um não interesse ou uma dificuldade de se trabalhar as questões relacionadas ao gênero e à sexualidade durante o processo de formação docente e, por consequência, em um GT de formação docente, algo que a presente dissertação está buscando entender se existe ou não uma necessidade e qual a contribuição essa grande área, que são os estudos sobre Gênero e Sexualidade, traz para uma formação inicial de professoras/professores que combata a LGBTI+fobia.

Uma questão que foi possível perceber é a ausência de discussões sobre disciplinas ou conteúdos que abordem gênero e sexualidade na formação inicial. Em alguns deles, foram apresentadas pesquisas que ocorreram no campo da pós-graduação (especialização).

A título de comparação próxima com a presente pesquisa, existe um trabalho que não estava nas produções apresentadas na ANPEd, mas sim no capítulo feito por Carina Alexandra Rondini, Fernando Silva Teixeira Filho e Larissa de Souza Lombardi (2021), que consta na obra “Educação, Sexualidades e Direitos Humanos no Contexto Escolar” também do ano 2021, que apresenta similaridades com a proposta apresentada aqui nesta dissertação. Naquela produção, houve um levantamento sobre incidência de LGBTI+fobia denunciada por docentes de escolas da rede Estadual de ensino de uma cidade do noroeste de São Paulo. A partir desse processo, naquele espaço, foi possível permitir uma formação e qualificação docente, habilitando-as/os a contribuir para a desconstrução de perspectivas LGBTI+fóbicas em suas/seus alunas/alunos através da transformação de conhecimentos.

Por fim, foi possível perceber uma escassez de pesquisas que se deem dentro da formação docente inicial, como ocorre na presente dissertação, e que sejam voltadas a relatar experiências dentro de uma disciplina específica sobre gênero e sexualidade provenientes de licenciandas/licenciandos, além de se propor a discutir sobre a LGBTI+fobia.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Compreender o que se produz de (r)existências contra a LGBTI+fobia na formação docente, através das experiências da docente e de discentes que cursaram a disciplina GSFP ofertada na graduação em Licenciatura em Química do IFRJ *campus* Duque de Caxias.

2.2 Objetivos específicos

- Analisar se em documentos institucionais, como o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) da Licenciatura em Química [Brasil (2018)] e a Lei nº 11892/2008 [Brasil (2008)], há alguma referência explícita sobre gênero e sexualidade na formação docente e se existe menção ao combate à LGBTI+fobia institucional;

- Entender os processos político-institucionais no IFRJ – *campus* Duque de Caxias, que fizeram com que a disciplina GSFP fosse primeiro ofertada como eletiva e posteriormente se tornasse uma disciplina obrigatória para o curso de Licenciatura em Química e quais os efeitos de ser um componente curricular obrigatório;

- Compreender como a docente idealizou a disciplina GSFP para entender qual a perspectiva e a necessidade que ela percebeu no campo de estudos de gênero e sexualidade para que se criasse uma disciplina em um curso de formação de professoras/professores, se houve oposições e/ou apoios à proposta e como o combate à LGBTI+fobia pode estar nas aprendizagens da disciplina. Além disso, é necessário entender como a Resolução 02/2015 do CNE [Brasil (2015)] contribuiu para esse processo;

- Entender como estudantes indicadas/os pela professora, que cursaram GSFP no período compreendido entre 2019 e 2023, perceberam a disciplina na formação, se ela contribuiu para o combate a LGBTI+fobia e como eles enxergam que gênero e sexualidade podem estar presentes no seu fazer docente.

3 LGBTI+FOBIA E O SISTEMA: DA MARGINALIDADE ÀS (R)EXISTÊNCIAS

Para subsidiar a discussão sobre LGBTI+fobia precisamos entender, primeiro, que ser uma pessoa LGBTI+ significa ser empurrada para um lugar marginal. Marginal no sentido literal, aquela/aquele que não faz parte do padrão de referência e a partir desse padrão sofre um processo de ser estigmatizada/estigmatizado e desumanizada/desumanizado e, portanto, é colocado à margem da sociedade.

LGBTI+ são pessoas que possuem identidades. Identidades essas, como nos diz Silvia Aguião: “que conformam ‘sujeitos inteligíveis’” porém “não são fixas ou fundantes, mas o efeito resultante de práticas culturais e políticas configuradas por e através de regras determinadas” (AGUIÃO, 2020, p. 148). Ou seja, pessoas que não seguem a cisheteronormatividade desafiam o padrão binário de gênero, construído social e historicamente e dado como natural, presente na base da nossa sociedade: se for mulher, vai ser heterossexual, submissa e feminina e se for homem, vai também ser heterossexual, será “o chefe de família provedor” e será masculino.

Louro (2016), nos convida a refletir sobre isso entendendo que todos os corpos apresentam marcas. Nada se dá fora do corpo. Tanto as marcas normativas de sexo, gênero e sexualidade, quanto aquelas marcas de expressões de subversão e transgressão. Não existe um corpo no vácuo, fora da cultura.

Com relação às marcas de subversão e transgressão, podemos chamá-las de marcas de (r)existências, como proposto neste trabalho, ou seja, um conjunto de ações que visam um combate às opressões estruturantes da nossa sociedade com o objetivo de sobrevivência de si e das subjetividades que conformam corpos marginalizados. É um processo de singularização que se dá a partir, primeiro, da percepção dessas opressões e da produção e reinvenção de mecanismos coletivos que rompam com a violência.

Essas marcas estão muito atreladas aos movimentos cotidianos que surgem no ambiente escolar, pois sabemos que corpos LGBTI+, por exemplo, tensionam os espaços hegemônicos. E como Foucault (2023) nos diz, o poder não está localizado em um único campo, ele emerge das relações entre dois ou mais indivíduos ou grupos. Um corpo LGBTI+, ao questionar e reivindicar seu espaço em um ambiente tão cisheteronormativo como a escola acaba por provocar deslocamentos e muito provavelmente sofrerá uma resposta violenta.

Por isso, é importante que as lutas por (r)existências não se deem de forma individual, mas sim coletiva. É necessário que pessoas oprimidas se unam para criar estratégias de subversão e transgressão contra a cisheteronormatividade compulsória.

Em diálogo com Curiel (2016) e Aguiar (2020), também se torna possível compreender que existe todo um “cistema” (uso o termo “cistema” com a letra “c” para demarcar o espaço da cisgeneridade dentro desse sistema cisheteronormativo) construído em cima da concepção basilar da cisheteronormatividade, o que podemos chamar de um regime político da cisheterossexualidade compulsória.

O “cistema” também pode ser entendido como o conjunto das forças hegemônicas que detêm o privilégio sociopolítico e econômico entre as demais forças e identidades políticas existentes na nossa sociedade, basicamente podemos considerar o “cistema” sendo representado por aquele indivíduo que é homem, branco, cisgênero que se encontra no topo da pirâmide social e dita as regras do jogo dentro da estrutura social brasileira e transforma em Outro, em marginal, em fora do padrão quem não se assemelha a ele, como muito bem explicado no trabalho de dissertação da professora e pesquisadora Sara Wagner York (2020).

O uso do termo compulsório, caracterizando a cisheterossexualidade, aqui designa essa ideia pré-concebida de que todas as pessoas são cisgêneras e heterossexuais. Está muito ligada a uma concepção naturalizada do gênero e da sexualidade. Esse “cistema” também é responsável a todo momento por tentar encaixar todas/todos as/os sujeitas/sujeitos dentro dos paradigmas pré-estabelecidos como padrões a seguir. Aquelas/aqueles que subvertem a norma cisheterossexual compulsória estão passíveis a sofrerem sanções através de discursos médicos, jurídicos, econômicos, sociais (LOURO, 2016) e educacionais, o que interessa no contexto desta pesquisa.

Taxadas/taxados como anormais e destruidores da família tradicional, aquela no formato heterossexual (composta por marido, mulher, filhos e/ou filhas), seus corpos estão sempre sendo alvo de violências. Das menos visibilizadas, quando o sistema político-jurídico não lhes permite acessar direitos básicos, até as mais extremas e visíveis como agressões físicas que podem, inclusive, ceifar suas vidas.

Judith Butler, ao ser entrevistada por Baukje Prins e Irene Costa Meijer (2002), afirma que os discursos estão presentes nos corpos, habitando-os, ou seja, os discursos proferidos contra indivíduos LGBTI+ possuem força para mover toda uma estrutura social (política, econômica, jurídica, médica) contra corpos não-heterossexuais e não-cisgêneros. Os corpos de pessoas LGBTI+ são transformados em corpos abjetos. A filósofa Butler, nessa mesma entrevista, ainda nos traz o conceito de abjeção que, segundo a entrevistada, seria o processo de transformar qualquer corpo que escapa à norma em algo dispensável e sem vida.

Refletindo sobre o papel da religião nessa construção, Oliveira (2020) nos traz logo no início de seu livro, produzido a partir de sua tese, a construção da figura do Diabo. Essa figura

sempre ligada ao mal, à escuridão, aquele que te faz cair em pecado, pode se apresentar como uma figura monstruosa, uma mulher ou um homem, atraentes, o que dialoga muito com essa construção racista e LGBTI+fóbica que temos na nossa sociedade. Deus, o ser puro, ligado à luz, sob vestes brancas abençoa a todas aquelas/aqueles que seguem seus preceitos. Segundo a vertente de fé cristã, somos imagem e semelhança do Criador. Porém, para aquelas/aqueles que ousam descumprir a norma cisheterossexual, o Diabo os aguarda. “O Diabo também foi associado à homossexualidade, sendo seus agentes os homossexuais, os gays afeminados, os viados e as bichas condenadas ao fogo do inferno.” (OLIVEIRA, 2020, p. 24). Deus, ligado aos heterossexuais e brancos. O Diabo, ligado aos “desvirtuados” e negros, ou corpos abjetos se quisermos pensar também com a definição que Butler afirmou em entrevista a Prins e Meijer (2002).

Trazendo para o contexto desse trabalho, consigo entender que a LGBTI+fobia é responsável por retirar a vida e desumanizar corpos LGBTI+ de forma semelhante ao que acontece no racismo, que retira a humanidade e o direito de viver dignamente de pessoas negras, as quais muitas também fazem parte da comunidade LGBTI+. Tanto a LGBTI+fobia quanto o racismo habitam e atravessam os corpos da nossa sociedade cisheterossexual branca.

Apesar desse lugar de desumanidade, exclusão e violência, pensando junto à Grada Kilomba (2019), acredito que a margem também deve ser pensada como um lugar de elaboração de resistências. Pessoas negras, e aqui estendo a compreensão também para pessoas LGBTI+, principalmente as pessoas LGBTI+ negras, são reiteradamente marginalizadas e aprendem juntas a esses espaços de exclusão a elaborarem novas formas de luta, de enxergar o colonialismo branco presente na nossa sociedade e se reinventar enquanto sujeitas/sujeitos. Vale ressaltar que o colonialismo branco também é responsável por afetar as pessoas brancas, principalmente na questão da sua subjetividade. Pessoas brancas acabam por se perceber como única referência na sociedade, se enxergando em todos os lugares, principalmente os de prestígio. Ou seja, o colonialismo branco produz uma percepção hegemônica da branquitude.

A margem não é um lugar a ser romantizado pois também é um espaço de dor, porém, devemos enxergá-lo como um *locus* de troca potente e de elaboração de (r)existências entre aquelas/aqueles que são desumanizados pelo poder da branquitude e da norma cisheterossexual. “É o entendimento e o estudo da própria marginalidade que criam a possibilidade de devir como um novo sujeito.” (KILOMBA, 2019, p. 69).

Pensando em como as discussões de gênero e sexualidade se apresentam na Educação, Vanessa Leite (2020) nos mostra, que o processo educacional está calcado em ensinamentos conservadores que é tanto perpetuado pela família quanto pelas escolas. Professoras e

professores têm muita dificuldade de tratar a sexualidade como um campo possível fora dos discursos biológicos. Quando se toca nesses aspectos geralmente são suscitados apontamentos que falam sobre prevenção a doenças sexualmente transmissíveis e à gravidez. A sexualidade parece não poder estar presente numa perspectiva de direitos, desejos e vivências.

A mesma autora ainda nos informa que “Não há uma perspectiva de articular dimensões de gênero e sexualidade a outras dimensões da vida dos adolescentes, e essa postura está ligada a uma dificuldade dos profissionais em lidar com o tema.” (LEITE, 2020, p. 417). Em uma nota de rodapé, Leite (2020) nos adverte que é a capacidade de se ter uma vida autônoma e prazerosa sobre a sua sexualidade, que permitirá que adolescentes possam se proteger de violências, doenças e gravidezes não desejadas.

A importância de pensar a formação de docentes no campo interdisciplinar de gênero e sexualidade aponta que há um conflito permanente entre os ideários dos jovens/adolescentes sobre o que é gênero, sexualidades e os direitos sexuais e reprodutivos que se chocam com as expectativas do que as políticas educacionais e a própria escola imaginam que seja o correto. Dentro do contexto escolar, ao se tocar na LGBTI+dade, muitas/muitos docentes deixam escapar seus preconceitos, principalmente quando o assunto é travestilidade ou transexualidade e homossexualidade, principalmente de homens gays ou bissexuais tidos como mais afeminados e mulheres lésbicas ou bissexuais tidas como mais masculinizadas, pois são corpos que trazem consigo a marca visível da transgressão do padrão cisheteronormativo. Geralmente, pessoas T, travestis e transexuais, são as mais afetadas dentro do ambiente escolar já que o preconceito contra elas/eles nesses espaços costuma ser camuflado e leva a punições mais severas para essas/esses estudantes. (LEITE, 2020).

4 CAMINHOS METODOLÓGICOS INICIAIS

Para que seja possível uma pesquisa que discuta como a formação docente pode contribuir para o combate à LGBTI+fobia é preciso entender o que pode uma disciplina que discuta gênero e sexualidade durante o processo formativo, além de entender qual a perspectiva de profissional que se deseja formar e que tipo de formação estamos falando.

Pretendo me aprofundar sobre a produção de subjetividades, buscando a compreensão de como a LGBTI+fobia é um vetor de produção de subjetividades. Portanto, a princípio, estou caminhando com as reflexões propostas nos trabalhos de algumas/alguns autoras/autores: Félix Guattari e Suely Rolnik (1986), Grada Kilomba (2019), Michel Foucault (2023), Luis Antônio Baptista (1999), Guacira Lopes Louro (2013), Megg Rayara Gomes de Oliveira (2020) e Sara Wagner York (2020).

Dialogando com Paco Vidarte (2019) acredito que é necessário que nós, sujeitas e sujeitos LGBTI+ possamos nos tornar sujeitas bichas, sujeitas lésbicas, sujeitas/sujeitos trans, sujeitas/sujeitos bissexuais, a partir de uma tomada de posição política. Não basta apenas observar as opressões de modo passivo. É preciso nos movermos. É preciso construir uma ética que seja representativa das pessoas LGBTI+ e que rompa com as propostas éticas universais da cisheteronormatividade. O ser político se faz no enfrentamento às opressões e injustiças observadas, como nos diz o autor.

Vidarte (2019) afirma que:

Nosso código de valores, nossas pautas de conduta, tudo o que fazemos e pensamos, querendo ou não, sempre medimos à luz de abordagens e propostas heteronormativas, procedentes de âmbitos tão homofóbicos como a Igreja, a religião, a filosofia, a escola, a universidade, a política, os partidos, a cultura, o cinema e todos os discursos morais que as instituições proclamam aos quatro ventos para impregnar pouco a pouco as pessoas massivamente e desde pequenininhas. (VIDARTE, 2019, p. 19-20).

Portanto,

Uma ética bixa deveria recuperar a solidariedade entre os oprimidos, discriminados e perseguidos, evitando estar a serviço das éticas neoliberais criptorreligiosas herdadas em que fomos criados e nas quais se forjaram nossos interesses de classe, e recuperar a solidariedade com outros que foram e são igualmente oprimidos, discriminados e perseguidos por razões diferentes de sua opção sexual⁵. (VIDARTE, 2019, p. 22).

⁵ A título de esclarecimento, “opção sexual” foi o termo utilizado na citação retirada da obra do autor. Sabemos, entretanto, que orientação sexual é a expressão correta para designar a atração afetivo-sexual de uma pessoa por outra, podendo se dar entre indivíduos pertencentes ao mesmo gênero ou não.

Acredito que para a construção dessa ética bixa é necessário enfrentar os preconceitos que tive comigo mesmo e que a minha família ainda apresenta com relação às pessoas LGBTI+. Ao longo da construção desse trabalho venho tentando dialogar sobre aspectos e facetas da LGBTI+fobia com as pessoas que considero ser necessário abrir esse diálogo. Aos poucos vou tentando desatar alguns nós que foram colocados durante o percurso da minha vida enquanto LGBTI+ frente ao meu núcleo familiar. Não acredito que uma revolução se faça de forma individual, mas penso que mudar o micro já é um passo importante para preparar a mudança que pode estar em curso, também no nível macro. Penso que esse processo pedagógico é importante para romper com a ética cisheteronormativa e ir colocando em perspectiva aquilo que Vidarte (2019) chamou de uma ética bixa.

Não é um trabalho fácil, porém é necessário inclusive em respeito à memória daquelas e daqueles LGBTI+ que vieram antes de mim, questionando e tensionando a cisheteronormatividade compulsória, principalmente honrando às pessoas trans e travestis, mas também os viados, as bixas, as/os “giletes”, as sapatões, as caminhoneiras, as bofinhos etc. e todo esse “arsenal” de nomes e termos que já foram usados para nos insultar, mas que hoje reivindicamos como espaço de resistência. Nossas/Nossos antepassadas/antepassados tombaram – e muitas/muitos continuam tombando por conta da LGBTI+fobia. É preciso que possamos nos permitir SER para poder VIVER não só por nós, mas por aquelas/aqueles que ainda virão. Me despir de éticas universais e me lançar numa ética bixa também é o que estou me propondo a fazer com esse trabalho.

Um dos compromissos éticos que assumi neste trabalho é de me desnudar frente às amarras que até então vinha carregando e me permitir um mergulho em memórias que não são apenas de bons momentos, possibilitando um resgate de momentos em que a LGBTI+fobia esteve presente em minha vida tanto na escola, quanto em outros ambientes por onde passei/passo, como por exemplo, o círculo familiar. Tal resgate me fez chegar na possibilidade de pensar outras formas de escrita, como o uso de cartas, pois percebi que ao longo da feitura da dissertação e no próprio processo de pesquisa, escrever seria a melhor forma de comunicar as angústias, questões e reflexões que gostaria de trazer aqui.

Portanto, após momentos de orientações em grupo e de forma individual, consegui chegar à proposta de metodologia tendo as cartas como ferramenta, não somente como um resgate das memórias que possivelmente estavam ocultas pelo processo de LGBTI+fobia, mas também como forma de abrir diálogos e entender as experiências que as/os sujeitas/sujeitos da pesquisa vivenciaram tanto na disciplina de GSFP como também no processo de formação de suas subjetividades.

Após escrever a carta endereçada para o jovem estudante que fui e de remexer em memórias que formaram a subjetividade que me constitui, em um segundo momento, pude perceber que essa ferramenta poderia ser utilizada como forma de abrir diálogos com a professora Gabriela Salomão e as/os estudantes da Licenciatura em Química podendo possibilitar um encontro que ia além do físico: era a possibilidade de atingir a compreensão de que as questões e angústias que trazia comigo mesmo enquanto jovem LGBTI+ possivelmente sejam também compartilhadas ou muito similares às histórias que essas pessoas também trazem consigo. Foi necessário sair do “eu” e das histórias “delas/deles” para, enfim, poder chegarmos ao que estava “entre” nós, aquilo que apresentamos de proximidades em nossas vivências na vida e na disciplina. Isso só foi possível graças ao uso das cartas, que permitiram liberdade na escrita, tanto das pessoas quanto minha. É o processo de escrita pensado como metodologia.

A troca de cartas entre remetente e destinatários cumpre um papel de convite a outras formas de temporalidades: menos pressa, menos ansiedade, menos imediatismo e mais processos de reflexões e de generosidade em também despir suas histórias e memórias para contribuir com a pesquisa. Destaco também a possibilidade de se tomar mais tempo para maturar a própria forma que irá responder ao que lhe foi perguntado. Esse, inclusive, foi um dos maiores desafios do uso dessa ferramenta: estabelecer uma troca orgânica que não fosse um processo sem questionamentos ou sem resgate das vivências pessoais e na disciplina.

Como forma de exemplificar, trago alguns trechos das cartas que mostram como a temporalidade é um fator importante presente no uso das cartas. Em alguns casos, houve pedidos de desculpas pela demora como foi possível ler nos seguintes excertos: *“Primeiramente peço desculpas pela demora em responder.”*, *“Ficarei mais atento aos e-mails e procurarei responder mais brevemente”* e *“Oi Yago, perdão pela demora, tive pouco tempo recentemente.”*. Em outros casos, apontavam a necessidade desse tempo maior para pensar o que precisava ser escrito para contemplar as perguntas feitas pelo pesquisador: *“Pensei bastante sobre suas perguntas e tentei responde-las (sic) da melhor forma possível.”* e *“Dessa vez tomei mais tempo para pensar nas respostas. Tentei lembrar o máximo que pude das aulas de GSFP.”*.

Em algumas cartas, o próprio pesquisador se desculpou pela demora na resposta da carta como pode ser visto no seguinte trecho: *“Ando um tanto quanto atribulado e não consegui responder a sua carta antes e, por isso, estou fazendo agora.”*. Tanto no caso do remetente quanto de destinatárias/destinatários que pediam desculpas, entendo que essa era uma forma de expressar uma preocupação com a demora nas respostas e uma afirmação do compromisso estabelecido entre pesquisador e sujeitas/sujeitos da pesquisa. Ao longo do tempo, criou-se um

vínculo (alguns com mais e outros com menos intensidade) entre as pessoas envolvidas nessa pesquisa e o autor da pesquisa aqui apresentada.

As demoras às respostas nas cartas podem, no geral, serem tomadas como positivas – no sentido de apontarem para uma maior reflexão antes de irem para a escrita. Entretanto, também podem indicar a falta de tempo de se responder devido às responsabilidades cotidianas, como estudos e trabalhos.

Vale ressaltar que a pressa por responder é algo que pode ser fruto da faixa etária das/dos sujeitas/sujeitos da pesquisa. Em sua maioria são jovens que vivenciam há muitos anos uma imersão no processo de avanço das tecnologias da informação e da comunicação. Estamos a todo momento sendo bombardeados por informações e por respostas que geralmente precisam ser instantâneas, como acontece em aplicativos de troca de mensagens como, por exemplo, o *WhatsApp*. Isso gera ansiedade e uma percepção do tempo que é muito mais do imediatismo do que do processo. Em alguns momentos da pesquisa, foi utilizada essa ferramenta para breve comunicação ou obtenção de informações simples com algumas/alguns estudantes e com a professora. Exceto no caso da docente, que realmente resolveu responder uma das cartas via áudios no *WhatsApp*, sendo necessário serem transcritos com o auxílio de uma ferramenta de acessibilidade chamada *ViraTexto* – os áudios são enviados como se fosse uma conversa comum no aplicativo e o *bot* (robô, também podemos chamar de inteligência artificial) os transcreveu.

Outra situação em que houve o uso do *WhatsApp*, para além de uma comunicação, foi quando uma aluna respondeu por lá, na forma de mensagem de texto, ao ser perguntada se teria algo a acrescentar (nesse caso acredito que ela assim o fez, pois, essa pergunta também foi feita por mim no aplicativo de mensagens). Porém, em qualquer dos casos em que se utilizou o *WhatsApp*, não houve prejuízo para a presente pesquisa, pois, a ferramenta mais utilizada com todas/todos sujeitas/sujeitos foi a troca de cartas via e-mail.

Daniela Auad e Cláudia Regina Lahni (2021), duas pesquisadoras feministas e lésbicas nos convidam à prática da desterritorialização a partir das topografias feministas, que é uma “teoria das mulheres que não se localizam e não são localizadas”. (AUAD e LAHNI, 2021, p. 2). Pegando emprestado essa teoria, acredito que nós, pessoas LGBTI+, estamos em constante processo de movimento e de luta política. Não desejamos ser localizadas, circunscritas, encaixotadas, definidas ou imobilizadas pelos olhos cisheteronormativos que nos enxergam.

Trago para o presente trabalho a problematização como ferramenta de análise para as questões postas nesse trabalho, muitas que emergiram do processo de troca das cartas.

A problematização compreende uma forma analítica que vai muito além das perspectivas mais tradicionais de metodologias. Ela nos permite traçar um percurso que não está dado e definido, mas que se pretende questionar e refletir sobre as questões que se apresentam no “objeto” pesquisado, de acordo com Christian Fernando Ribeiro Guimarães Vinci (2015).

Problematizar é, segundo Vinci (2015), caminhar de uma forma mais crítica, curiosa e olhando para questões que não estão dadas à priori. A análise feita a partir da problematização, em alguns momentos, necessita de uma pausa, reflexão e até retorno a questões que pareciam já superadas. Nesse processo de problematização buscarei, inclusive, partir do diálogo com as memórias e marcas da formação que vivi ao longo do Ensino Médio e da Graduação.

Busco entender como surgiu a disciplina GSFP no IFRJ – *campus* Duque de Caxias e as implicações advindas com ela. Para isso, utilizarei as minhas experiências, enquanto egresso da Licenciatura em Química nessa instituição, aliada às experiências de outras/outras alunas/alunos que também cursaram essa disciplina para (re)construir o contexto dessa implementação na instituição e as questões que atravessaram e ainda atravessam essa disciplina e as possibilidades institucionais já traçadas ou necessárias de serem promovidas no combate à LGBTI+fobia no IFRJ *campus* Duque de Caxias e na formação docente que o Instituto realiza.

Para que se possa traçar um panorama entre o que está escrito e a realidade da situação sobre a formação docente nessa instituição, recorrerei a análise de três documentos: a Lei nº 11892/2008 que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de Licenciatura em Química e a Resolução 02/2015 do CNE que foi responsável pela discussão inicial e aprovação em colegiado do componente curricular GSFP.

4.1 **Cartas como recurso de resgate das memórias**

Ao longo do processo de elaboração desta dissertação, me permiti praticar uma escrita mais livre. Para me acostumar com essa nova proposta, elaborei um primeiro exercício de escrita de uma carta, pensando-a como um recurso pedagógico na escrita acadêmica, ou seja, que essa carta pudesse me auxiliar na escrita do projeto da dissertação, além de permitir uma aproximação maior de quem lê o trabalho, sem perder o rigor exigido de uma comunicação científica, tal como afirmaram Ana Cristina de Moraes e Francisco Mirtiel Frankson Moura de Castro (2018). Durante a escrita dessa carta, foi possível perceber pistas que poderiam contribuir para a escrita do presente trabalho, vivências que impactaram diretamente a

subjetividade enquanto estudante e podem ser reelaboradas hoje como pesquisador e que fizeram reafirmar a importância de se pesquisar gênero e sexualidade na formação docente, visando combater a LGBTI+fobia. A carta é apresentada na íntegra a seguir:

Jovem estudante que fui,

Escrevo essa carta para saudar aquele sujeito que fui, que estou sendo e que serei daqui a algum tempo.

Desde que você/eu se entendeu como uma pessoa LGBTI+ muita coisa dentro de si foi mudada. Acredito que hoje, ao olhar para trás, é perceptível o quanto mudou e o quanto suas/minhas perspectivas profissionais e acadêmicas também foram mudadas.

Sei que esse processo de transformar não foi uma tarefa fácil. Mudar dói. Aprender é um processo que simultaneamente te destitui e te constitui de múltiplas maneiras.

Quando você era pequeno, evitava ao máximo a alcunha de gay, bixa, viado e outros termos. Tentava sempre se esconder, não chamar muita atenção para si. Durante boa parte da sua vida, você se esforçou para realizar uma fuga de si mesmo.

Lembra que seu pai, assim como toda sua família, é uma pessoa mais conservadora, e uma vez, conversando sobre algo, fez uma relação direta com ser gay e ser uma pessoa que abusa de álcool e outras drogas? Hoje em dia, isso não faz o menor sentido para você!

Um garoto educado, estudioso, "na dele", que frequentava as missas aos domingos... aparentemente um filho perfeito. Será que era mesmo? Você fugia de quem tu eras.

Ao longo dos três anos do seu Ensino Médio, as diversidades se mostraram bonitas em suas mais diversas formas. Foi o primeiro contato que você teve com tantos corpos e subjetividades tão distintas, convivendo num mesmo espaço.

Acredito que ali, na FAETEC, esse seu processo de transformação se iniciou. Quero te tranquilizar e dizer que até hoje ele não acabou. Talvez nunca acabe! Viver é se permitir mudar. É afetar, mas também ser afetado por tudo aquilo que nos rodeia enquanto sujeitos.

Desde o Ensino Médio, sua vida foi tomando outros rumos. Você foi estudar em Duque de Caxias, no bairro de Sarapuí, para se formar professor de Química. Ter sido aluno do IFRJ foi mais uma etapa importante que culminou no seu processo de entrada e vivência no Mestrado. Calma que eu vou te contar: lá você continuou a ter esse contato com múltiplas diversidades e foi lá que teve um contato com estudos sobre gênero e sexualidade. Esse espaço aprofundou essa desconstrução iniciada durante os anos em que tu foste aluno da FAETEC. Entrar, de fato, na vida acadêmica foi muito importante para você! Além de ter descoberto uma paixão pela Educação, estudar gênero e sexualidade ampliou os teus horizontes de perspectivas de vida acadêmica - você se tornou um pesquisador sobre gênero e sexualidade! Hoje, você deseja ser um futuro professor de ensino superior, que pesquisa formação docente em gênero e sexualidade.

A Química, que foi uma disciplina que foi uma paixão sua desde o primeiro contato no 9º ano do Ensino Fundamental, hoje não é tanto aquilo que te move. O processo de cursar uma graduação em Licenciatura em Química não foi inútil pois te deu uma formação inicial e as ferramentas primárias para se constituir o aluno de mestrado que tu és hoje.

Bom, hoje, em 2022, ao olhar para o seu passado, é visível que as questões de gênero e sexualidade sempre estiveram à sua volta: seja na relação consigo mesmo - silenciamento de uma expressão do eu e de um desejo sexual que não faria parte do "normal", com a sua família - uma vivência de muito sofrimento subjetivo que te trouxe consequências como a timidez, a insegurança e a ansiedade, que hoje você tenta, em terapia e aos poucos, se livrar dessas amarras - e com a escola - ser um bom aluno também era uma estratégia para não chamar atenção sobre você.

Não tenho como saber o que o futuro me reserva mas eu espero, com muita vontade, que sua dissertação possa constituir mais uma ferramenta para pensarmos uma formação docente na perspectiva ampla da formação humana, que combata as opressões de gênero, sexualidade e raça, visando uma formação cidadã plena, em que todas possam caber na escola e nos demais espaços sociais. Além disso, essa pesquisa servirá como um marco na vida da pessoa que escreve essa carta, ajudando no seu processo contínuo de desconstrução e transformação.

Espero poder continuar esse diálogo no futuro.

Abrços e afetos no hoje pensando no cuidado com o passado,

*Mestrando (de hoje, em 2022).*⁶

De acordo com Daniela Auad (2021), buscar uma escrita a partir das lembranças é produzir através de marcas que ajudam a reviver situações que estavam ocultas nas memórias, além de ajudar a entender os processos dolorosos e ressignificá-los.

Muitas pessoas LGBTI+ podem se identificar com a carta produzida e os acontecimentos aqui relatados, pois são situações semelhantes que podemos ter enfrentado ao longo de nossas vidas enquanto pessoas marginalizadas ou classificadas como minorias sociais. Nossas histórias e lutas se cruzam e merecem ser contadas, pois são (r)existências.

Entendendo, inclusive, que essas tantas memórias estão relacionadas comigo, mas não se encerram em mim, pois os processos sociais e educacionais nos quais elas se constituíram podem também se referir às vivências diretas ou indiretas das pessoas envolvidas nessa pesquisa ou de futuras/futuros leitoras/leitores do presente trabalho.

4.2 Cartas como procedimento da pesquisa de campo

“A escrita epistolar é uma partilha”, como afirmam Letícia Dalla Costa, Janaína Oliveira Steiger e Elisandro Rodrigues (2020, p. 95). Inspirado por esse trecho de um texto escrito em formato de cartas, me lancei a esse exercício de utilização da carta como instrumento para abrir diálogo com as sujeitas e os sujeitos da pesquisa, pois percebi que era uma forma de tirar um pouco da tensão que instrumentos como a entrevista podem causar como, por exemplo, intimidar as pessoas entrevistadas. A carta tem seu tempo, como minha orientadora me falou uma vez e gravei isso na memória e no coração.

Para ilustrar, apresento abaixo a carta que iniciou, de fato, o diálogo com as/os sujeitos da pesquisa. Foi uma forma de apresentação, contando um pouco sobre a minha vivência enquanto aluno da disciplina anteriormente e explicando em linhas gerais como funcionaria a pesquisa:

Bom dia! Tudo bem?

⁶ A fonte escolhida para a carta feita pelo autor diferencia-se daquela que é usada nas citações diretas para mostrar que se trata de um elemento que compõe o trabalho a partir de um diálogo feito por uma escrita autoral das marcas. Com relação aos trechos longos das cartas escritas pelas/pelos sujeitas/sujeitos da pesquisa mantêm-se a fonte Times New Roman e o tamanho 12, porém se coloca o texto em Itálico e com 4 centímetros de recuo à esquerda.

Após o envio do TCLE preenchido e assinado, podemos começar as nossas trocas de cartas. Primeiro, me permita me apresentar melhor: sou Yago Marinho Aquino do Nascimento, tenho 27 anos, sou licenciado em Química também pelo IFRJ - campus Duque de Caxias. Além disso, me identifico enquanto homem, cis, branco e bissexual. Moro em Vila Valqueire, um bairro do Rio de Janeiro. Atualmente, estou me encaminhando para a reta final do mestrado do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH) da UERJ. Em 2014.2 quando cheguei ao curso de Licenciatura em Química, não tinha muita noção do que encontraria pela frente. Desde o 9º ano do Ensino Fundamental, entretanto, quando conheci a disciplina Química, algo ali me mostrou que queria me formar nessa área do conhecimento. Até este momento, eu pensava que iria para Engenharia Química e não passava pela minha cabeça me formar professor de Química. Afirmando, sem sombra de dúvidas, que além da formação nos conteúdos relacionados à Química, o IFRJ me formou para ser um professor, com um olhar mais humano para as questões sociais que estão postas também nas salas de aula. Hoje estou pesquisando gênero e sexualidade na formação docente, especificamente sobre a LGBTI+fobia e como essa opressão é trabalhada e enfrentada ao longo do percurso formativo. Quero entender o que pode essa disciplina no combate às violências cometidas pela LGBTI+fobia e como isso pode contribuir para a produção de (r)existências. O meu caminho até o mestrado não pode se desvincular das vivências que passei em 5 anos na Licenciatura em Química do IFRJ - campus Duque de Caxias. Nesse espaço descobri outras questões que me movem como, por exemplo, as discussões sobre gênero e sexualidade, conforme já mencionado, e outras que perpassam as Ciências Humanas e Sociais, como Política e Educação, só para ilustrar.

Bom, para esta carta não ficar muito longa, acredito que consegui resumir um pouco quem sou, como me identifico, de onde venho e para onde estou indo (ou pretendo ir). Agora, eu gostaria de conhecer um pouco mais sobre você. Pode ficar tranquila/tranquilo que esse espaço aqui é nosso e como está descrito no TCLE, o que for levantado nessas trocas será apenas utilizado para fins científicos e durante a própria defesa final da dissertação, sem nenhum tipo de identificação que possa dizer quem você é. Garanto o sigilo e a confidencialidade daquilo que iremos dialogar a partir de hoje.

Acho importante ressaltar que você não precisa ter pressa e nem me responder as cartas de forma instantânea. Talvez existam momentos que você precise pensar no que irá me escrever na sua carta e está tudo bem. O processo aqui é menos corrido, tome o tempo que precisar. Só peço que me responda quando achar possível para que assim possamos dar fluidez nas nossas conversas.

Gostaria, por fim, que você pudesse se apresentar um pouco, me falar sobre sua idade, identidade de gênero, pertencimento étnico-racial, orientação sexual, quando chegou ao IFRJ e em que período você se encontra. Além disso, gostaria de saber também o ano e o semestre que você cursou a disciplina de Gênero e Sexualidade na Formação de Professores, indicando se foi como disciplina eletiva ou obrigatória.

Acho que para um primeiro momento, é o que preciso conhecer um pouco sobre você. Espero que fiques à vontade e peço encarecidamente para que seja sincera/sincero nas suas respostas. Vamos nos conhecer!

Até uma próxima.

Aguardo um retorno.

Obrigado por sua atenção

Abraços,

Yago Marinho.

Rio de Janeiro, 15 de julho de 2023.

Outras cartas foram escritas por mim e enviadas às pessoas que participaram, ao longo da pesquisa, para me comunicar com as/os sujeitas/sujeitos da pesquisa, no caso a professora da disciplina e alunas/alunos que cursaram a disciplina, indicadas/indicados por ela. A carta acima foi usada para contribuir com a escrita da dissertação através de fragmentos das minhas memórias, mas serviu também como instrumento tanto para o diálogo quanto para a coleta dos

dados que compõe os resultados que virão mais à frente no texto. Concordando com Luciana de Oliveira Pires Branco (2016), desejo que essa escrita possa me aproximar de quem leia esse trabalho e que as memórias venham a compor uma costura mais artesanal no fazer dessa pesquisa com as marcas que me atravessaram e ainda hoje me atravessam objetiva e subjetivamente.

Diferente de outros instrumentos que são utilizados para conseguir dados em uma pesquisa, a carta vai precisar de uma maturação maior. Ela não precisa de um imediatismo. Ela tem que ser confortável para quem escreve e para quem a recebe. A escrita epistolar é uma prática que nos demanda pensamento, reflexão, pausas, retomadas – inclusive se assemelha muito ao processo de escrita de uma dissertação nesse ponto: é preciso ler, pensar e depois escrever. Esse exercício é possível de visualizar no artigo produzido por Marta Orofino e Elisandro Rodrigues (2017) o qual traz uma série de correspondências ficcionais que teriam sido trocadas entre Italo Calvino e Gilles Deleuze a partir de excertos de textos desses autores.

A partir deste exercício de montagem proposto por Orofino e Rodrigues (2017), consegui perceber que a escrita epistolar também se estabelece a partir do que as/os interlocutores/interlocutores desejam saber ou a partir do que foi respondido. É uma costura artesanal, na qual duas ou mais pessoas estabelecem um diálogo e uma expectativa de serem correspondidas.

Portanto, inspirado pela montagem realizada por Rodrigues (2020) em sua tese e propondo um diálogo com a Ética Bixa, pensada por Vidarte (2019), que se propõe disruptiva e fora dos padrões cisheteronormativos – que também atravessa esta escrita, apresento a seguir alguns trechos de algumas das cartas que produzi e utilizei para estabelecer uma comunicação com as/os estudantes da disciplina GSFP. Vale ressaltar que algumas cartas foram replicadas de forma semelhante para as/os sujeitas/sujeitos discentes da pesquisa, porém, dependendo do retorno que recebia e da singularidade de cada situação, havia envios mais particularmente específicos. Em cada qual, às vezes havia algumas inserções ou mudanças de assunto sobre o que estava sendo respondido, ou seja, nem todas as cartas foram iguais, pois cada sujeita/sujeito trouxe contribuições únicas relacionadas às suas vivências e também procurei escrever em diálogo com o que aparecia.

É importante para esse trabalho entender como os diálogos se estabeleceram entre as/os interlocutoras/interlocutores envolvidas/envolvidos nessa troca de correspondências, principalmente, fomentados pelas experiências discentes que serviram como estopim das conversas que se estabeleceram e da tessitura em conjunto que pesquisador-interlocutoras/interlocutores, enquanto autores, foram costurando ao longo das trocas de cartas.

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2023

[...] Agradeço pelo aviso de seus pronomes e por sua apresentação. Aproveito para te perguntar se você tem alguma preferência entre o masculino, o feminino e o neutro. Quería saber um pouco mais sobre a sua experiência na disciplina de GSFP, tudo bem? Você lembra se foi abordado o tema da LGBTI+fobia? Caso tenha sido tratado em alguma aula sobre essa categoria/violência, ela foi discutida junto há outras questões como o racismo, por exemplo? Você enquanto uma pessoa LGBTI+ teve alguma dificuldade ao longo da disciplina? Como foi o trabalho final? Qual o papel que você acha que a disciplina GSFP tem dentro da estrutura curricular do curso de Licenciatura em Química do IFRJ? Por enquanto vou te deixar com essas perguntas e reflexões. aguardo ansiosamente por suas respostas. Até breve!
Abraços,

Yago Marinho.

Rio de Janeiro, 17 de agosto de 2023

[...] Adorando nossas trocas. Quanta coisa interessante!
Retomando algumas perguntas, eu queria saber se você poderia detalhar mais, se você se lembra, o que era debatido sobre LGBTI+fobia e questões como raça, gênero e classe social, sobre as interseccionalidades. Por acaso, você já viveu e/ou presenciou alguma atitude preconceituosa no IFRJ, seja entre alunas/alunos e professoras/professores? Ou qualquer outra/outro funcionária/funcionário? Em alguma outra disciplina da LQ vocês discutiram algo que foi trabalhado em GSFP? No seu cotidiano, você já passou por violências LGBTI+fóbicas? Por enquanto é isso. aguardo seu retorno.

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 2023

[...] Primeiro, peço perdão por demorar a responder sua última carta - estou um tanto atribulado de um tempo para cá. Enfim, sobre as interseccionalidades e as questões que levantou, o que você consegue lembrar? Ou melhor dizendo, o que você aprendeu sobre isso? Quero que saiba que sinto muito por toda essa violência que você já sofreu e espero não ter despertado nenhum tipo de gatilho em ti. Sobre violências dentro do IFRJ - CDuC, você conseguiria me dizer alguma dessas que já ouviu terceiros comentarem? Agradeço demais a sua contribuição, querida! Tem sido ÓTIMO trocar com você.

Rio de Janeiro, 02 de outubro de 2023.

Boa noite, tudo bem? Espero que sim. Infelizmente o tempo para a troca de cartas está se aproximando do fim, pois preciso terminar as análises das nossas trocas e enviar o quanto antes a dissertação para a banca de defesa. [...] Deixo aqui as perguntas que preciso que você me responda até o prazo máximo:

- *Em algum momento na disciplina GSFP foi discutido, pensado ou lido materiais sobre estratégias para o combate à LGBTI+fobia?*
- *Preciso de um nome sugerido por você de uma personalidade com visibilidade no movimento LGBTI+ que seja alguém que tenha um histórico na luta contra a LGBTI+fobia (lembrando que esse será seu nome no texto da dissertação)*
- *Gostaria que vc (sic.) me dissesse (sic.) sugestões ou recomendações que você faria para uma disciplina de gênero e sexualidade na formação de professoras/professores relacionado ao combate à LGBTI+fobia.*

Fique à vontade para responder o que desejar. Agora estou perguntando de forma mais geral e não focando na disciplina GSFP do IFRJ - CDuC em si.

Rio de Janeiro, 21 de Julho de 2023

[...] Fico feliz de conhecer um pouco mais sua trajetória. Interessante saber que você teve essa experiência na indústria e, depois, entendeu que não queria estar no seu espaço. Queria saber mais da sua experiência na disciplina de Gênero e Sexualidade na Formação de Professores. Você sentiu alguma dificuldade em algum/alguns conceitos e questões trabalhadas no semestre que cursou? Você saberia me dizer se houve alguma discussão sobre LGBTI+fobia durante as aulas da disciplina? Fiquei bem interessado em saber mais sobre esse projeto dos banheiros. Poderia me contar mais? E só pra entender melhor, você cursou GSFP em 2023.1 foi isso?

Rio de Janeiro, 17 de julho de 2023.

[...] Nossa, espero que as coisas melhorem pra você e agradeço por ter me contado um pouco sobre a sua família e a sua história. Você acha que a disciplina de gênero e sexualidade te deu a possibilidade de entender e debater ao longo da sua formação sobre LGBTI+fobia ou não houve esse debate? Digo, em algum momento vocês chegaram a debater sobre LGBTI+fobia? Nesse teu processo ao longo da disciplina, você aprendeu sobre coisas novas? Como foi sua experiência no trabalho final de GSFP?

Aproveito o momento, diante do que você citou sobre racismo, você acredita que outras questões perpassam a LGBTI+fobia? Por exemplo, você acha que as experiências de ser uma pessoa LGBTI+ branca e ser uma pessoa LGBTI+ negra na nossa realidade é a mesma ou muda algo? Durante a disciplina, a discussão de gênero e sexualidade chegou a ser debatida pensando no contexto racial, por exemplo, ou outro?

Só pra relembrar, você não precisa ter urgência em me responder ok? Pode tomar o tempo que for necessário porque sei que é preciso refletir em alguns momentos, trazer algumas questões a memória etc. então fique tranquilo, viu? Estou adorando nosso papo e não vejo a hora de continuarmos.

Rio de Janeiro, 21 de julho de 2023.

[...] Estou adorando nossas trocas. Você podia me contar mais sobre esse trabalho final da disciplina? Como foi a receptividade dessa turma do Ensino Médio do IFRJ Duque de Caxias. Algo te chamou mais a atenção? Ah, fiquei interessado em saber também sobre esses vídeos, os nomes e principalmente qual foi esse que tanto te marcou. Poderia me contar um pouco mais? Sobre a questão racial: Por que você acha que ela não foi tocada na disciplina? Se a turma era formada por pessoas brancas você acredita que não caberia relacionar a LGBTI+fobia com o racismo? Fiquei curioso pra entender sua percepção. A professora também não trouxe esse debate em suas aulas? E outras/outras alunas/alunos chegaram a levantar essa questão?

Ser LGBTI+ realmente é um misto entre o querer que todos saibam e ao mesmo tempo temer por sofrer violências por conta disso. Super te entendo! Apesar de toda LGBTI+fobia também já demonstrei afetos em público com homens que já fiquei. Parece que nesses momentos a vontade de ser, de viver se sobressai a qualquer medo. Óbvio que a insegurança é praticamente nula quando estava em boates LGBTI+, alternativas. Porém, entendo também quem tem dificuldades de se expressar na rua. Eu mesmo ainda tenho alguns entraves para me sentir 100% eu, digamos. Às vezes me sinto em um reality show, sabe? Onde, ao invés das câmeras, têm os olhares cisheteronormativos e LGBTI+fóbicos me monitorando a todo instante.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 2023.

Você acha que essa disciplina trouxe alguma contribuição para a sua formação como futuro professor? Outra coisa: o termo usado para a opressão de gênero e sexualidade era mesmo LGBTI+fobia ou era usado outro em sala de aula? Você percebia que a turma estava caminhando junta ou existiam pessoas que não conseguiam acompanhar as discussões? Para finalizar esta carta, queria saber se teve algo que te marcou no percurso da disciplina ou não? Se puder, detalhe mais por favor.

Rio de Janeiro, 14 de setembro de 2023.

[...] Nossa muito legal essa ideia sobre aula de Química Orgânica falando de inibidores e hormônios utilizados por pessoas trans. E a receptividade tem sido boa? As/os alunes, alunas e alunos gostaram da proposta? Rolou alguma resistência?

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 2023.

Adorei conhecer um pouco da sua trajetória no IFRJ. Você se entendeu uma mulher cis bissexual a partir das discussões suscitadas na disciplina GSFP, foi isso?

Você já sofreu LGBTI+fobia?

No IFRJ, em algum momento da disciplina, a questão da raça esteve junto das discussões de gênero e sexualidade? Por exemplo, alguma vez foi discutido como o racismo poderia agir junto com a LGBTI+fobia na desumanização de alguns corpos/subjetividades?

Qual a importância que você percebe na disciplina de GSFP para a formação docente com relação ao combate à LGBTI+fobia? Ou a LGBTI+fobia não foi tocada (ou tratada com outros termos) durante o curso?

E a importância para você, como ex-licencianda do campus?

Rio de Janeiro, 22 de setembro de 2023.

Além das perguntas que fiz na carta anterior, me veio algo aqui na mente: você foi aluna do técnico do IFRJ - CDuC, né? De qual curso? Se formou quando?

Obrigado.

Abraços,

Yago Marinho.

Rio de Janeiro, 31 de julho de 2023.

[...] Então, qual o seu pertencimento racial? Você cursou a disciplina GSFP como eletiva ou obrigatória? Pode me contar um pouco mais da sua experiência nela? Você lembra se falaram sobre LGBTI+fobia ou homofobia? Como foi sua atividade final?

Aguardo retorno para conversarmos mais e para que eu possa entender melhor sua realidade na disciplina.

Obrigado.

*Abraços,
Yago Marinho.*

Vale ressaltar que esses trechos mostram um pouco da dinâmica que se criou para as trocas de cartas, pois há momentos em que o pesquisador realiza mais perguntas, principalmente quando havia um acúmulo de informações que eram importantes saber sobre a experiência na disciplina, mas que por demandas de trabalho, do estudo e do próprio cotidiano, fazia com que as/os interlocutoras/interlocutores ou demorassem a responder ou não explorassem mais sobre o que estavam respondendo em relação as suas vivências – fazendo com que o pesquisador tentasse instigá-las, seja reorganizando perguntas, ou seja, acrescentando mais perguntas na troca posterior.

Outro ponto possível de perceber é que com algumas/alguns sujeitas/sujeitos, o pesquisador conseguiu se aproximar mais das vivências e percebia que, para o diálogo se estabelecer e dar continuidade a alguma discussão que estivesse presente nas cartas, era necessário que ele também se desnudasse e compartilhasse mais das suas experiências na disciplina e vivências enquanto indivíduo LGBTI+. Houve, de fato, em alguns momentos, uma troca maior das experiências tanto das/dos sujeitas/sujeitos da pesquisa quanto do autor do presente trabalho, o que possibilitou que ambos pudessem compreender as vivências e as experiências que ali estavam sendo compartilhadas, permitindo, em diferentes momentos do processo, uma produção de (r)existências a partir de suas próprias narrativas, partindo muitas das vezes de momentos dolorosos causados pela LGBTI+fobia estrutural.

Esse movimento oportunizado pela escrita através das marcas me trazia um misto de emoções, gerando muitos momentos de dúvidas do que de certezas, o que contribuía para a continuidade desse movimento de escrita epistolar sempre buscando entender e aprofundar a reflexão sobre vivências tanto em GSFP quanto em suas vidas para além da disciplina.

O movimento das cartas serviu também para dialogar com a docente que elaborou essa disciplina para entender qual o contexto de sua criação, o que a motivou, se houve embates ou resistências para a sua implementação como eletiva e depois quando foi votada para ser obrigatória perante o Colegiado de Curso.

Depois dessa troca inicial com a docente, foi pedido que ela indicasse pelo menos cinco nomes de estudantes que cursaram recentemente ou não a disciplina GSFP para que pudesse entrar em contato via e-mail e fosse possível trocar algumas “cartas virtuais” estabelecendo uma conversa para entender na visão dessas/desses alunas/alunos como se deu o seu processo formativo na disciplina. Segue a carta enviada a professora da disciplina:

Rio de Janeiro, 05 de maio de 2023

Querida professora e amiga Gabriela,

Escrevo essa carta para agradecer a parceria de sempre e contar que estou avançando na pesquisa para a dissertação. Como já havia falado anteriormente contigo, gostaria muito de contar com a sua colaboração na pesquisa e convidá-la para participar ativamente.

Vou partilhar um breve resumo do que trata a minha pesquisa. A partir de uma escrita composta com as minhas memórias, tanto na Educação Básica quanto na Graduação, consegui chegar à pergunta central que norteia pesquisa: "O que pode uma disciplina de gênero e sexualidade no combate à LGBTI+fobia na formação docente?"

Exatamente por conta desse questionamento, pretendo fazer esse retorno ao IFRJ campus Duque de Caxias e mais especificamente à disciplina Gênero e Sexualidade na Formação de Professores, idealizada por você, que também é a docente responsável por ministrar as aulas. Vale ressaltar que essa foi uma disciplina muito importante para mim na construção do indivíduo que sou hoje e que ela foi um marco na minha experiência quando era licenciando em Química. As questões envolvendo gênero e sexualidade já estavam presentes na minha vida desde a mais tenra idade, arrisco dizer, mas o processo de desconstrução e reconstrução da minha subjetividade se deu principalmente por conta da experiência vivida nessa disciplina e em outras ministradas por você.

Na pesquisa, quero dialogar com você, por meio de cartas a serem trocadas por e-mail, com a sua perspectiva enquanto docente-idealizadora e a minha enquanto ex-aluno da primeira turma dessa disciplina. Então o convite é para trocarmos e-mails e conversarmos sobre a disciplina. Você topa?

Depois, gostaria de dialogar também com alunas/alunos que cursaram recentemente (no último ano, incluindo este semestre) esse componente curricular. Professora, inclusive, desejo fazer essa análise do combate à LGBTI+fobia entendendo também como ela se intersecciona com as discussões étnico-raciais na produção de subjetividades.

Para isso, visando uma maior diversidade nesse diálogo, queria pedir para você me indicar 5 estudantes e os e-mails delas/es, se possível, com diversidade étnico-racial (brancas/os, negras/os, indígenas), com diversidade de identidade de gênero e orientação sexual.

Agradeço demais a parceria e amizade que construímos antes e depois de eu estudar no IFRJ. Espero poder contribuir com as discussões em relação a gênero e sexualidade na formação docente, principalmente no combate à LGBTI+fobia e colaborar com a instituição onde me formei.

Com expectativas, aguardo seu retorno.

Estou com saudades.

Do seu eterno amigo e estudante,

Yago Marinho.

Apresento a seguir outras duas cartas enviadas por mim para a docente de GSFP com o intuito de compreender como se deu o processo de criação e organização da disciplina no IFRJ – CDuC e as experiências enquanto professora da disciplina:

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 2023

Boa tarde, Gabi. Tudo bem? Espero que sim!

Já inicio esta carta te dizendo que sinto muitas saudades das nossas parcerias e aulas no IFRJ - CDuC.

Espero que a partir de agora possamos trocar bastante sobre a disciplina GSFP.

Para iniciar, queria saber qual é sua orientação sexual, identidade de gênero e pertencimento racial. Além disso, quanto tempo você está no IFRJ?

[...] queria saber o que te motivou a trazer essa discussão de gênero e sexualidade para um curso de Licenciatura em Química? Teve relação com a Resolução nº 02/2015 do CNE (que ajudou a torná-la obrigatória depois) ou foi outra questão que te fez pensar nessa unidade curricular?

Você percebeu resistências na aprovação dela como obrigatória? E quando era eletiva?

Durante esses anos todos, o que mais te chamou atenção no decorrer das turmas que cursavam GSFP? Lembra se era debatido a fundo a LGBTI+fobia e se essa violência era discutida em relação a outras como o racismo, por exemplo.

A direção e a coordenação foram contrárias a existência de GSFP em algum período?

Sei que são muitas perguntas e teremos outros momentos para trocar mais. Qualquer dúvida só perguntar!

Por enquanto te envio essas e aguardo pelas nossas próximas cartas.

Beijos,

Yago Marinho.

Rio de Janeiro, 17 de agosto de 2023

Boa tarde, Gabi.

Tudo bem? Espero que sim.

Continuando nossa conversa, queria entender melhor o processo da formação da disciplina: você mencionou que as/os alunas/alunos pediam bastante por ela. Poderia me explicar como?

Você lembra o porquê dessa urgência, dessa necessidade por parte delas/deles?

Saberia me dizer, nessa perspectiva interseccional, em que momentos a discussão racial (ou sobre racismo) era levantada? E com relações aos outros marcadores?

Você já presenciou ou viveu alguma situação preconceituosa dentro do IFRJ? E entre alunas/alunos, professoras/professores e demais pessoas que compõem a comunidade institucional?

Sobre as discussões levantadas em GSFP, você sabe se já foram abordadas em outros momentos ou em outras disciplinas?

Como você percebe essa formação em um curso de formação docente? A receptividade é como? O pessoal demonstra interesse? Outras/outras docentes já vieram discutir questões de gênero e sexualidade contigo?

E para a sua formação subjetiva e profissional? Consegue perceber algo? Houveram mudanças a partir das vivências em GSFP?

Pode me responder com calma.

Espero ansioso pelas nossas próximas trocas.

Beijos,

Yago Marinho.

Um fator interessante a destacar é que o movimento da troca de cartas com a docente foi menos contínuo em relação à experiência que foi possível estabelecer com as/os discentes, na qual as perguntas iam surgindo por conta de uma interação maior entre remetente e destinatários/destinatárias. Por conta disso, é possível perceber que as poucas cartas trocadas com a professora Gabriela Salomão, traziam um volume maior de perguntas que eram necessárias para essa pesquisa.

Além disso, outro aspecto que podemos salientar é com relação a proximidade, carinho e admiração que esse pesquisador tem pela docente da disciplina. Além de uma parceria acadêmica, com quem o autor já participou como mediador e avaliador em algumas disciplinas

ofertadas por ela, há um sentimento de amizade estabelecido entre o pesquisador e a professora de GSFP fomentado, principalmente, pela aproximação que ele pôde ter a partir do segundo período da graduação, quando se tornou seu bolsista de Iniciação Científica.

Por falar em diálogo, a presente pesquisa executada serviu para comparar as minhas memórias enquanto estudante dessa disciplina, que encontrou nela um caminho de transgressão e resistência, a perspectiva de formação pensada pela docente e como está sendo essa experiência para estudantes que cursaram GSFP. Será que há uma perspectiva de combate à LGBTI+fobia? Será que a disciplina está sendo pensada de forma interseccional com as relações raciais, compreendendo como as opressões se atravessam formatando as subjetividades dissidentes? Qual a importância dessa formação em um país que acabou de ter um governo de extrema-direita no mais alto cargo Executivo de sua República, ou seja, na Presidência? Essas são algumas das indagações que pretendo descobrir ao longo das conversas e posterior problematização dos resultados obtidos.

5 ENTRE PASSADO E PRESENTE: VIVÊNCIAS DE UM ESTUDANTE LGBTI+

Neste capítulo trago algumas das inquietações presentes na minha escrita a partir de um mergulho em memórias vivenciadas ao longo dos anos em que estive no Ensino Médio e na Graduação. Faço esse movimento pois estas lembranças foram fundamentais para a escrita da dissertação e ajudaram a compreender o que estava me travando na escrita anteriormente, muito relacionado a falta de diálogo sobre a minha vivência LGBTI+ dentro de casa, uma das maneiras como a LGBTI+fobia se faz presente no cotidiano, através de silenciamentos, e me fez perceber que não poderia escrever este trabalho sem olhar para essa opressão que faz parte da trajetória deste sujeito que aqui escreve.

Ao olhar para esse passado consigo refletir sobre a formação que recebi e as experiências pelas quais passei, mas que também atravessa outras pessoas LGBTI+ que sofrem com essa opressão de gênero e sexualidade. Tais fatos, inclusive, contribuíram para a proposta de escrita das cartas que foram usadas como instrumento de diálogo com estudantes e a professora. Através destas memórias consegui pensar o que gostaria de questionar a essas/esses sujeitas/sujeitos da pesquisa.

Acredito que posso iniciar o relato sobre os caminhos que me trouxeram aqui, começando entre os anos de 2011 e 2013, quando fui aluno da Escola Técnica Estadual República (ETER), uma das unidades que formam a rede da Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC), conhecida principalmente pela oferta de cursos de Ensino Médio-Técnico, localizada no bairro Quintino, no Rio de Janeiro. Começo o relato de experiências desse ponto, pois acredito que essa instituição foi um ponto de inflexão na minha percepção em relação às diversidades. Esse espaço foi responsável por me aproximar da vivência possível das diferentes pluralidades e expressões de gêneros e sexualidades, origens socioeconômicas distintas da minha, estudantes com e sem deficiências, além de ser um espaço educacional com uma maior variedade étnico-racial, tanto de discentes quanto de docentes. Foi, com certeza, o primeiro espaço escolar que eu pude perceber a existência de uma ampla diversidade de subjetividades, corpos e sujeitos, que contribuiu para questionar quem eu era e o que vinha tentando esconder de mim mesmo.

Se faz necessário, a título que não seja deturpada a interpretação apresentada e para que a instituição escolar que foi mencionada não sofra possíveis sanções de má fé por grupos reacionários, explicitar o que de fato quis dizer ao afirmar que essa instituição contribuiu para a desconstrução de preconceitos que eu tinha, inclusive comigo mesmo. Diferente do que pregam certos grupos fundamentalistas religiosos, tanto católicos quanto protestantes, e

movimentos como o Movimento Escola Sem Partido (MESP), a escola também é local de educação, formação humana e cidadã. Deve ser um espaço plural onde há respeito às diferenças e onde exista beleza na singularidade de cada pessoa seja na sua expressão religiosa, corporal, étnico-racial, sexualidade e/ou identidade de gênero.

Concordando com a perspectiva apresentada por Fernanda Pereira de Moura e Diogo da Costa Salles (2018), o MESP e outros movimentos reacionários entendem que existe uma separação clara entre o papel da família (a quem caberia educar a/o estudante) e o papel da escola (que deveria se restringir a “passar”, de forma tecnocrata, apenas os conteúdos da disciplina), se opondo a qualquer discussão sobre respeito às diversidades, em especial às identidades de gênero e orientações sexuais.

No fim das contas, essa divisão que foi estabelecida por esses fundamentalistas serve apenas para contribuir com a ideia de que a família é um “ente natural” (MOURA e SALLES, 2018, p. 154), ignorando toda construção sociopolítico-histórica que essa instituição sofreu ao longo dos anos devendo, portanto, ser defendida contra qualquer ataque a sua moralidade cristã. Logo, nessa visão defendida por pessoas e grupos pertencentes à extrema-direita, a/o estudante deveria permanecer apenas com as informações e perspectivas morais que a sua família apresenta, o que muitas das vezes quer dizer perpetuar o *status quo*.

A escola, na visão desses movimentos e entidades, não deve ser contra a LGBTI+fobia, por exemplo, se essa concepção política e pedagógica “afronta a moral familiar”. Logo, podemos afirmar que tais concepções fundamentalistas contribuem com a LGBTI+fobia e com a sua perpetuação, tentando evitar que tais processos violentos sejam combatidos nas escolas e na formação docente. Colocar em pauta a formação docente em matéria de gênero e sexualidade hoje é confrontar o pensamento de tais grupos conservadores e fazer um enfrentamento à LGBTI+fobia.

A FAETEC era diferente de tudo que já havia tido contado antes quando pensamos em instituição escolar: era pública, cursei Ensino Médio-Técnico, tinha aulas de segunda a sábado, era muito mais livre para tomar decisões, não havia inspetores em cima de estudantes para irem para suas respectivas salas de aula, por exemplo. Acredito que tudo isso ajudou a iniciar um processo de desconstrução do que acreditava como verdades que, antes, eram inabaláveis para mim, como a ideia de que homens não poderiam se sentir atraídos sexual e afetivamente por outros homens – esse processo iria se intensificar cada vez mais, inclusive na graduação, anos depois.

Antes disso, a vida escolar que até então tive se deu em instituições privadas de ensino, em sua maioria, católicas, e afirmo com toda convicção que pouco ou nada contribuíram para me tornar um sujeito reflexivo que pudesse lidar com as diversidades.

Lembro claramente que existia um grupo de veteranos na ETER/FAETEC, que sempre andavam juntos, composto por homossexuais que se permitiam dar pinta e trocar afetos entre si. Claro que, por conta da nossa sociedade patriarcal, essas trocas afetivas eram sempre vigiadas – alguns inspetores implicavam com o beijo quando ele acontecia entre pessoas com a mesma identidade de gênero e ameaças de punições eram recorrentes. Imaginem o quão cruel para uma pessoa LGBTI+ seria uma exposição para mães e pais e parte da comunidade escolar como “aquela/aquele que foi pega/pego se agarrando com uma/um colega”! Essa mesma pressão era aliviada quando dirigida para as situações em que casais heterossexuais trocavam afetos. O peso de um anúncio como aquele para a família e demais colegas poderia despertar um gatilho de uma violência LGBTI+fóbica contra essas/esses estudantes seja desde violências psíquicas até violências físicas, podendo levar a uma evasão escolar – ou como se tem afirmado hoje, uma expulsão de fato, por exemplo, como acontecem com muitas/muitos jovens LGBTI+, principalmente jovens trans, conforme reportagem de Bruno Nomura (2021) para o portal Agência Pública.

Nessa escola existiam duas organizações estudantis baseadas em princípios cristãos: o Projeto Vida, que era composto por maioria evangélica e a Comunidade Católica que, como o nome indica, era formado por pessoas católicas – inclusive fiz parte desse grupo em um período que ainda estava muito conectado à Igreja e aos movimentos presentes dentro dela, como por exemplo comecei a frequentar uma paróquia próximo a casa da minha avó pois fui obrigado pela minha mãe a fazer Crisma. No início era algo mais forçado, porém, depois de um tempo acabei gostando de estar naquele espaço com pessoas da minha idade (ou próxima dela) e pessoas mais velhas. Nesse período por estar bem envolvido com as atividades que aconteciam na igreja que frequentava, cheguei a participar da Jornada Mundial da Juventude Rio 2013, um encontro que o Papa promove com as/os jovens católicas/católicos do mundo inteiro e que, nessa ocasião, ocorreu na cidade do Rio de Janeiro.

Na Comunidade Católica, eu me sentia mais confortável, até pela origem religiosa da minha família e da fé que eu professo (ou professava) do que no outro grupo religioso em que eu quase nunca frequentava as reuniões. Por serem organizações de cunho religioso, que promoviam celebrações religiosas, estudos bíblicos e um momento de debate e reflexão acerca do cristianismo, as/os membras/membros pareciam seguir uma postura cristã ou tentavam viver dentro dos preceitos religiosos cristãos, buscando respeitar aquilo que os dogmas católicos ou

evangélicos determinavam, principalmente numa perspectiva de santidade presente em textos bíblicos, o que geralmente significava reproduzir a cisheteronormatividade, o ideal da castidade, sem se misturar com o “mundo”.

É bem presente a lembrança quando minha amiga lésbica e eu – nessa época, ambos já entendendo um pouco mais sobre questões que compõem as nossas sexualidades – fomos a um culto do Projeto Vida e ficamos extremamente desconfortáveis pois, em um dado momento, iniciou-se uma pregação contra o que chamavam de “homossexualismo” – não lembro se foi nesses termos, mas é bem capaz que tivesse sido usada essa expressão. Até hoje não sei se as palavras foram dirigidas a nós ou se foi algo mais generalizado que tinha o intuito de reforçar a cisheterossexualidade e condenar qualquer sexualidade e identidade de gênero que divergisse da norma. Lembro que essa minha amiga ficou bastante incomodada, com razão, e depois disso nunca mais voltamos a frequentar os encontros e cultos do Projeto Vida. Já tínhamos o costume de não frequentar, quem ia eram as colegas religiosas do nosso grupo, a partir desse momento, então, não fazia mais sentido estar em um ambiente onde nossas existências poderiam ser tomadas como pauta central da pregação a qualquer momento com o intuito de servir de exemplo do que não ser e tendo sua subjetividade tomada como algo quase que criminoso.

Andava com um grupo que era formado por meninas cristãs (católica e evangélicas) mas que também tinha uma outra amiga e um amigo – este último conheci no 9º do Ensino Fundamental, ou seja, antes da FAETEC. Mais tarde eu, essa amiga e esse amigo, iríamos nos entender enquanto bissexual, lésbica e homossexual, respectivamente, através das vivências e articulações subjetivas que foram se consolidando ao longo de nossas vidas, inclusive dentro daquele espaço escolar e se afastando cada vez mais dessas amizades onde a perspectiva religiosa e condenatória estava sempre em pauta.

Era evidente que, mesmo juntas/juntos, o grupo era dividido em dois na escola: as “gayzinhas” e as “crentes” – esse processo foi ficando mais claro a cada ano que se passava – que inclusive costumavam frequentar as reuniões do tal Projeto Vida e foi por conta delas que eu e minha amiga lésbica fomos no culto que foi mencionado anteriormente e passamos por aquela situação de violência.

Os anos foram passando e a convivência com alguns/algumas pessoas LGBTI+ foi se estabelecendo, comecei a me enturmar com alguns gays veteranos, até que um dia, tenho esse momento vivo na minha memória, a minha amiga lésbica que, eu pensava ser heterossexual até então, chegou e conversou comigo e me contou sobre sua real orientação sexual. Lembro que não tive nenhuma reação positiva ou negativa. Já me encontrava em um processo de desconstrução e compreensão, mesmo que inicial, sobre sexualidade, durante os três anos do

Ensino Médio, coisa que jamais tinha me permitido questionar durante o Ensino Fundamental e que eu fugia sempre tentando tirar o foco de mim e reafirmando uma falsa heterossexualidade. Acho que após o Ensino Fundamental e longe da convivência de um ensino pautado por uma moral religiosa, consegui começar a me entender e permitir questionamentos e experimentações, mas ainda muito de leve, sem entender muito sobre os assuntos relacionados ao gênero e à sexualidade, me sentia culpado por me atrair por pessoas e não exclusivamente mulheres cisgêneras.

A experiência na escola técnica fazia com que a diversidade não me causasse tanto estranhamento, como antes do Ensino Médio, principalmente quando ela se apresentava nas outras pessoas, pois em relação a mim o processo foi mais longo, ainda tinha algumas dificuldades em entender a construção ou melhor a desconstrução da minha sexualidade. Estava vivendo um momento de questionamentos de certezas construídas ao longo da minha vida, o que inclui a minha sexualidade.

Acredito que esse processo permaneça até hoje, inclusive, quero fazer dessa dissertação uma possibilidade para ainda derrubar certas barreiras que tenho comigo mesmo em relação a minha família. O silêncio sobre a sexualidade também faz parte de uma violência LGBTI+fóbica pois não nos permite sermos quem somos, apenas mostramos sombras ou recortes específicos da nossa subjetividade. Por conta da criação que tive e da ansiedade que desenvolvi deixei de viver muitas coisas, inclusive a plenitude da minha sexualidade.

Claro que não foi uma aceitação fácil e direta. Foi um processo de abertura a novos horizontes que nunca havia explorado. Doeu muitas vezes, principalmente quando era mais novo e não sabia lidar com xingamentos relacionados a questões que iam diretamente contra ou tangenciavam aquelas curiosidades e desejos que ocultava de minha sexualidade.

Chegando à Graduação, esses processos de autoconhecimento e desconstrução de paradigmas quanto ao gênero e a sexualidade foram se aprofundando, ainda mais a partir das experiências vividas na disciplina GSFP, que foi o pontapé inicial para entender teoricamente o que era gênero, sexualidade e questões que atravessam essas categorias numa sociedade como a nossa.

Recordo aqui de uma das atividades que compuseram a nota final de estudantes que cursaram a disciplina: a proposta era que pudéssemos elaborar oficinas para jovens que cumpriam medidas socioeducativas no Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente (CRIAAD), unidade Duque de Caxias – próximo ao IFRJ, que é uma instituição socioeducativa em regime de semiliberdade para jovens do sexo masculino - o uso do termo era para designar que essa unidade atendia meninos, já que essa instituição separa as unidades

pelo gênero masculino ou feminino - que cometeram ato infracional, relacionando o ensino de ciências com algum aspecto de gênero ou sexualidade. Uma parte dessa avaliação seria o envio de um resumo para o Encontro Regional de Licenciaturas no IFRJ *campus* Nilópolis, a partir da atividade que foi aplicada naquela instituição.

Eu e mais duas colegas formávamos um grupo e elaboramos uma atividade que recebeu o título, no resumo, de “Discutindo o machismo na perspectiva da inclusão social”, que tinha como objetivo problematizar as relações de gênero, focando nas dinâmicas sociais de homens e mulheres, mostrando a esses adolescentes que “o que é de homem” e “o que é de mulher” são produtos socioculturais.

Basicamente a atividade consistiu, primeiramente, em mostrar um cartaz produzido pelo grupo, formado por mim e pelas minhas duas colegas, que continha frases de cunho machista, para iniciar, com esses jovens adolescentes, uma discussão sobre as mulheres na nossa sociedade.

Hoje em dia, percebo que talvez a discussão fosse mais bem trabalhada se a gente tivesse pensado nos comportamentos masculinos ao invés de colocar o peso do machismo em cima das mulheres que sofrem diretamente essa opressão, colocando-as como as sujeitas da problematização ali levantada. Além disso, atualmente, tenho críticas com relação a eficiência dessas atividades que foram executadas pelas/pelos licenciandas/licenciandos, pois os adolescentes em medida socioeducativa não nos conheciam e nós não os conhecíamos. Não sabíamos as suas origens, há quanto tempo estavam naquela instituição e nem as expectativas que eles tinham após saírem de lá, por exemplo.

Durante a conversa, nos chamou a atenção frases machistas que os adolescentes falavam para o grupo como “Mulher que solta pipa corta para os dois lados!” e “A obrigação do homem é trabalhar e da mulher é cuidar da casa.” Foi possível perceber como eles já tinham internalizado posições e falas machistas que são reproduzidas e naturalizadas no cotidiano social, o que não é nada incomum ou novo, pois todas/todos nós tivemos ou ainda temos nossos preconceitos por estar imersos numa sociedade cisheteronormativa, racista, machista e sexista que nos ensina quem é digno de ostentar o título de humanidade e aqueles que são lançados numa espécie de não-humanidade ou de uma humanidade de segunda classe.

Em um momento seguinte da oficina, foram mostrados materiais sobre a presença do machismo na Ciência, ilustrando que existe desigualdade de gênero inclusive nas profissões de maior prestígio social, novamente, o que também faz sentido pela mesma lógica que foi mencionada acima. Por fim, foi possível notar naquela época que alguns adolescentes participantes entenderam a ideia da nossa atividade e refletiram sobre falas machistas. Para a

formação na Licenciatura em Química isso foi muito positivo pois nos possibilitou enxergar, nem que seja um pouco, como abordar as questões de Gênero e Sexualidade na prática profissional em sala de aula.

Durante o ano de 2016, à época em razão da votação da Reforma do Ensino Médio, do Teto de Gastos (Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 55/2016 no Senado Federal e Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 241/2016 na Câmara dos Deputados – em ambas as casas legislativas foi chamada de PEC do Teto de Gastos Públicos e pelos movimentos sociais recebeu o apelido de PEC do Congelamento) e contra as propostas do movimento Escola Sem Partido, ocorreram ocupações em diversas escolas pelo Brasil. O *campus* do IFRJ em que estudava também foi ocupado e, por isso, não estavam acontecendo aulas de forma regular. Vale ressaltar que o movimento foi puxado por estudantes do Ensino Médio-Técnico, que naquela época que fui aluno da instituição, eram estudantes mais ativos politicamente. A Licenciatura em Química (único curso de Nível Superior nesse *campus* até então), de forma geral, não era muito ativa nas discussões contemporâneas e nos movimentos políticos.

Sempre foi um curso composto por maioria de estudantes não engajados, o que mostra também uma falta de interesse e de formação que mostre a importância de estar a par das discussões políticas da sua contemporaneidade e que te afetam direta ou indiretamente. Aproveitei aquele momento para adquirir algumas obras sobre Gênero, Sexualidade e Educação, como exemplo posso citar as obras “Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer” e “Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na Educação” ambos de autoria da professora Guacira Lopes Louro, pois foram temas que gostei muito de discutir ao longo da disciplina de GSP e desejava ler mais e me aprofundar, além disso a escolha por essa autora foi devido à proximidade que tive com alguns textos dela enquanto era aluno desse componente curricular, foi nessa disciplina que a conheci.

Ao mesmo tempo em que ia me aprofundando sobre os debates políticos da época e continuei os estudos sobre gênero, sexualidade e educação por conta própria, me envolvi com a ocupação e fiquei responsável por comunicar nas redes sociais eventos e ações promovidas dentro do *campus* durante aquele período.

O movimento de ocupação no IFRJ-CDuC recebeu apoio de uma parte de professoras/es e até de pessoas que não pertenciam àquela comunidade escolar.

Como aponta Giovanna Marafon (2017), os movimentos de ocupação em escolas, universidades e institutos federais, tiveram um caráter de integração entre as pessoas que construía cotidianamente os afazeres dentro dessas instituições além de se mostrarem como um espaço de luta altamente democrático, onde não havia necessariamente uma figura central

de comando. Todas/todos poderiam ser responsáveis por tocar tarefas, organizar, chamar assembleias etc. Existia um senso de cuidado entre si.

Após meses de ocupação, o movimento foi perdendo um pouco da sua força e as/os alunas/alunos decidiram em assembleia estudantil que já era hora de retornar às atividades acadêmicas e desocupar fisicamente o espaço institucional. Isso se deu em parte porque as pautas políticas que foram o estopim para essas ocupações acabaram sendo aprovadas no Congresso Nacional.

Uma última lembrança que trago sobre minha vivência na Graduação, foi um momento muito marcante que ocorreu enquanto era estagiário de uma escola estadual e, por ter uma proximidade com algumas/alguns estudantes, especialmente uma aluna, ela e outros colegas vieram questionar sobre minha sexualidade. Fui pego de surpresa pois, até então, não pensei que esse assunto poderia vir à tona comigo no espaço escolar, enquanto estagiava – e era algo que não pretendia trazer a público naquele espaço, pois acreditava que não era necessário e que essa revelação poderia me trazer problemas. Hoje consigo refletir sobre isso e entender que esse tipo de pensamento é produzido também pelo preconceito.

Não pensei que a relação que tínhamos construído poderia levar a esse questionamento sobre a sexualidade, principalmente a minha que tentava escondê-la. Geralmente a sexualidade docente não é posta em foco quando o assunto surge no ambiente escolar. É muito comum se pensar e pôr em discussão a sexualidade das/dos estudantes da Educação Básica, enquanto se oculta a sexualidade das/dos professoras/professores. Esse apagamento da sexualidade e da própria subjetividade de docentes que são muitas vezes colocados no pedestal de “seres mais inteligentes e, portanto, superiores” é um dos efeitos que a LGBTI+fobia também produz.

Assim, em nossas escolas, continuamos a reproduzir uma lógica da cisheterossexualidade compulsória partindo do pressuposto que todas as pessoas daquele espaço são homens ou mulheres cisgêneras/cisgêneros e heterossexuais.

Apesar da surpresa, e certo incômodo, que me causou, me senti encorajado de falar sobre sexualidade fora do ambiente familiar, respondi que era bissexual. Percebi que não houve nenhum tipo de surpresa de estudantes e, sim, uma possível sensação de reconhecimento por parte dessa aluna que fez o questionamento, pois, se não me engano, se afirmava enquanto bissexual também. Esse incômodo, esse receio, que ainda existiam (e em partes ainda existe, como já explicitado algumas vezes nesse trabalho) não foram capazes de fazer eu negar a sexualidade com a qual me identifico e que é parte constitutiva da minha subjetividade.

Acredito que essa aproximação se deu por uma espécie de identificação entre aquela aluna e eu, estagiário do professor de Química, o que contribuiu para uma noção de empatia,

cumplicidade e construção de um pertencimento naquele espaço escolar, geralmente tão cisheteronormativo e branco. É como se as subjetividades que escapassem às normas vigentes, naquele instante de reconhecimento, realizassem um pacto de sobrevivência e autoafirmação naquele ambiente, conforme aponta Oliveira (2020). Essa espécie de pacto, muitas das vezes silencioso, de (r)existência, nos permite criar estratégias que possibilitem furar, abrir brechas, planejar caminhos que escapam à ordem da cisheteronormatividade e que garantem uma rede de proteção entre as pessoas LGBTI+ que compõem essa escola. Esse é inclusive um dos motivos da necessidade de pensarmos uma formação docente que acolha as diversidades de gêneros e sexualidades, para que pessoas não-cisheterossexuais possam viver e sobreviver no cotidiano escolar até o fim dessa trajetória acadêmica.

Por toda essa trajetória apresentada aqui, com as memórias que consegui reavivar, hoje em dia sou mestrando do PPFH/UERJ com interesse de pesquisar Gênero e Sexualidade, mais especificamente como o estudo dessa grande área pode contribuir para uma formação docente que combate à LGBTI+fobia, alargando os estudos da formação humana em um curso de Licenciatura.

6 AS MARCAS DE ESCOLARIZAÇÃO E A PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES LGBTI+

Não há como se falar em vivências LGBTI+, seja em qual instituição for, se não pudermos falar das marcas presentes em nossos corpos, mas que também contribuem como fatores para a produção de nossas subjetividades.

Para elaborar essa reflexão, me apoio no memorial produzido por Suely Rolnik (1993), onde a autora explica que as marcas são produtos dos encontros, geralmente violentos, que nos desassossegam, dos múltiplos fluxos que vamos tendo ao longo de nossas vidas. Essas marcas se inscrevem nas nossas subjetividades, mas também nos nossos corpos, e são direcionadas a um devir.

A autora também nos explica que essas marcas carregam consigo “ovos de linha do tempo” (Rolnik, 1993, p. 2-3), ou seja, há nelas sempre um potencial para reaparecer, uma potência para a gênese de outros devires. Elas estão sempre se renovando e se atualizando nos encontros.

Quando pensamos em corpos LGBTI+, talvez se torne mais fácil entender o funcionamento das marcas. Pois bem, vale refletir sobre a seguinte situação: quais são as marcas que a instituição escolar produziu nessas/nesses sujeitas/sujeitos dissidentes da norma cisheterossexual vigente? E quanto a subjetividade, o que se produz e se produziu?

Ao pensarmos nessas marcas de escolarização, ou seja, marcas que ocorrem dentro do processo educativo, é evidente que não se pode pensar apenas em histórico escolar, notas, ementas, lista de presença... Enfim, é preciso ir além, conforme corrobora Beatriz Terezinha Daudt Fischer (2006), para se entender a trajetória discente. É de suma importância que para isso possamos discutir, inclusive, a formação docente inicial das/dos futuras/futuros docentes (foco deste trabalho) quanto a formação continuada daquelas/daqueles professoras/professores que não tiveram uma formação em gênero e sexualidade para que possamos combater a LGBTI+fobia que está presente também nas instituições de ensino, ditando quem pode ou não estar naquele espaço de acordo com uma lógica cisheteronormativa.

A subjetividade das pessoas LGBTI+ é constituída das vivências violentas com as quais tiveram que lidar durante toda sua vida. Em alguns casos essa é a grande parte ou a parte mais significativa da produção subjetiva LGBTI+.

Como explicado por Félix Guattari e Suely Rolnik (1999), a subjetividade, ou melhor dizendo, os processos de subjetivação são duplamente descentrados, isso quer dizer que não estão centrados nem nos agentes individuais e nem em agentes coletivos. Quando pensamos na

realidade de LGBTI+, esses processos, dos quais as marcas de escolarização também fazem parte, conforme Guattari e Rolnik (1999) afirmam, podem se dar de duas maneiras: de forma individuada ou singularizada. No caso de uma subjetividade individuada, essa pessoa tenderá a se adequar ao que os modelos dominantes cisheteronormativos preconizam como sendo aceitável dentro da nossa sociedade. Agora, em casos de uma subjetividade singularizada, é quando vemos, por exemplo, LGBTI+ criando formas de (r)existências para poderem ser e se expressarem como são a partir desse lugar da margem.

Infelizmente, toda vez que há uma resistência, há também uma resposta da subjetividade dominante (cisheteronormativa) que tende a agir cada vez com maior grau de violência. Pensando na realidade das escolas, é necessário que docentes possam ser agentes na luta e no apoio a estudantes LGBTI+ que sofrem diretamente com a LGBTI+fobia estrutural da nossa sociedade.

Para que isso seja possível, é necessário que nos cursos de licenciaturas, essa discussão esteja posta pois, do contrário, continuaremos a formar docentes que não tenham um olhar atento ao combate às discriminações, dentre elas a LGBTI+fobia, que é tema central deste trabalho. É preciso, também, que repensemos e problematizemos a própria ideia de formação.

Sem uma formação que dê conta dos debates contemporâneos sobre gênero e sexualidade contribuiremos mais para a expulsão de jovens LGBTI+ dos espaços escolares, pois essas marcas de escolarização que no geral são violentas, reafirmam cada vez mais que ali não é um espaço acolhedor e digno para essa população. Só é possível combater essa opressão nesses espaços se as/os responsáveis pela formação cidadã dos/das estudantes tiverem sido formados para tal e tenham conhecimento das ferramentas necessárias para isso e não sejam mais uma/um agente a serviço da (re)produção LGBTI+fóbica no nosso país.

O processo educativo nas sociedades ocidentais aponta para uma formação pensada no devir: onde o humano deixa de ser um indivíduo natural e passa a ser um indivíduo cultural, conforme defendido por Antônio Joaquim Severino (2006).

Além disso, há um “compromisso da educação [...] com a desbarbarização” (SEVERINO, 2006, p. 632) pensando na emancipação e no desenvolvimento do esclarecimento para se chegar às conclusões que se necessita.

Pensando com e nas marcas de escolarização, foi que apresentei anteriormente um exercício de resgate de memórias da construção da minha LGBTI+dade a partir, principalmente, das minhas experiências nos espaços escolares e na graduação em Licenciatura em Química, onde cursei a disciplina GSFP. Conforme foi dito, de acordo com Rolnik (1993), as marcas apresentam potencialidade para outros devires. Acredito que esses espaços onde fui me

desconstruindo e me descobrindo através de encontros, chegadas e partidas, foram responsáveis, em grande parte, pelo jovem LGBTI+ que sou e, portanto, não poderia deixar de citar essas lembranças que me constituíram e seguem ainda constituindo minha subjetividade.

7 O QUE DIZEM OS DOCUMENTOS?

Antes de apresentar o que as/os discentes e a professora Gabriela percebem em relação à disciplina GSFP, foi importante ir a alguns documentos do IFRJ para entender concepções de formação e como a instituição, em documentos oficiais, se preocupa ou não com as discussões sobre gênero e sexualidade, principalmente em relação ao combate da LGBTI+fobia.

Para que fosse possível ter um panorama do IFRJ foram selecionados três documentos para uma análise mais aprofundada, são eles: 1) O PPC do curso de Licenciatura em Química do IFRJ – CDuC, 2) a Lei nº 11892/2008 que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e 3) a Resolução nº 02/2015 do CNE, que foi responsável por uma mudança curricular nos cursos de formação de professores, possibilitando que a disciplina GSFP, que antes estava sendo lecionada como eletiva, se tornasse obrigatória.

7.1 O Projeto Pedagógico de Curso (PPC)

Em relação ao Projeto Pedagógico de Curso de Licenciatura em Química do IFRJ – CDuC, disponibilizado no site institucional – onde há a indicação de que o documento foi revisado em 2018 – vale apontar que não há menção sobre LGBTI+fobia, homofobia ou qualquer outro termo que indique opressão de gênero e sexualidade no seu texto.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é a instância responsável pela elaboração do PPC, sendo formado por professoras/professores das mais diversas áreas de formação/atuação, ou seja, é uma equipe multidisciplinar que segue a proporcionalidade dos componentes curriculares da Licenciatura em Química. Segundo o documento, o NDE é composto por: “três representantes da Química, uma da matemática, uma da ciência ambiental/biologia e uma da área pedagógica.” (PPC, 2018, p. 10). Entretanto, esse formato de composição é o único citado no documento quando foi instituído o NDE pelo reitor à época, em 2011. Nos anos consecutivos não se sabe a regra que foi utilizada para instituir o NDE, pois as/os professoras/professores que o compuseram não seguiam a proporcionalidade entre docentes recomendada em 2011, que foi aplicada somente na primeira formação do núcleo, com relação aos componentes curriculares, designado pelo reitor.

Em alguns anos, houve mais professoras de química, já em outros havia mais de uma docente relacionada à área pedagógica. No documento não há a explicação do porquê ocorreram essas variações de membros/disciplinas no NDE. Ao analisar o PPC, foi possível perceber que apenas docentes representantes das áreas de ciência ambiental/biologia e matemática

continuaram seguindo a proporção do que foi aprovado para a primeira composição do NDE. Porém, em todas as composições, existia pelo menos uma/um representante dos componentes curriculares definidos na primeira reunião, incluindo as professoras da área pedagógica.

As/os docentes que compõem o NDE têm um papel fundamental, que é de contribuir para a formação do perfil da/do aluna/aluno egressa/egresso da Licenciatura em Química do IFRJ – CDuC, além de “zelar pela integração curricular interdisciplinar, manter a ressonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e incentivar o desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão pertinentes às áreas de conhecimento do curso.” (PPC, 2018, p. 11).

Sobre o IFRJ é importante saber que sua missão é: ‘Promover a formação profissional e humana, por meio de uma educação inclusiva e de qualidade, contribuindo para o desenvolvimento do país nos campos educacional, científico, tecnológico, ambiental, econômico, social e cultural’, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (2009 – 2013) mencionado no próprio PPC (2018, p. 19).

O Instituto tem o compromisso, de acordo com Brasil (2008), de ofertar, no mínimo, 20% de suas vagas para cursos de Licenciatura, principalmente nas áreas de Ciências e Matemática, que são áreas com maior defasagem de professoras/professores na Educação Básica.

De acordo com o Projeto Pedagógico Institucional, citado no PPC, os Institutos Federais também têm a premissa de atuar e ampliar a relação com o entorno de cada um dos campi onde se instalam, contribuindo para uma melhor qualidade de vida e ampliando a perspectiva emancipatória, relacionando conteúdo e realidade (contexto) para dar maior importância aquilo que precisa ser ensinado e aprendido.

Para que isso seja possível, o enfoque do curso está na formação de professoras/professores que consigam dialogar e relacionar teoria e prática, indo inclusive além da perspectiva de conteúdos da sua área profissional.

Desde o início do curso, a/o licencianda/licenciando será apresentada/apresentado a uma formação que traz as discussões e disciplinas pedagógicas desde o primeiro período, evitando a formação aos moldes do “3+1” (três anos de matérias específicas, como se estivesse formando futuras/futuros bacharéis, e somente um ano, no final, para se trabalhar os conteúdos pedagógicos) onde a perspectiva conteudista era o que se esperava de uma/um docente. A articulação entre conhecimentos específicos e conhecimentos pedagógicos está presente na formação das/dos discentes desde o começo de sua graduação no IFRJ – CDuC.

No curso de Licenciatura em Química do IFRJ, a perspectiva da formação docente é pensada de forma integrada, ou seja, em todos os períodos há componentes curriculares

pedagógicos e específicos (relacionados ao conhecimentos químicos) e, em alguns períodos, existem componentes curriculares da área de Ensino – que une os conhecimentos pedagógicos aos específicos, desenvolvendo com as/os licenciandas/licenciandos a melhor forma de se abordar certos conteúdos, compreender as metodologias e qual a melhor a ser escolhida para cada caso, discussões sobre adaptação de materiais para pessoas com necessidades específicas, entre outras ações do que podemos chamar de “aprender a ensinar”.

Portanto, com o avançar dos períodos, os componentes curriculares de Estágio obrigatório e aqueles da área de Ensino de Química surgem no lugar de algumas disciplinas estritamente pedagógicas, porém, para cursá-los é necessário já ter percorrido um bom caminho ao longo das discussões da área pedagógica. Esses são os três eixos principais (disciplinas pedagógicas, específicas e de Ensino de Química) do ementário do curso, porém, além desses podemos citar disciplinas da área de Física, Biologia, Matemática, Estatística, Produção de Textos Acadêmicos e Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Aliada à articulação entre os conhecimentos, a prática interdisciplinar proporciona que a/o licencianda/licenciando do IFRJ – CDuC esteja sempre em contato com outros saberes, para além da sua área de formação.

Sobre os objetivos específicos do curso, destaco dois deles:

2. Promover a formação de cidadãos éticos, profissionalmente competentes, emancipados, criativos e solidários, **conscientes de seu papel na transformação da sociedade**. [...] 4. Contribuir para a melhoria da Educação Básica, através do desenvolvimento de competências próprias à atividade docente, que ultrapassem o conhecimento científico e avancem para a formação de competências profissionais de caráter pedagógico, referentes ao conhecimento de processos de investigação e **reflexão sobre a prática cotidiana**. (PPC, 2018, p. 28-29, grifo nosso).

Importante perceber que dentre os objetivos da formação na Licenciatura em Química do IFRJ – CDuC está a perspectiva de que as/os futuras/futuros professoras/professores estejam conscientes sobre a responsabilidade de seu papel para a transformação da sociedade através de um processo reflexivo de suas práticas. Entendo, portanto, que a perspectiva de combate a LGBTI+fobia deveria fazer parte desse processo formativo. No entanto, isso não está apresentado explicitamente no documento.

Em relação à estrutura e organização curricular, vale mencionar que ela foi pensada para que essa/esse futura/futuro profissional consiga lidar com as diversidades e as adversidades que emergem do cotidiano escolar, seja através de estudantes ou do próprio espaço físico da escola ou até mesmo do seu entorno. As disciplinas que estão presentes na estrutura curricular do curso de Licenciatura em Química do IFRJ – *campus* Duque de Caxias, foram pensadas e organizadas

de modo a se complementarem e possibilitarem a prática reflexiva das/dos licenciandas/licenciandos.

O PPC traz também um trecho que aborda a mudança da estrutura curricular com a chegada da Resolução 02/2015 do CNE:

Em reunião no Colegiado de Curso realizada em 22 de fevereiro de 2017 foi discutida a Resolução no. 02, de 1º de julho de 2015 do Conselho Nacional de Educação (CNE), onde no Capítulo V, Artigo 13, Segundo parágrafo versa sobre os cursos de formação de professores deverão garantir nos seus currículos conteúdos relacionados a direitos humanos, à diversidade de gênero e sexual, à educação especial, etc. Com isso foi aprovado quatro novas unidades curriculares como obrigatórias, são elas: Educação em Direitos Humanos, Sexualidade e Gênero na Formação de Professores, Inclusão em Educação e Metodologia da Pesquisa. Vale registrar que essas unidades curriculares já compunham o PPC da Licenciatura em Química como unidades curriculares optativas. (BRASIL, 2018, p. 33-34).

Apesar da menção acima, contida no texto do PPC, onde o nome da disciplina aparece como Sexualidade e Gênero na Formação de Professores, fica o alerta de que o correto é Gênero e Sexualidade na Formação de Professores (GSFP) como apontado anteriormente ao longo do texto da presente dissertação.

De acordo com o documento, a disciplina GSFP é um componente curricular teórico do 4º período do curso de Licenciatura em Química com carga horária de 27 horas, contribuindo com 2 créditos na totalização de créditos que precisam ser cumpridos pela/pelo estudante até o final do curso. Além disso, é uma disciplina que apresenta como pré-requisito, para se matricular, que a/o estudante já tenha cursado Educação em Direitos Humanos. Isso pode indicar que esta disciplina é importante para entender as bases de uma educação pautada pelos Direitos Humanos, em relação à qual, a disciplina GSFP cumpre uma dessas demandas, por exemplo ao discutir algumas questões sociais que perpassam as/os sujeitas/sujeitos que fogem à masculinidade cisheteronormativa. Chama a atenção o fato de que ela, GSFP, não é uma unidade curricular que seja pré-requisito de nenhuma outra ao longo do curso, de acordo com a matriz curricular de 2019.1 do *campus* Duque de Caxias, que foi o período em que ela se tornou obrigatória na nova estrutura curricular – ou seja, não há nenhuma disciplina posterior que dependa dos conhecimentos de GSFP para que estudantes possam então cursá-la.

7.2 A Lei nº 11892/2008

Com relação a Lei nº 11892/2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, da qual os Institutos Federais de Educação, Ciência e

Tecnologia fazem parte, não há menção alguma sobre uma perspectiva de formação docente que combata a LGBTI+fobia ou que mencione uma formação pedagógica que combata algum tipo de opressão. Essa lei tem por objetivo detalhar como se estruturam administrativamente os Institutos, qual sua importância para o desenvolvimento científico e tecnológico do país e quais as instituições que foram unificadas, incorporadas e transformadas em Institutos Federais.

Devido a isso, pode-se compreender que como essas instituições federais são autônomas do ponto de vista orçamentário e administrativo, os cursos técnicos, da Educação Básica e do Ensino Superior são criados e modificados por cada um de seus *campi*. Isso explica o motivo pelo qual cada uma dessas unidades que compõem um Instituto Federal cria o seu NDE e, a partir dele, modifica o PPC do curso, colocando neste documento as perspectivas e os anseios da formação que o conjunto das/dos docentes daquele local almejam para suas/seus alunas/alunos.

É por isso, também, que mesmo tendo *campi* com os mesmos cursos, a sua grade curricular é diferente de um campus para o outro.

Infelizmente, quando os Institutos Federais foram criados via lei em 2008, a perspectiva de um combate a qualquer tipo de preconceito e o perfil detalhado do que se esperava dos cursos de formação docente não foram elaborados.

Entretanto, podemos fazer um exercício imaginativo buscando refletir os efeitos que isso trouxe para a formação docente. Questiono, por exemplo, quantas/quantos egressas/egressos saíram dos Institutos Federais sem ter uma formação humana mais consolidada, permitindo atuar como agente de transformação em seus locais de trabalho.

Esse problema foi mais bem solucionado com a Resolução 02/2015 do Conselho Nacional de Educação, mais de oito anos depois da criação dos Institutos Federais, no caso do IFRJ – CDuC, que se debruçou melhor sobre as diretrizes formativas após 2015.

É curioso pensar que numa mesma instituição houve estudantes que não tiveram a oportunidade de debater, por exemplo, as questões raciais, de gênero, de sexualidade e de deficiência. Em um segundo momento, o cenário começou a melhorar com disciplinas eletivas que discutiam esses marcadores sociais, porém, por serem optativas nem todas/todos licenciandas/licenciandos puderam ou quiseram acessá-las. Ao se tornarem obrigatórias, essas discussões estarão presentes na formação das/dos discentes.

Acredito que o melhor momento foi o que aconteceu pós-Resolução de 2015, no qual, alguns componentes curriculares, que contribuía para um alargamento da formação docente a partir da formação humana, tornaram-se obrigatórios. Logo, hoje não há uma/um

licenciando/licencianda que passe pela formação no IFRJ – CDuC e não tenha o mínimo de contato com essas questões na formação.

Quando cursei GSFP (na época de forma eletiva) foi a única oportunidade que tive de conhecer teoricamente e me aprofundar sobre as questões relacionadas a gênero e sexualidade. É uma pena que, desde sua criação, os Institutos Federais não tiveram a oportunidade de já surgir preocupados com essas demandas sociais. O combate à LGBTI+fobia na formação docente poderia já ter avançado muito mais. Inclusive, durante a minha formação, por exemplo, tive nenhuma ou praticamente nenhuma formação sobre as questões que permeiam o debate étnico-racial – só comecei a me interessar e estudar essas questões com a minha chegada ao Mestrado, mas, principalmente, por conta do nosso grupo de orientação que se dedica a pesquisas sobre gênero, sexualidade, relações raciais, deficiência e outras dissidências.

7.3 A Resolução nº 02/2015

O texto da Resolução nº 02/2015 do CNE se inicia trazendo uma série de considerações que justificam a instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica (cursos de licenciaturas, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura).

Dentre essas considerações destaco o seguinte trecho:

CONSIDERANDO que a educação em e para os direitos humanos é um direito fundamental constituindo uma parte do direito à educação e, também, uma mediação para efetivar o conjunto dos direitos humanos reconhecidos pelo Estado brasileiro em seu ordenamento jurídico e pelos países que lutam pelo fortalecimento da democracia, e que a educação em direitos humanos é uma necessidade estratégica na formação dos profissionais do magistério e na ação educativa [...] (BRASIL, 2015, p. 2).

Esse documento traz como uma de suas justificativas a importância dessas diretrizes na formação docente, visando a manutenção da democracia e dos direitos humanos através da educação em direitos humanos, ao mencionar que é necessário alargar a visão e atuação da/do docente, conforme mencionado no parágrafo 2º do artigo 2º.

Mais à frente, a Resolução, em seu artigo 3º, no parágrafo 5º, nos indica que um dos princípios dessa formação é:

II – a formação dos profissionais do magistério (formadores e estudantes) como compromisso com **projeto social, político e ético** que contribua para a consolidação

de uma nação soberana, democrática, justa, **inclusiva** e que promova a **emancipação dos indivíduos e grupos sociais**, atenta ao reconhecimento e à valorização da **diversidade** e, portanto, **contrária a toda forma de discriminação**; (BRASIL, 2015, p. 4, grifo nosso).

Até esse momento, o documento trata de forma genérica o que está considerando como diversidade e combate à discriminação, entretanto, com o avançar da leitura vai sendo pontuado quais são essas diversidades e a necessidade de combater as formas de discriminação relacionadas a elas. De qualquer forma, existe um olhar social, político e ético visando uma inclusão e emancipação das pessoas através dessa proposta de formação docente discutida ao longo da Resolução.

Logo no parágrafo seguinte, o 6º, nos é informada a necessidade e a importância de uma colaboração e articulação entre as instituições escolares e as instituições de ensino superior que formam professoras/professores através do entendimento que as questões sobre diversidade sexual e de gênero, inclusive, também são tomadas como princípios de equidade.

No seu Capítulo II, artigo 5º, é elencado alguns tópicos relacionados ao que se espera dessa base comum na formação docente. No inciso VIII, fica claro que essas professoras/professores formadas/formados devem ser capazes de ensinar sobre o respeito às diferenças através da educação inclusiva, “valorizando a diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, entre outras;” (BRASIL, 2015, p. 6).

Além disso, é preciso que essas/esses egressas/egressos estejam aptas/os para identificar as questões e problemas socioculturais buscando uma superação das exclusões que também são (re)produzidas no chão da escola.

No Capítulo V, a temática da formação é discutida sob o olhar da estrutura curricular e no artigo 13, parágrafo segundo é dito que as instituições formadoras devem ofertar em seus currículos disciplinas, específicas ou interdisciplinares, que discutam os direitos humanos, as diversidades étnico-racial, de gênero, sexual e outras.

Por fim, vale aqui mencionar que dos três documentos analisados nessa dissertação, o que aborda mais a questão das diversidades sexuais e de gêneros é o relativo ao texto da Resolução 02/2015 do CNE, um documento nacional aprovado no segundo Governo de Dilma Rousseff, antes do golpe. Apesar de não mencionar o combate à LGBTI+fobia e ser prolixo nos termos algumas vezes, repetindo a mesma coisa em mais de um momento, é possível compreender que ele foi importante para lançar os subsídios, em âmbito nacional, necessários que fizeram com que a disciplina GSPF fosse pensada em nível local no IFRJ, elaborada e posteriormente aprovada em colegiado como disciplina obrigatória na matriz curricular da

Licenciatura em Química do IFRJ-CDuC, sendo mencionada no próprio PPC institucional, como citado anteriormente.

Apesar de não ser um dos objetivos dessa pesquisa, é importante registrar que o Governo de Jair Messias Bolsonaro, marcado por ser de extrema-direita, também apresentou uma resolução em 2019 que institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica, além de instituir as diretrizes curriculares para a formação inicial de professores. Nesse documento não há menção de diversidade sexual e de gênero (não conforme o que aqui está apresentado, existe apenas a menção sobre gêneros textuais), trazendo poucas menções sobre direitos humanos e diversidade étnico-racial. Ou seja, essa resolução de 2019 descaracterizou e veio para retroceder muitos dos avanços conquistados e assegurados pela Resolução aqui analisada e que felizmente foi a que abriu espaço para a disciplina de Gênero e Sexualidade na Formação Docente.

Vale ressaltar que, de acordo com Sonia Maria Soares de Oliveira e Carlos Diogo Mendonça da Silva (2021), a resolução proposta por Bolsonaro começou a ser feita ainda no Governo de Michel Temer, que ocupou a presidência após articular um golpe em forma de impeachment para retirar do poder a então Presidenta Dilma Vana Rousseff.

A autora e o autor justificam que por conta dessa mudança na presidência, o Ministério da Educação, ocupado por integrantes do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), reintegrou vários profissionais que trabalharam no Governo Fernando Henrique Cardoso. Com isso, a perspectiva de uma formação docente para atender as demandas do grande capital nacional e internacional voltou a ser o foco dessa política iniciada no período em que Michel Temer foi presidente e agudizada com a chegada de Jair Messias Bolsonaro ao poder. (OLIVEIRA e MENDONÇA, 2021).

Estamos falando da volta do que os autores chamam de racionalidade técnica, ou seja, uma formação docente que se preocupava com a produção de mão de obra. Uma formação que resgata princípios das “competências e habilidades” para que tenhamos discentes como cidadãos globalizados. Portanto, as perspectivas sociais foram colocadas em último plano nessa última diretriz (ou saíram totalmente do plano).

8 A PERCEPÇÃO DA DOCENTE SOBRE A DISCIPLINA

Antes de ir à percepção das/dos estudantes, apresento trechos das cartas trocadas com a professora Gabriela Salomão – uma mulher cisgênera, heterossexual, branca e atualmente com 45 anos de idade – que é a idealizadora da disciplina de GSFP. Vale destacar aqui que houve uma demora maior, por parte dela, para me dar o retorno das cartas que a enviei e, portanto, a docente optou por apresentar sua segunda carta, em forma de áudios no WhatsApp. Os áudios foram transcritos pelo aplicativo *ViraTexto* que funciona dentro do aplicativo de comunicação WhatsApp como mencionado anteriormente. Algumas partes desses áudios foram corrigidas pelo pesquisador, pois nem sempre a tecnologia era precisa na transcrição.

Portanto, os trechos aqui mostrados são constituídos da seguinte forma: parte deles foi respondida via e-mail, como era a proposta da troca de cartas, e a outra parte vieram das transcrições dos áudios enviados pela docente, conforme explicado acima.

Estou no IFRJ desde 2009, inicialmente como professora substituta no campus Nilópolis (2009 e 2010).

Desde 2011 como concursada no campus Duque de Caxias.

A motivação para a oferta dessa disciplina veio pela inserção no meu grupo de pesquisa GEPSID/ Psicologia UERJ. Gênero e Sexualidade são nossas temáticas de discussão. Passei por pesquisas em presídio feminino, no DEGASE e a partir dos estudos e debates realizados, fui me dando conta da importância de trazer essa discussão para os cursos de formação de professores. A Resolução ajudou a tornar a disciplina obrigatória sim, mas a procura já era muito grande por parte dos estudantes.

A coordenação do curso na época deu a maior força para torná-la obrigatória. Não percebi grande resistência por parte do Colegiado não, mas falavam, por exemplo, que mais importante do que discutir gênero e sexualidade, era discutir Educação e Inclusão. As duas disciplinas tornaram-se obrigatória no mesmo período.

A Direção do campus tb (sic.) não manifestou resistência.

O que mais me chama a atenção ao longo dos períodos é o grande desconhecimento dos estudantes acerca dessas temáticas, como a

confusão que fazem entre identidade de gênero e orientação sexual, por exemplo.

Abordamos sim questões como LGTQfobia (sic.), trabalhamos alguns materiais e sempre falamos da interseccionalidade, pq (sic.) sempre aparece racismo e atravessamento racial e de classe, bem como questões religiosas.

Havia um anseio por parte das/dos estudantes de entender melhor as questões que compõem o campo de gênero e sexualidade. Apesar disso, a professora percebeu que havia muita confusão, entre as/os alunas/alunos, em relação às questões que permeiam o gênero e aquelas que fazem parte da sexualidade. Tal fato pode ser comparado com a perspectiva mais atual dos cursos de formação docente, conforme afirmado por Severino (2006), onde há uma preocupação com relação ao esclarecimento como meio para se emancipar indivíduos, portanto, uma educação para a desbarbarização.

Com relação à coordenação e à direção do *campus*, não aconteceram resistências diferente do que ocorreu no colegiado de curso, onde, apesar de ser em menor número, houve questionamentos do motivo pelo qual as temáticas gênero e sexualidade não poderiam ser tratadas na já existente disciplina de Inclusão e Educação (disciplina que se tornou obrigatória junto à GSFP).

Mesmo com resistências, a disciplina foi aprovada como unidade curricular obrigatória para o curso de Licenciatura em Química do IFRJ – CDuC. Em deliberação no colegiado, houve maioria de votos favoráveis a essa mudança.

Embora a professora tenha afirmado que sempre há interseccionalidade presente nas discussões da disciplina, ficou evidente a partir das cartas de algumas/alguns discentes que nem todas/todos tiveram acesso à perspectiva interseccional em suas turmas de GSFP, como será apresentado mais adiante na presente dissertação. Inclusive, como será mencionado, Freddie Mercury – um dos estudantes que afirmou não ter tido esse tipo de discussão – associou a falta da discussão racial na disciplina alegando que todo mundo na turma era branco/branca, o que pode nos dar pistas da ausência da discussão a respeito da interseccionalidade na turma desse aluno. Lembrando, conforme Vigoya (2023), a interseccionalidade é a busca pelo entendimento da imbricação das relações de poder, independentemente a qual grupo étnico-racial você pertença. Nesse caso, o pertencimento racial branco nos faz pensar ainda na importância de tomar parte e posição nessa discussão.

Eu mencionei que os alunos e alunas pediam bastante pela disciplina. Na verdade, eu acho que naquele momento, talvez mais ainda hoje, mas naquele momento era uma coisa mais nova que a gente estava vivendo, muitos alunos se entendendo como alunos bissexuais ou homossexuais e aí eles queriam que essa discussão partisse de alguma disciplina do campus. Eles queriam discutir sexualidade e, pelo meu entendimento, não só como futuros professores, mas para entenderem mesmo o que eles estavam vivendo, o processo que eles estavam vivendo. Naquele momento, aparecia mais questões ligadas à diversidade sexual do que a gênero. A questão do gênero foi aparecendo depois, com o tempo, né? (sic.) Os alunos se entendendo como pessoas não-binárias, aparecendo alunos trans no campus, tanto no MSI quanto na licenciatura, mas isso veio depois, no primeiro momento foi mais uma necessidade desses estudantes de discutirem a questão da sexualidade.

O interesse pelas discussões de gênero e sexualidade pode-se dar, entre outras, pelas questões de pertencimento a um grupo, a uma identidade e os enfrentamentos advindos de se localizar nas relações. Em busca de entender os processos pelos quais estavam passando e procurando compreender sua identidade, houve um interesse maior pelos discentes sobre o campo de gênero e sexualidade. Inclusive, tal movimento foi importante, pois a LGBTI+fobia pode surgir e se manter em um espaço onde não se reflita sobre gênero e sexualidade. Pode-se concluir que o surgimento de GSFP veio também por demanda discente e não apenas porque era algo que a professora Gabriela gostasse de pesquisar e estudar. É possível enxergarmos a perspectiva das marcas provocadas pelos encontros, geralmente violentos, mencionadas por Rolnik (1993). Talvez o encontro de pessoas LGBTI+ ou pessoas interessadas no estudo dentro do campo de gênero e sexualidade, permitiu esse devir no IFRJ, na formação docente, através da disciplina GSFP.

Interessante observar como essas demandas sensibilizaram a docente da disciplina a elaborá-la, mostrando que GSFP vai se modificando de acordo com os anseios que surgem ao longo do seu curso.

A vontade de discutir mais a sexualidade, no início, ia além da perspectiva de que tipo de formação de professoras/professores queremos oferecer e se misturava com as próprias questões que essas/esses estudantes estavam vivendo, ou seja, as marcas que carregam “ovos de linha do tempo”, possibilitando outros devires (ROLNIK, 1993).

A questão da dificuldade mesmo, né, como moradores da Baixada Fluminense, então a situação em que aparecia essa interseccionalidade é que além da diversidade de gênero e da diversidade da sexualidade, aparecia a questão da raça, a questão da classe social, um outro marcador social, e como que esses marcadores sociais se relacionavam para colocar esses estudantes ainda mais em vulnerabilidade, né, a questão do território, da classe social e da raça. Foi nesse momento que dentro da disciplina e até mesmo antes da disciplina ser criada, os alunos gostariam de pensar sobre essas questões.

Vale destacar que mesmo que em algumas turmas a interseccionalidade não tenha aparecido durante as discussões ou até como conteúdo formal a ser debatido e ensinado dentro da disciplina GSFP, a professora Gabriela demonstrou ter uma preocupação com a análise interseccional.

Olha, Yago, quando você fala em situação preconceituosa dentro do IFRJ, a primeira que me vem à cabeça, a mais gritante, foi uma que eu presenciei em 2011, que foi questão de racismo, não foi ligado a gênero e sexualidade, já contei isso pra você, mas vou contar novamente, numa seleção de PIBID, estávamos eu e o coordenador do curso à época fazendo a seleção, e era um aluno negro que usava o cabelo black. E aí esse aluno passou muito bem classificado por conta da carta de intenção, da entrevista e também (sic.) porque ele era de escola pública, então isso ganhava uma pontuação a mais na seleção, então ele ficou classificado entre os números da vaga, do PIBID, e na hora da gente falar isso, esse resultado, o outro professor que estava fazendo a seleção comigo falou pra (sic.) ele, “Você foi selecionado, mas assim, pra entrar na escola você vai precisar cortar esse cabelo, né?” Imediatamente reagi e disse que não, que seria lindo ele entrar na escola com esse cabelo, que seria uma representatividade para os estudantes, mas isso foi a situação preconceituosa que eu vivi dentro do IFRJ que mais me chocou.

Mais uma vez a questão da opressão de raça, racismo, volta a aparecer nas nossas trocas. Tal fato é importante de ser mencionado pois nem todas/todos as/os alunas/alunos de GSFP afirmaram ter discutido questões raciais, conforme será demonstrado, e pela atitude preconceituosa desse coordenador, podemos pensar o que se propagava, dito ou não dito, nas aulas das outras disciplinas.

Talvez exista um sentimento emudecido, ou pouco compartilhado, de padronizar tudo aquilo que é “estranho” na visão de pessoas preconceituosas. A fala colonizadora do coordenador branco buscou interferir na aparência de um estudante negro aprovado para um projeto com bolsa. Esse tipo de questionamento não seria colocado ou dificilmente seria direcionado para uma/um estudante branca/branco que estivesse pleiteando essa bolsa. O racismo tenta tornar legítimo um discurso que olha a pessoa negra como aquela que tenha que buscar um padrão branco, se embranquecer, para daí poder ocupar certos espaços.

O racismo não está “sobrevendo” a sociedade. Ele está na base dela e age em todos os ambientes sociais, inclusive em um curso de formação docente. A importância de se debater essa questão em GSFP, que é o foco dessa pesquisa, após esses relatos, é para compreender que outras violências se aliam à LGBTI+fobia para transformar determinados corpos e subjetividades em abjetos – como Butler muito bem pontuou em entrevista a Prins e Meijer (2002), ou seja, sem valor, marginais pois não se adequam ao padrão vigente.

Antes de ter essa disciplina de gênero e sexualidade, eu já ofertava a disciplina de Psicologia Social e Educação. Em alguns momentos, eu trazia um módulo para discutir gênero e sexualidade dentro dessa disciplina de Psicologia Social e Educação. No módulo como é que a diversidade cabe na escola, eu acabava falando um pouco disso também.

Através do trecho acima, podemos observar um comprometimento com o campo de gênero e sexualidade e, além disso, ele aponta que era preciso haver uma disciplina exclusivamente para tratar deste assunto, pois um tópico/módulo se mostrou muito pouco para suprir a demanda formativa.

Eu acho que a receptividade é boa. Eu vejo que os alunos que chegam nessa disciplina ficam muito curiosos ainda hoje com as temáticas. Acho que as pessoas da época que a disciplina foi criada para cá,

chegam com uma base nessas temáticas muito maior, mas ainda muito interessadas em debater esse tema.

Traçando um paralelo com a época que fui aluno e quando a disciplina era eletiva, hoje em dia realmente parece que esse campo está ganhando uma maior visibilidade e, conforme apontado pela docente, essas/esses estudantes já chegam com uma bagagem maior em relação àquelas/àqueles que chegavam sem entender as diferenças entre gênero e sexualidade. Isso pode acontecer dessa maneira por uma questão geracional em que, hoje em dia, uma parcela considerável das pessoas mais jovens se permite a experimentação, que é algo que há gerações passadas seria inaceitável socialmente. Não que haja mais LGBTI+ na sociedade hoje do que na época das/dos nossas/nossos pais, o que ocorre é que mais pessoas estão se afirmando enquanto pessoas pertencentes a uma comunidade mais diversa, fazendo parte das siglas.

E além dos alunos, sim, muitos professores, porque além de dar essa disciplina de gênero e sexualidade, eu fui coordenadora do NUGEDS muito tempo, agora eu continuo membro do NUGEDS, os professores me abordam, alguns professores. Na sala de professores, nos corredores me mandam mensagem (sic.) no privado, do WhatsApp, tirando algumas dúvidas.

Mesmo sem desejar, a docente acabou por se tornar uma figura de referência até entre colegas professoras/professores, que recorrem a ela pedindo ajuda para lidar com questões e para sanar possíveis dúvidas que possam ter sobre gênero e sexualidade.

Por exemplo, hoje a gente tem um professor não binário no campus, que chegou há pouco tempo tá (sic.) em estágio probatório. E aí ele me chamou no WhatsApp para perguntar se eu sabia se tinha alguma regulamentação sobre a vestimenta dos servidores no IFRJ. O que ele estava querendo perguntar: como ele é um professor não binário, se ele fosse vestido de alguma forma, ele poderia receber algum tipo de punição, advertência. [...] Ele disse que tanto faz o pronome usado [...] E você não vai acreditar. Ele é professor de Matemática, tá dando aula pro primeiro período da LQ, dando Pré-Cálculo, abaixou e muito o índice de retenção, fazendo uma proposta pedagógica em Pré-Cálculo,

tá? E, pior, mais surpreendente ainda, fez o ENEM e agora virou aluno da LQ. Além de ser professor da LQ de matemática, agora é aluno.

É muito importante saber que hoje em dia a realidade do corpo docente do IFRJ – CDuC se amplia cada vez mais em diversidades. Foi a instituição que eu tive mais contato com professoras/professores negras/negros após o Ensino Médio e algumas/alguns delas/deles moradoras/moradores da Baixada Fluminense. Agora, com as LGBTI+ chegando cada vez mais aos espaços acadêmicos e se formando, já é possível ter professoras/professores transexuais, entre as/os quais estão não-bináries, atuando em cursos de formação docente. No caso do IFRJ – CDuC, Gabriela compartilha que um(e) professor(e) não-binárie chegou à instituição, mas que ainda paira um receio de punição vivido com relação aos/às colegas cisheterossexuais – isso ficou evidente a partir da dúvida dela/dele se havia uma indicação de roupa certa a se usar na instituição, quase como uma estratégia de passar despercebido(e) naquele ambiente – o que nos remete às experiências trazidas por Oliveira (2020) sobre indivíduos LGBTI+ tentarem não chamar atenção para si, pois podem sofrer com os efeitos regulatórios da cisgeneridade. Essa é uma marca da LGBTI+fobia.

Talvez esse receio se dê por sua identidade de gênero ainda ser algo que causa desconforto em algumas pessoas. Está em estágio probatório do exercício de sua função docente e não de sua identidade, sendo que esse docente foi a primeira pessoa trans ocupando o cargo de professor(e) efetivo(e) nesse *campus*.

Vale ressaltar que esse docente é formado(e) em Matemática e já chegou causando um impacto para reverter a retenção de estudantes da LQ na disciplina chamada Pré-Cálculo – que sempre apresentou índices significativos de reprovação. Isso se dá inclusive pela proposta pedagógica que, segundo a docente, ele apresentou para a turma. É um corpo que chega trazendo vários questionamentos e mudanças de paradigmas em diversos aspectos.

Provavelmente esse professor(e) não-binárie se identificou de alguma forma com a instituição e com as aberturas a realizar, pois fez o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e, hoje, além de ser docente do IFRJ – CDuC é também aluno(e) do curso de Licenciatura em Química nessa instituição. Acredito que terá muito a contribuir na disciplina GSFP quando for cursá-la.

Então, acho que a maior mudança, né, foi essa questão dos alunos chegarem mais apropriados das temáticas, né, muitos alunos, assim, muito investidos e engajados desse tema, pesquisam, veem filmes,

procuram na internet, seguem Instagram que discutem essa temática, então hoje em dia eles já chegam bem mais ligados nessa temática do que chegava há um tempo atrás. Muitos alunos hoje, né, discutindo não só a questão da diversidade sexual, com muitos alunos se entendendo como bissexuais, mas agora a diversidade de gênero chegando também com força, né, nos alunos dessa disciplina, quer dizer, nos alunos de forma geral, mas aparecendo mais nessa disciplina, porque hoje a gente discute isso, então muitos alunos já nessa disciplina se entendendo como não-binários e essa discussão aparecendo com mais força.

Acredito que esse movimento se dá pelo acesso às informações que essa geração atual possui. Há muito material sobre gênero e sexualidade na internet. Isso pode ser tema de discussões e não isenta a necessidade formal de uma disciplina na formação docente. Uma das importâncias que atribuo ao componente curricular GSFP é agir como mediador desse conteúdo que é apresentado em grande volume nas redes, produzido por diversas proveniências, e que pode apresentar informações imprecisas ou incorretas.

Se observarmos a faixa etária das/dos discentes que participaram da presente pesquisa, podemos perceber que nenhuma/nenhum delas/deles chega aos 30 anos de idade. Ou seja, são pessoas jovens e essa geração (acredito que isso se intensificará com as próximas) está vivendo um momento na sociedade que apesar de todo preconceito existente e de tanta violência praticada contra indivíduos LGBTI+, estão se permitindo ser quem são – seja em questão de gênero ou de sexualidade. Nesse sentido, estão produzindo subjetividades a partir de suas singularidades (GUATTARI e ROLNIK, 1999).

É uma geração que tende a estar preparada com mais argumentos para se posicionar frente à LGBTI+fobia, além de também questionarem as identidades fixas (ou rótulos) que tendemos a nos atribuir ou que são atribuídos, além de criados, pela cisheteronormatividade a nós. São tempos de maior fluidez.

Quando a professora Gabriela foi questionada se em algum momento durante GSFP foram discutidos, pensados ou lidos materiais sobre estratégias para o combate à LGBTI+fobia, respondeu que:

Não abordamos nenhum material sistematizado sobre essa temática, mas esse debate permeia toda a disciplina, sobre discursos e práticas

de combate à LGBTI+fobia, em especial no futuro papel de professores/educadores. De que forma suas práticas docentes podem e devem ter esse alcance. Em várias avaliações, como são práticas pedagógicas, essas temáticas estão presentes. Esse é um dos desafios que está sempre posto ao longo da disciplina.

Por fim, ao ser provocada se ela achava que teria algo que estaria faltando desenvolver ou aprofundar mais em GSFP, deixa claro que:

A disciplina tem 2 tempos semanais, dessa forma, os assuntos não se esgotam, e nem tenho essa pretensão. O importante é sensibilizar e licenciandos sobre uma postura ética e crítica em sala de aula, fazendo-os entender que o professor de química também tem essa função, trazer assuntos como gênero e sexualidade para dentro da sala de aula, seja ao longo de suas práticas pedagógicas, articulando temas do conhecimento específico com a temática em questão, seja com posturas e discursos mais acolhedores e respeitosos, promovendo que a diversidade caiba e pertença. Mas a cada semestre, as/os estudantes trazem novidades, como nomenclaturas e bandeiras. Muitos assuntos poderiam ser desdobrados e aprofundados, mas compreendo que a disciplina cumpre seu papel, de trazer o debate, informar essas/esses docentes em formação, para práticas mais conscientes e que contribuam para o enfrentamento dos preconceitos em voga.

Podemos concluir que, na visão da professora, a disciplina cumpre o seu papel ao colocar em debate algumas questões presentes em gênero e sexualidade. Além disso, ela traz a perspectiva de uma formação docente que seja ética, não universal (Vidarte, 2019), e crítica, sem aceitar meramente de forma impositiva o que é tido como verdade (Foucault, 1990) em sala de aula, instigando as/aos futuras/futuros professoras/professores a se engajarem e se envolverem nessas discussões seja abordando-as em suas aulas, aliadas aos conteúdos de Química, seja como aliadas/aliados para a transformação de uma realidade social, contribuindo para o respeito e acolhimento às diversidades na escola.

Acredito que o movimento no qual as/os alunas/alunos contribuem com as discussões levantadas ao longo do curso de GSFP demonstra que há flexibilidade no currículo dessa

disciplina a cada semestre, ou seja, ele vai se modificando também conforme as demandas ou assuntos levantados pelas/pelos estudantes que vão indicando o caminho que esse componente irá tomar de acordo com cada turma.

9 GÊNERO E SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: AS EXPERIÊNCIAS DE DISCENTES DO *CAMPUS* DO IFRJ

9.1 As/Os sujeitas/sujeitos da pesquisa

Antes de partirmos para a análise das experiências das/dos licenciandas/licenciandos, é interessante entendermos o perfil dessas pessoas. Portanto, para fins de organização, algumas informações estão dispostas no Quadro 3 representado a seguir:

Quadro 3 – Perfil das sujeitas/sujeitos discentes da pesquisa

Sujeitas/Sujeitos da pesquisa⁷	Idade	Identidade de gênero	Orientação sexual	Pertencimento étnico-racial	Quando cursou GSFP
Hellena Malditta	22 anos	Gênero Fluido, não-binária	Assexual	Negra	2021.2
Erika Hilton	23 anos	Mulher cisgênera	Disse que está descobrindo se é ou não bissexual	Branca de padrões eurocêtricos	2023.1
Freddie Mercury	22 anos	Homem cisgênero	Bissexual	Branco. Etnicamente disse ter ascendência portuguesa, nativa americana e alemã.	2022 (não lembra o período)

⁷ As/Os estudantes tiveram seus nomes reais trocados por nomes de personalidades LGBTI+ a fim de se manter o sigilo de suas identidades. Cada uma/um escolheu como gostaria de ser chamada/chamado na escrita da dissertação. Há um breve Glossário, ao final da dissertação, apresentando quem são essas personalidades.

Sylvia Rivera (saiu do curso e mudou de instituição)	23 anos	Apenas informou que era cis (no caso, mulher cisgênera)	Bissexual	Negra	2019 (não informou o período)
Gloria Groove	22 anos	Gênero feminino	Heterossexual	Negra	2021.2

Fonte: O autor em composição com as pessoas participantes, 2023.

Uma das primeiras informações que nos chamam a atenção é que Sylvia Rivera, em sua primeira carta, ao se apresentar, apenas informou que era cis, de forma breve – devido a outros trechos em outra carta, foi possível identificá-la como mulher, pois ela afirma isto. Além disso, vale destacar que a mesma aluna não concluiu a Licenciatura em Química e evadiu do curso pois, segundo ela, cita em sua carta: *“Iniciei o curso de Licenciatura em Química, que pela escolha do possível era um curso escolhido pelas viabilidades do momento. Porém, nunca foi um curso de escolha pessoal.”*⁸. De todas as sujeitas/sujeitos da pesquisa ela é a única que eu conheço de forma próxima, além da docente, o que me permitiu já saber um pouco da sua trajetória antes das trocas de cartas. Vale destacar que foi aluna do curso técnico em Petróleo e Gás oferecido pelo IFRJ – CDuc: *“Fui aluno (sic.) do Técnico em Petróleo e gás e me formei em 2020.1”*.

Já Gloria Groove não nos informa nessa primeira carta que é uma mulher cisgênera, quando lhe foi perguntado sobre sua identidade de gênero, ela disse que era de gênero feminino, o que pode demonstrar uma confusão na concepção sobre o que é a identidade de gênero de uma pessoa.

A aluna Erika Hilton foi outra que já apresentava um vínculo institucional com o IFRJ – CDuC antes mesmo de ingressar na Licenciatura em Química. Segundo ela: *“[...] sou Técnica em Química formada em 2019 pelo IFRJ Campus Duque de Caxias.”* e *“Ingressei no IFRJ no ano de 2015 querendo ser técnica em química, pois assim como você, também gostei muito da matéria de ciências no ensino fundamental. Quis estudar numa instituição profissionalizante, por ser pobre e precisar trabalhar. Durante minha trajetória no ensino médio técnico, eu pude*

⁸ Todos os trechos que se referem ao que estava nas cartas enviadas pelas/pelos sujeitas/sujeitos da pesquisa serão grafados dessa forma, em itálico. Mais à frente, trechos maiores foram analisados separadamente e, por isso, optou-se por apresentá-los em itálico e com recuo de 4 cm.

me politizar (ocupamos o IFRJ contra a PEC 241, fui integrante do grêmio, participei de atos) e também (sic.) entendi o papel da educação na vida de uma pessoa periférica”.

Por todas/todos as/os estudantes serem muito jovens e estarem imbuídos das lógicas contemporâneas, acabou por acontecer aquele fenômeno da temporalidade que havia mencionado anteriormente. Elas/eles são de uma geração em que a comunicação instantânea é muito mais presente do que acontecia antigamente, quando ao enviar uma carta, dependendo do endereço da/do remetente, isso poderia levar semanas ou até meses.

Aqui trabalhamos com a ideia de cartas trocadas via e-mail, porém, essa plataforma ainda traz consigo uma ideia de não-imediatismo. Entretanto, era muito comum receber algumas cartas logo em seguida da que havia mandado ou então acabava que essa fluidez nas trocas se dava em questão de poucos minutos de diferença e o que era para ser um exercício que traria consigo o elemento da pausa e da reflexão, tornava-se uma troca quase que simultânea de cartas indo e vindo, muito parecido com o que vivenciamos no aplicativo de troca de mensagens *WhatsApp*.

Vale mencionar que esse processo aconteceu do início ao fim, principalmente com aquelas/aqueles que mais contribuíram com a pesquisa, escrevendo cartas mais extensas e sempre complementando o que foi dito anteriormente ou trazendo novos elementos a partir do que era questionado pelas cartas do remetente. Porém, não foi assim com todas/todos pois, para algumas/alguns sujeitas/sujeitos da pesquisa a intensidade e fluidez da escrita de cartas surgiu mais nas últimas cartas, provavelmente motivados pelo tempo final que o pesquisador vinha apontando, chegando a definir um prazo máximo para o recebimento delas.

Chamo a atenção para o fato de que todas as pessoas que participaram da troca de cartas via e-mail em vários momentos, principalmente quando o pesquisador agradecia pelas contribuições, demonstraram uma grande vontade de participar da pesquisa e de poderem compartilhar suas experiências tanto pessoais quanto aquelas relacionadas às suas vivências na disciplina GSFP. Em algumas cartas, existiam trechos como: *“Acho que é isso, e qualquer dúvida, estou à disposição.”* e *“Mas fico a disposição novamente. Vamos juntas!”* (cartas de Erika Hilton) ou *“Bj (sic.) querido, vamos dialogar.”* (carta de Sylvia Rivera) ou *“É um prazer te conhecer, Yago! Até a próxima.”*, *“Espero ter contribuído com minhas respostas. Até breve!”*, *“Estou adorando participar e espero estar ajudando.”*, *“Sinta-se à vontade para perguntar, que eu responderei com prazer! Até a próxima.”* (todas essas frases contidas em cartas de Hellena Malditta) ou nos trechos de Gloria Groove em que ela escreveu: *“Bjs (sic.), até o próximo contato.”* e *“Eu que agradeço a oportunidade de contribuir e peço desculpa pela demora a responder, não foi intencional.”*

Durante o período da troca de cartas, que se deu entre julho e outubro de 2023, para esta pesquisa, não houve nenhuma desistência das pessoas que se dispuseram a participar, o que corrobora com o desejo dessas/desses sujeitas/sujeitos da pesquisa em querer contribuir cada vez mais com o trabalho e a presença de uma vontade de contar sobre suas histórias, muito mobilizado pelo uso das cartas.

Após traçado o perfil delas/deles, podemos partir para a explicação de como se deu esse processo da troca de cartas com cada sujeita/sujeito da pesquisa.

9.2 Como se deram as trocas das cartas

A carta, sendo uma forma de escrita muito singular, traz consigo a possibilidade de ser elaborada de diversos modos. Como cada pessoa é única, sua escrita também será. Devido a isso, apresento de forma geral como se deu esse processo de trocas com cada sujeita/sujeito da pesquisa. A minha carta de apresentação foi exatamente a mesma para todas/todos e as outras poderiam ir mudando ou não de acordo com o que era compartilhado comigo. A cada carta enviada a mim, eu a respondia com novos questionamentos ou buscando aprofundar algo que foi mencionado pelas/pelos sujeitas/sujeitos e que poderia contribuir com a pesquisa.

A professora Gabriela, como já dito anteriormente, acabou se utilizando do WhatsApp para trazer suas reflexões do que foi perguntado nas cartas. Como demorou muito a me retornar, tirando o que foi falado no aplicativo de troca de mensagens (e posteriormente transcrito por mim), há o registro de duas cartas: a primeira sendo no dia 15 de agosto de 2023 e a última sendo enviada dia 10 de outubro de 2023.

A primeira carta que recebi de Hellena Malditta foi no dia 10 de agosto e a última consta que ocorreu no dia 10 de outubro de 2023. No total foram quatro cartas recebidas – vale ressaltar que no início das trocas, havia um ritmo entre o envio e o recebimento, mas, por questões pessoais dela, a última carta foi a que mais demorou a chegar.

Erika Hilton começou a compartilhar sua trajetória comigo no dia 10 de julho e terminou dia 10 de outubro de 2023. Para conseguir dar conta de me trazer um panorama das suas vivências na disciplina e na instituição, ela escreveu por volta de sete cartas, sendo que algumas eram respostas mais curtas ou complementações de algo que havia sido dito anteriormente.

No caso do estudante Freddie Mercury, recebi por volta de nove cartas – um dos sujeitos com quem mais troquei cartas – iniciando no dia 17 de julho e terminando dia 10 de outubro de 2023. De todas as cartas trocadas ao longo da pesquisa de mestrado, foi com ele que houve uma

maior fluidez nas correspondências, acontecia de ter cartas trocadas no mesmo dia ou então com poucos dias de intervalo sem respostas até que voltassem a acontecer.

A aluna Sylvia Rivera me enviou um total de quatro cartas entre 07 de agosto e 27 de setembro de 2023. Também foi uma das alunas que, por ter uma dificuldade maior para realizar as trocas com mais frequência, costumava enviar cartas extensas trazendo um acúmulo de informações, porém, sempre estive em contato comigo via WhatsApp avisando quando iria responder, demonstrando uma boa vontade de contribuir com a pesquisa.

Por fim, a aluna Gloria Groove me enviou nove e-mails. Entretanto, parte deles foram enviados no mesmo dia, com poucos minutos de diferença, complementando uma carta enviada anteriormente ou para comunicar que iria retornar a carta que enviei assim que fosse possível. Recebi sua primeira carta no dia 28 de julho e a última 27 de setembro de 2023. De todas as sujeitas/sujeitos, essa estudante me trouxe um desafio maior como pesquisador para conseguir as informações sobre suas vivências, pois suas cartas eram muito curtas e diretas. Precisei em alguns momentos instigar para que ela trouxesse mais informações.

Agora que já conhecemos um pouco de como se deu o processo da troca das cartas, podemos iniciar as análises de trechos contidos nelas. Os trechos das cartas enviadas pelas/pelos discentes são apresentados seguindo a ordem mostrada no Quadro 3. Foi uma escolha arbitrária desse pesquisador organizar e apresentar dessa forma, julgando ser melhor para a compreensão e entendimento das/dos leitoras/leitores do presente trabalho.

9.3 A formação docente e a produção de subjetividades

Para iniciarmos a análise dos conteúdos contidos na carta, optei por explorar, a priori, o processo de produção de subjetividades a partir da formação docente que essas/esses alunas/alunos vivenciaram durante a disciplina de GSFP.

Portanto, apresento trechos das cartas das/dos sujeitas/sujeitos da pesquisa que tenham relação com essa produção:

Hellena Malditta: Gostaria de acrescentar que atendo por pronomes masculinos, femininos ou neutros, sendo que ainda estou me acostumando a este último. [...] Quanto aos pronomes eu não sinto uma preferência maior por um ou por outro, mas entre amigas eu gosto

quando usam o feminino ou o neutro. Já que é complicado de explicar para os outros, que acabam usando sempre o masculino.

A aluna iniciou se apresentando, fazendo parecido com a primeira carta que enviei a todas as pessoas que estão envolvidas nessa pesquisa, ou seja, em que iniciei me apresentando. Neste trecho chamo a atenção para o fato de que, apesar de, em um primeiro momento, dizer que atende por todos os pronomes, logo em seguida, ela confidencia que tem uma preferência por ser tratada por palavras no feminino ou aquelas que não expressam um gênero específico, ou seja, neutras. Optei, a partir disso, por tratá-la no feminino, pois ainda percebo que não tenho o conhecimento necessário para utilizar a linguagem neutra e não me sinto seguro ainda para escrever dessa forma, além disso, entrou a questão do respeito à identidade de gênero daquela pessoa que estava ali narrando sua história, de uma forma muito generosa.

[...] por ser LGBTIA+ e por sempre trocar ideias com outras pessoas da comunidade, eu já tinha sido apresentada a muitos temas abordados na disciplina. Inclusive, tive a oportunidade de explicar para a professora algumas questões sobre não-binariedade. Mesmo assim, tive dificuldade em entender a questão da sexualidade e do gênero como algo que pode mudar ao longo da vida de uma pessoa. Na minha percepção, a pessoa já nascia de um jeito e então se descobria ao longo da vida, apesar da cisheteronormatividade. Só depois de questionar a professora sobre eu entendi que o processo de alguém “se descobri” envolve mais do que apenas aceitar algo que sempre foi e reprima. Essas reflexões inclusive me ajudaram a me entender como gênero fluido, pois eu ainda tinha certa dificuldade em identificar meu gênero. [...] Para mim, foi algo que ajudou a me entender.

No excerto acima, podemos concluir que a disciplina GSFP deu ferramentas necessárias para que Hellena Malditta conseguisse, por fim, se entender como uma pessoa de gênero fluido, novamente a produção de um devir outra (Rollnik, 1993), apesar de afirmar que já havia tido contato com as discussões que foram feitas na disciplina. Antes, ela relata que tinha dificuldades em entender gênero e sexualidade não como algo natural, mas como fruto de um processo sociocultural de construção da sua própria subjetividade enquanto indivíduo LGBTI+, principalmente através do questionamento do gênero que lhe fora atribuído ao nascer.

É interessante perceber esse duplo movimento entre uma pessoa que está ali como aluna, mas que também traz suas experiências para contribuir com a disciplina. Inclusive, podemos perceber que inicialmente a aluna acreditava que sua bagagem anterior à disciplina já lhe proporcionava entender os temas relacionados ao gênero e a sexualidade, porém, ela também viveu momentos de aprendizado que inclusive ajudaram que ela entendesse um aspecto da sua subjetividade, no caso, a não-binariedade.

Sei que a minha experiência com a disciplina com certeza foi diferente da de outros colegas, principalmente os que não estão familiarizados com o tema.. Entender mais sobre gênero e sexualidade é algo importante para combater preconceitos. Sobre as outras disciplinas da LQ houveram (sic.) algumas discussões menos aprofundada sobre o que foi trabalhado em GSFP, no geral de modo bem superficial. As disciplinas que lembro terem abordado o assunto foram Contemporaneidade, Subjetividade e Práticas escolares, da própria Gabriela, Sociedade, Cultura e Educação e também Educação em Direitos Humanos. Lembro que na disciplina de Estágio I alguns colegas presenciaram casos de homofobia ou estiveram em turmas com alunes trans, o que levou à discussões sobre gênero e sexualidade. [...]

O trecho acima traz uma informação importante: além da disciplina GSFP, Hellena experienciou discutir sobre gênero e sexualidade em outras disciplinas pedagógicas, mesmo que de forma menos aprofundada, e na disciplina de Estágio I, em que o tema foi levantado por colegas que estavam como estagiários em instituições de ensino e perceberam situações de homofobia e, provavelmente, isso os instigou a compartilhar tais acontecimentos talvez para entender o que fazer numa situação de violência explícita. Das disciplinas pedagógicas citadas, duas delas são lecionadas no primeiro período: “Contemporaneidade, Subjetividade e Práticas Escolares”, que a professora Gabriela Salomão é a responsável por ministrar e “Sociedade, Cultura e Educação”, que é basicamente Sociologia da Educação, ministrada por outro professor. Já no caso da disciplina de Educação em Direitos Humanos, ela é uma das que se tornaram obrigatórias junto com GSFP a partir da Resolução nº 02/20125 do CNE.

É preocupante o fato de não ter, segundo a experiência da aluna, nenhuma disciplina de Ensino de Química ou até mesmo dentro das disciplinas específicas de Química que tenham dado espaço para essa discussão de gênero e sexualidade. Essa ausência vai contra os

documentos oficiais, mencionados e analisados anteriormente, que apregoam que a formação no IFRJ precisa se dar de forma integrada entre os componentes curriculares.

[...] se eu já passei por violências LGBTI+fóbicas? Infelizmente sim. Em casa, cortavam meu cabelo à força, porque “cabelo grande é coisa de menina”. Já apanhei por me maquiar escondido e por agir “afeminado” (sic.). Além de existir uma enorme pressão sobre mim por ser o único neto do sexo masculino. Constante ainda tenho que ouvir comentários e piadas de tios e tias sobre meu cabelo, sobre pintar as unhas e meu jeito de agir. Na escola, chegou ao ponto de eu sofrer agressão durante o Fundamental I. Ainda me prendiam no banheiro feminino me empurrando pra (sic.) dentro contra minha vontade e fechando a porta, dizendo que “era o lugar de viadinho”. Já fui expulso da casa de colegas por ser “mau exemplo”. Já tive de ouvir sermão para salvar minha alma da “sodomia”. Mais recentemente precisei terminar amizades antigas por conta de piadas e comentários preconceituosos. É duro lembrar de todos esses episódios, mas hoje em dia sei lidar melhor com tudo isso e tenho muitas pessoas que me apoiam. Então não tenho problema em falar sobre o que passei.

É interessante perceber que de acordo com os relatos de Hellena Malditta, através de suas cartas, o fator da violência LGBTI+fóbica foi algo que esteve presente em sua vida por ser considerada uma pessoa afeminada demais para o seu gênero (imposto no nascimento). Inclusive, violências que ocorreram dentro do ambiente escolar, mas não somente nele.

Erika Hilton: [...] sou Técnica em Química formada em 2019 pelo IFRJ Campus Duque de Caxias. [...] Ingressei no IFRJ no ano de 2015 querendo ser técnica em química, pois assim como você, também gostei muito da matéria de ciências no ensino fundamental. Quis estudar numa instituição profissionalizante, por ser pobre e precisar trabalhar.

Como Hellena, Erika Hilton faz uma breve apresentação de si no trecho acima. Ela é um dos casos de uma aluna que já era da instituição, mais precisamente, do *campus* Duque de

Caxias e que chegou ao campus oriunda do Ensino Médio-Técnico para a graduação em Licenciatura em Química. Consigo perceber semelhanças com a minha trajetória, pois também fiz meu Ensino Médio atrelado ao Ensino Técnico, porque há essa visão de que filha/filho de trabalhadoras/trabalhadores precisa se profissionalizar o quanto antes para ter oportunidades melhores no chamado mercado de trabalho.

Durante minha trajetória no ensino médio técnico, eu pude me politizar (ocupamos o IFRJ contra a PEC 241, fui integrante do grêmio, participei de atos) e também (sic.) entendi o papel da educação na vida de uma pessoa periférica. [...] moradora da comunidade do Dourado, em Cordovil, Zona Norte do Rio de Janeiro. Criada por uma mãe solo. Quanto a minha orientação sexual, confesso que estou me descobrindo se sou ou não bissexual. [...] Reingressei no IFRJ Caxias em Licenciatura em Química no semestre de 2021.2, após trabalhar no laboratório de indústrias privadas e perceber o quanto seria infeliz se tivesse que continuar por este caminho. A Licenciatura em Química foi a minha primeira opção no Sisu e optei por fazer justamente por não querer trabalhar em indústrias e também (sic.) por reconhecer o papel da educação na vida das pessoas. Também optei por voltar para o IFRJ Caxias, pelo elo já criado com alguns professores.

Erika descreve brevemente como estava sendo sua experiência como aluna, desde o Ensino Médio-Técnico na instituição. Chama a atenção a sua construção enquanto ser político, participando da ocupação realizada no *campus* – como mencionado por Marafon (2017), as ocupações estudantis tornaram-se espaços altamente democráticos e de reivindicação de mudanças na instituição escolar.

Sobre sua orientação sexual, afirma ainda não ter certeza e está em processo de se identificar ou não enquanto uma mulher bissexual – não se sabe, entretanto, se a disciplina GSFP auxiliou nesse processo de questionamento e autoconhecimento contribuindo com instrumentos teóricos que a fizeram chegar a essa reflexão.

Cursei a disciplina de gênero e sexualidade no período passado, como disciplina obrigatória, e foi uma experiência incrível, com muitas trocas e a realização de um trabalho: "Desafios e atravessamentos de

um banheiro sem gênero no IFRJ Caxias". [...] eu não tive dificuldades com a disciplina embora tenha sido a primeira vez que eu debati sobre gênero e sexualidade na minha formação.

Sabia as definições e a diferença acerca de identidade de gênero e orientação sexual, mas, academicamente falando, foi a primeira vez que li artigos, revistas e vi documentários.

A aluna afirma que uma das experiências que a disciplina lhe proporcionou foi aprofundar e conhecer novas questões que não conhecia ou pouco tinha como conhecimentos teóricos. Reconheço semelhanças com a minha trajetória, pois também experimentei a oportunidade de ter contato com materiais que discutiam gênero e sexualidade através da disciplina GSFP. Sobre a experiência, Erika afirma:

Tive a disciplina em 2023.1, e debatemos casos de LGBTQIA+ fobia relacionados ao uso dos banheiros do campus. Ou seja, casos em que pessoas não estejam se sentindo pertencidas e aceitas ao frequentarem o banheiro que quisessem. (No caso em específico, debatemos um caso de um estudante que se definia como homem gay - de acordo com Gabriela Salomão - e que estava frequentando o banheiro feminino porque estava sendo hostilizado no banheiro masculino. Porém, ao frequentar o banheiro feminino, ele também foi hostilizado. E por isso, teve que frequentar o banheiro da direção para fazer suas necessidades fisiológicas.) Assim, surgimos com um trabalho que debatesse sobre a importância de um banheiro sem gênero na nossa comunidade. [...] Eu, pelo que me lembre, nunca presenciei uma atitude LGBTQIAP+FÓBICA no campus.

Sobre o trabalho mencionado, relacionado ao uso dos banheiros no campus, procurei, mas não tive acesso, pois ainda não tinha sido finalizado durante o período da presente pesquisa. Provocadas/provocados por uma situação de violência envolvendo os banheiros da instituição, algumas/alguns estudantes resolveram fazer uma pesquisa na instituição para compreender como as pessoas enxergam a discussão do uso dos banheiros de acordo com a identidade de gênero de uma pessoa. Com esse trecho, é possível perceber que houve uma discussão sobre

LGBTI+fobia na formação ao longo da disciplina. A aluna nunca presenciou uma atitude LGBTI+fóbica no campus onde estuda, mas pelo relato dela, sabemos que acontece.

Percebo que essa disciplina pode ampliar nosso olhar mais humano perante aos (sic.) nossos alunos. Digo, qual o meu papel como professora durante alguma atitude LGBTQIAP+ FÓBICA? Qual o cuidado e respeito para chamar o meu alun@ como ele/ela/elu quer ser chamado? Como eu posso relacionar o ensino de química com esses debates EXTREMAMENTE necessários? Entende? Eu sei que essa disciplina me atravessou muito para essas questões, e tenho certeza que (sic.) o caminho para a intolerância é através da educação.

Nenhuma outra disciplina mencionou esses debates. [...] Como eu disse, essa disciplina foi extremamente necessária para minha formação. Acredito muito na fala de Freire: “a educação não muda o mundo. A educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo”, ou seja, disciplinas como essa são o caminho para o combate da LGBTQIAP+ fobia.

Diferente de Hellena, Erika não vivenciou discussões sobre gênero e sexualidade em outros componentes curriculares, o que denota a fragilidade de uma formação mais integrada entre os saberes. Com a experiência que ela conseguiu em GSFP, foi possível elencar uma série de reflexões sobre o seu papel como futura professora no combate a LGBTI+fobia. É uma disciplina que contribui para a formação humana através da formação docente.

Quanto ao ensino de química, a interdisciplinaridade e a contextualização são fundamentais no processo de ensino-aprendizagem, e temáticas de gênero e sexualidade devem ser debatidas em todas as aulas. Isso não é apenas o papel do professor de filosofia e sociologia (que com esse novo ensino médio nem existem mais (triste.)) [sic.], mas todos os professores devem dialogar com essa e outras temáticas importantes.

Além disso, fico muito feliz de ter desenvolvido um trabalho final nessa disciplina olhando para a comunidade do nosso campus. Para que, políticas educativas internas sejam elaboradas.

A partir de suas vivências na disciplina, a aluna Erika Hilton, traz em seus relatos como poderia se dar a união das discussões do campo de gênero e sexualidade com o ensino da disciplina de Química através da interdisciplinaridade e contextualização dos conhecimentos específicos com a realidade presente na sociedade.

Freddie Mercury: Pra (sic.) falar mais sobre minha sexualidade acho que foi um ponto crucial no meu desenvolvimento como pessoa. Depois de me assumir eu me tornei uma pessoa diferente, perdi parte da timidez e aceitei mais a mim mesmo. Em relação à minha família é complicado mesmo de explicar, tem diversos atravessamentos além da sexualidade e se quiser posso explicar mais detalhadamente. Eu sempre soube que eu tinha atração por homens, mas eu não aceitava muito porque por também sentir atração por mulheres eu achava que não era uma coisa saudável, e como a minha família sempre dizia que era algo errado eu achava que era algum tipo de doença. [...] mas só fui aceitar completamente quando eu estava namorando com a minha primeira namorada. Foi um pouco traumático porque ela não aceitou bem, disse que eu era uma aberração, daí eu terminei com ela e entendi o que eu era.

O aluno Freddie Mercury ao se apresentar, nos mostra como a sexualidade é uma parte fundamental da subjetividade, principalmente para aquelas/aqueles que escapam à cisheteronormatividade. Infelizmente, sofreu violências até da sua primeira namorada que o chamou de aberração. Interessante notar que para pessoas LGBTI+ é muito difícil falar sobre sua trajetória, narrar sua história sem trazer elementos violentos que as constituíram como sujeitas/sujeitos.

Foi exatamente nessa época que eu entrei no IF, e realmente foi um ambiente mais acolhedor, principalmente na disciplina de contemporaneidade subjetividade e práticas escolares com a professora Gabriela. [...] Na pandemia eu conheci meu primeiro namorado, um pouco depois do segundo semestre, e eu percebi que a minha vida começou a fazer sentido, que eu era eu mesmo. Eu achava

que eu era uma pessoa tímida, mas depois de me assumir eu percebi que eu sempre fui extrovertido só não me permitia ter liberdade de me relacionar com as pessoas até pra (sic.) amizade [...].

Foi durante um momento de questionamento sobre sua orientação sexual que Freddie chegou ao IFRJ e se percebeu em um ambiente mais acolhedor, principalmente em uma das disciplinas ministradas pela professora Gabriela, que demonstra ser uma docente que faz dos espaços de suas aulas ambientes mais receptivos para pessoas que escapam ao padrão cisheterossexual. No segundo semestre cursado, o estudante acabou por conhecer seu primeiro namorado e, a partir deste momento, começou a se entender melhor, a achar sentido na vida e a compreender que a timidez, muitas das vezes, é uma zona de conforto para escondermos quem somos, estratégias acionadas para não sermos notados como observou Oliveira (2020). Digo isso, pois, como relatado anteriormente, vivi situações semelhantes ao longo da minha vida.

Com a minha família é uma história complicada. [...] Minha mãe sempre foi do estilo de sair muito e ter muito namorados, só que o dessa vez é (desculpe a palavra) um escroto. [...] e o pior de tudo era agressivo com ela, cometia violência física, psicológica, emocional, e financeira (sic.). Eu estava sempre atento pra interferir quando fosse necessário [...] já ameacei chamar a polícia e tudo possível. [...] quando terminei com meu primeiro namorado minha mãe me viu chorar e me fez contar pra (sic.) ela, e com muita compreensão ela me aceitou como eu era, o que foi uma surpresa, me abraçou e ali eu comecei a ter o vínculo que me faltou a vida inteira com a minha mãe. Nossa relação sempre foi distante porque eu não sabia lidar com a situação e não tinha com quem falar sobre gostar de outros homens e nem de mulheres. No fim eu decidi vir morar com a minha avó há alguns meses [...]. Não posso trazer meu namorado aqui, sinto às vezes que esse lado da família me entenderia como minha mãe fez, mas ao mesmo tempo sinto que poderiam me por pra (sic.) fora de casa, e aí eu não teria pra (sic.) onde (sic.) ir. Esse lado da família é totalmente preconceituoso, exceto talvez minha avó e avô que até são bem compreensivos quando conversamos sobre assuntos raciais e de

sexualidade, mas o resto da família é de machistas, bolsonaristas e extremistas religiosos.

Com relação às vivências familiares, é possível perceber como a disciplina GSFP apresentou ferramentas que foram acionadas para além de se entender, permitindo que pudesse agir na sua realidade e conseguindo dialogar com seus avós sobre questões sociais e auxiliar sua mãe em momentos que ela sofre com violências praticadas pelo namorado. Apesar disso, há uma parte da família que ainda é extremamente preconceituosa e, como ele mora com os avós, há o receio de ser expulso de casa – o que é muito comum em lares onde LGBTI+ não são aceitas/aceitos devido à LGBTI+fobia. Mesmo fora do ambiente da sala de aula, a disciplina o ajudou em alguns momentos de sua vida.

E falando da disciplina de gênero e sexualidade eu e Gabriela tivemos um debate maravilhoso a respeito de alguns amigos meus. Um dia eu saí com esses amigos antigos que eram da época da escola, de alguma maneira eles acabaram falando de um casal de amigos nossos que são não binários. Começaram a falar absurdos sobre quem era o homem e quem era a mulher, e que não poderiam ser considerados LGBT porque no caso um é "biologicamente homem" e o outro é "biologicamente mulher". Nessa situação eu tinha acabado de começar o meu namoro com meu atual namorado que é não binário, então eu comecei uma discussão que não acabou bem e eu parei de falar com eles por conta dos viéses preconceituosos deles, e outras brigam que tivemos a respeito de política. Quando eu contei isso para a professora Gabriela ela me orientou a cerca de outro ponto de vista. Já que a sociedade mistura gênero e sexualidade e não faz diferença entre um e outro, daí começamos a debater sobre até que ponto é uma questão de caráter ou de desinformação [...]. Por exemplo eu mesmo já disse muita coisa homofóbica até entender melhor. [...] tenho a esperança de um dia conseguir fazer meus avós me aceitarem quando eu tiver condições de me abrir com eles. [...]

Quando fala de sua experiência na disciplina de GSFP, Freddie Mercury, a todo momento, traz situações que viveu para debater em sala de aula, inclusive situações em que se

posicionou sobre violência LGBTI+fóbica, nas quais, Gabriela, enquanto docente de GSFP, questionou se não era importante pensar que pessoas ainda hoje confundem gênero e sexualidade, então era preciso ponderar se a situação que ele viveu com amigos foi algo proposital ou apenas falta de conhecimento sobre as questões inerentes ao campo de gênero e sexualidade.

Eu acho que não aprendi nada de novo na matéria, porque eu já tive muito tempo pra discutir sobre esses assuntos já que a minha vida foi cheia de situações onde (sic.) a minha sexualidade era o tema principal. Mas não diria também que não valeu a pena cursar a matéria. Acho que por ser parte da comunidade eu acabei já aprendendo muito com outras pessoas que fazem parte de comunidade também. Entretanto no trabalho final nós abordamos um tema um tanto diferente, mas mesmo (sic.) assim plausível, que foi abuso sexual e papéis de gênero, com ênfase no gênero feminino. Essa experiência foi bem interessante. Nós fomos até uma das turmas do ensino médio do IF e palestramos a cerca (sic.) de abuso sexual, estereótipos (sic.) de gênero e também (sic.) sobre sexualidade.

Vale ressaltar que o conhecimento básico sobre gênero e sexualidade é diferente de se aprofundar nos estudos desse campo. Com as ferramentas teóricas apreendidas, há uma mudança de olhar, um novo devir (Rolnik, 1993), mudança de paradigma com relação à realidade a nossa volta, algo que as experiências em GSFP proporcionaram para o estudante.

[...] Sobre a turma eu escolhi pessoalmente já que eu conhecia um aluno de lá, o que ajudou bastante na hora de gerenciar o horário com a professora, e não lembro muito bem o conteúdo exato que trabalhamos, mas eu tentei falar mais sobre sexualidade com eles, deveriam ter entre 15 a (sic.) 17. Porém eu lembro de colher bons resultados nos questionários passados a eles. Perguntamos a sexualidade e a identidade de gênero dos alunos, também pedimos que caso se sentissem confortáveis falassem sobre algum relato de abuso ou assédio que pudessem ter conhecimento. Não foi uma surpresa que as garotas tiveram mais liberdade de dizer sua sexualidade enquanto

os garotos se sentiram bem acanhados, mas infelizmente as meninas também foram as que mais tinham relatos de abusos sérios e bem pesados. [...].

A partir dos fundamentos teóricos apreendidos ao longo da disciplina, foi possível perceber esse olhar minucioso de Freddie, que aponta a dificuldade de homens em falarem mais sobre suas sexualidades e ao mesmo tempo que o assédio sexual ainda é algo presente na vida de mulheres e jovens femininas.

Eu sinto totalmente a mesma coisa que você em público, ontem mesmo estava andando de mãos dadas na rua com meu namorado, e todas as pessoas que passavam pareciam falar sobre nós e nos olhar com julgamento. Uma vez quando eu estava levando meu namorado para casa um homem passou na rua e gritou alguma coisa como "ai que babado" de forma totalmente estereotipada e nós simplesmente ignoramos mesmo ele repetindo, depois disso rimos mas ficou um clima estranho. Me sinto bem emocionado pensando nisso, mas eu me sinto aliviado também, porque eu sei que antigamente as pessoas eram bem mais hostis, mesmo que hoje ainda sejam. [...] Hoje em dia eu faço residência pedagógica e já tive que lidar com algumas situações tristes. Eu tenho um aluno trans que certo dia estava chorando no corredor, fui falar com ele troquei algumas vivências, acalmei ele e chamei os amigos dele pra (sic.) consolarem.

No trecho acima, é possível perceber que o autor deste trabalho e Freddie Mercury tiveram uma identificação ao longo das trocas de cartas, semelhante ao que apontado por Costa, Steiger e Rodrigues (2020) quanto a “um modo de abrir-se e fazer-se presente ao olhar do outro”, ou seja, é permitir uma aproximação das vivências de outras pessoas e entender os pontos em comum nessas trajetórias. Possivelmente isso se deve a ambos serem bissexuais e terem tido contato com questões relacionadas à LGBTI+fobia, abordadas na disciplina, vividas fora dela ou na família, que sinalizam a ultrapassagem de vivências individualizadas. A LGBTI+fobia contribui para que haja certas similitudes em experiências de vida de sujeitas/sujeitos LGBTI+.

O interessante nesses momentos de identificação é perceber que, a partir deles, podemos criar (r)existências enquanto pessoas LGBTI+. É importante juntarmos forças e compartilharmos experiências para conseguirmos lutar contra a LGBTI+fobia e alcançarmos direitos básicos para a nossa população. Se não fosse pela oportunidade do encontro através de cartas, talvez nunca chegaria a essa conclusão e não poderia estar analisando esses trechos da forma que o fiz até aqui. É possível perceber que o licenciando já levou isso para a sua prática e serviu como uma espécie de “porto-seguro” para o aluno trans na escola onde atua devido à sua participação na residência pedagógica. Esse olhar mais atento para as opressões também faz parte dos desdobramentos oportunizados pela experiência de ter cursado GSFP.

As questões relacionadas à dificuldade de acolhimento por parte da família também integram o conjunto de vivências comuns de pessoas LGBTI+, talvez, oriundos de processos formativos onde não se discutia as opressões de gêneros e sexualidades e como combater a LGBTI+fobia. Diferente desse cenário, com a experiência em GSFP, poderemos começar a modificar a nossa realidade a partir do potencial do que é discutido nessa aula, transformando inclusive ambientes que vão além das salas de aulas, como as interações que temos em nossas famílias.

Em nenhum (sic.) disciplina, exceto talvez contemporaneidade subjetividade e práticas escolares com a própria Gabriela, eu vi algo sobre a comunidade LGBTQIA+. No máximo teve algum comentário, ou coisa do tipo, mas nada teórico, nada centrado. E se alguma coisa me marcou foi o trabalho de conclusão da disciplina, onde falamos sobre estruturas de gênero e o papel da mulher. Neste trabalho eu já esperava algum relato triste, mas o resultado foi surpreendentemente forte. Foram 20 alunos que participaram da palestra, 18 conheciam alguém que sofreu assédio, 10 já sofreram ao menos olhares agressivos, 5 achavam que os assédios aconteciam pelas mulheres despertarem os desejos dos homens e 15 achavam que os assédios aconteciam por conta da normalização feita pela sociedade. [...] Dos 20 alunos 7 deram seus relatos, cada um mais revoltante que o outro. Definitivamente o mais marcante foi redigir um relatório depois de ler esses relatos, alguns foram na infância, um deles na escola, outros em casa ou na vizinhança, mas todos de certa forma aconteciam de forma arquitetada.

Mais uma vez, um aluno, Freddie Mercury, que cursou GSFP aponta que não aconteceram discussões sobre gênero e sexualidade em outras disciplinas, excetuando que talvez possa ter ocorrido alguma discussão em outra disciplina ministrada pela professora Gabriela Salomão.

Sylvia Rivera: [...] tenho 23 anos, atualmente cursando comunicação na FGV - Campus Botafogo. Além disso, me identifico como cis, negra e bissexual (me entendo como bissexual (sic.) graças a disciplina de gênero). Atualmente moro em Copacabana, bairro do Rio de Janeiro. Começo esta carta dizendo que ao longo da minha vida não tive compreensão e entendimento sobre gênero e sexualidade e isso afetou diretamente o contato que eu tive com a disciplina. Iniciei o curso de Licenciatura em Química, que pela escolha do possível era um curso escolhido pelas viabilidades do momento. Porém, nunca foi um curso de escolha pessoal.

Sylvia Rivera é a única das sujeitas da pesquisa que não cursa mais a Licenciatura em Química do IFRJ, nunca foi o curso desejado, almejado por ela, tendo mudado tanto de curso quanto de instituição, segundo sua apresentação no trecho acima. Anteriormente havia sido estudante do Ensino Médio-Técnico do curso de Petróleo e Gás na instituição, ou seja, já tinha uma relação com o *campus* antes da graduação. Passou pela disciplina de GSFP e se entendeu como pessoa bissexual pelas experiências vividas naquele espaço, já que foi o primeiro contato com as discussões pertencentes ao campo de gênero e sexualidade, e que isso afetou o seu processo formativo dentro da disciplina.

De todas as/os sujeitas/sujeitos que são estudantes e participaram dessa pesquisa, ela é a que eu mais tive um convívio e certa proximidade antes da pesquisa. Em suas cartas é possível perceber um entusiasmo pela temática de gênero e sexualidade.

Quando tive contato com as disciplinas do curso não tinha maior noção que em um curso de química fosse trabalhado a questão de gênero com os alunos e por isso, ainda menos tinha compreensão do que estava por vir. [...] Tenho total certeza que (sic.) eu não sabia diferenciar o que era gênero e sexualidade e como eu conseguia me identificar através

deles, pelo contrário... eu sempre achei que minha sexualidade era dita pelo gênero. Ao longo da aprendizagem na disciplina, eu quebrei muitos preconceitos enraizados pela minha trajetória familiar que em diversos momentos eram naturalizados por mim. Sinto-me à vontade em trazer um exemplo: “essa coca é fanta” (como hoje essa frase me causa dor). Bom, durante a disciplina GSPF eu comecei a ter uma visibilidade em reconhecer minha sexualidade. Porém, só me identifiquei realmente como bissexual há mais ou menos 1 ano. Portanto, considero que a disciplina apenas “colocou na mesa” essa abordagem na minha realidade. A princípio eu responderia que não tinha sofrido LGBTI+fobia. Mas... nada como nossa família margarina para fazer esse papel. A mesma (sic.) cita algumas falas preconceituosas no sentido de não entender e ainda reafirmar certos “preconceitos” enraizados pela sociedade. [...] Muitos de nós entramos na disciplina com um olhar preconceituoso e a disciplina quebra todos os paradigmas da nossa cabeça. Então passamos a respeitar e saber também lutar contra preconceitos presentes no dia a dia com as pessoas.

A aluna Sylvia se surpreendeu quando descobriu que teria uma disciplina sobre gênero e sexualidade num curso de Química, pois mesmo sendo licenciatura ainda não é algo esperado. Aliás, esse comportamento é bem comum entre alunas/alunos do IFRJ – CDuC, pois há disciplinas, principalmente as que compõem a área pedagógica, que ninguém esperava ter contato, mas que a instituição possibilita ter essa experiência formativa.

Conforme afirmado anteriormente, é muito difícil ser uma pessoa desconstruída quando se nasce em uma sociedade em que aquilo que foge ao padrão é colocado como menor, marginal, inferior e, por isso, precisa ser rechaçado. Sylvia nos aponta que repetia “piadas”, frases que considerava engraçadas sobre pessoas LGBTI+ muito motivada pelos ensinamentos aprendidos no seu seio familiar. Inclusive, achava que nunca tinha vivido uma situação LGBTI+fóbica, mas conseguiu perceber violências vindas de pessoas da sua família.

Hoje estando em outra instituição, sinto muita falta dessas refeições (sic.) que para mim, deveriam existir em qualquer tipo de curso. [...] Fui aluno (sic.) do Técnico em Petróleo e gás e me formei em 2020.1

Por fim, encerrou afirmando que acredita que as questões de gênero e sexualidade deveriam compor todas as matrizes curriculares das Graduações, não só pensada para a formação das/dos professoras/professores, algo que é também desejado pelos documentos analisados anteriormente. Essa afirmação faz sentido se pensarmos no aspecto amplo da formação humana, ou seja, precisamos que o maior número de pessoas possível aprenda sobre as questões envolvendo gênero e sexualidade para que possam ser agentes na luta contra a LGBTI+fobia.

Gloria Groove: No caso, cursei como disciplina obrigatória, e sim foi pontuado sobre LGBT+ fobia. Minha atividade final, foi para discorrer sobre mediar uma determinada situação dentro da escola/sala de aula, salvo engano, sobre um aluno/aluna trans que estaria sofrendo preconceito por conta de seu gênero. Contudo, foi necessário fundamentar o texto sugerindo uma mediação para solucionar o caso utilizando artigos, vídeos e documentários previamente discutidos durante as aulas. Sobre a atividade, foi apenas uma simulação em forma de texto, não foi aplicada. As discussões foram demoras por conta do período da pandemia, e acredito que mais resumidas [...]. Durante a disciplina aprendi a diferença entre gênero e sexo, e principalmente como mediar situações que venham ocorre (sic.) em sala de aula, de forma a pensar o máximo o/a estudante e dialogar com a turma, no sentido de repreende-los (sic.) se necessário, mas principalmente contribuindo para a formação como cidadãos. [...]

A aluna Gloria Groove menciona que cursou a disciplina GSFP durante o período da pandemia de COVID-19, causada pelo vírus SARS-Cov-2 e, pela sua experiência, esse modo de ensino remoto trouxe algumas perdas, como por exemplo, não ter como desenvolver a atividade final com estudantes de uma escola.

*E não me recordo de nenhuma disciplina abordar sobre esse tema [...]
Bom dia, então, como eu fiz no período remoto, de vez em quando tinha aula online e a professora discorria sobre os textos e vídeos e ela*

médica (sic.) as discussões, mas acredito que o principal era lermos e assistirmos os materiais e redigir textos sobre.

Mais uma vez foi mencionado que GSFP foi o único componente curricular que trouxe discussões sobre gênero e sexualidade ao longo da formação em Licenciatura em Química do IFRJ – CDuC.

9.4 **LGBTI+fobia e racismo: a interseccionalidade na disciplina GSFP**

Uma das questões que o presente trabalho se propôs a discutir foi a interseccionalidade, aqui mais focada no aspecto de gênero, sexualidade e discussões relacionadas ao pertencimento étnico-racial, que surgiu de algumas falas discentes. É importante trazer essa discussão, pois o racismo aliado à LGBTI+fobia produz e intensifica certas opressões em corpos dissidentes negros, opressões que os mesmos corpos dissidentes, só que brancos, não sofrerão.

A vivência LGBTI+ de uma pessoa branca é diferente daquela de uma pessoa negra. Esta última carrega consigo uma identidade racial que não pode ser ocultada e que é considerada como algo menor e marginal, o que produz uma violência que está na base da nossa sociedade, o racismo. Enquanto isso, a branquitude permanece intocável e posta como o padrão a ser seguido, e isso gera certos privilégios mesmo que estejamos falando de pessoas brancas e negras que sofrem pela LGBTI+fobia. A branquitude passa despercebida, pois se camufla na própria estrutura social para não ser racializada (KILOMBA, 2019).

É importante saber se a discussão racial aparece em algum momento na disciplina, pois há essas especificidades que só pessoas negras LGBTI+ vão saber como é e pessoas brancas poderiam conhecer e se transformar em uma direção de combate também ao racismo. Se faz necessário que todas as pessoas brancas entendam esse processo de desumanização, criado por elas, e possam ser aliadas na luta antirracista, que advêm inclusive de outras pessoas LGBTI+.

Hellena Malditta: Lembro do tema da LGBTI+fobia ter sido abordado em diversas aulas, quando discutíamos sobre os textos e vídeos trabalhados na disciplina. Lembro que a professora Gabriela sempre incitava discussões (sic.) apontando falas e acontecimentos e levantando questionamentos. Sobre as outras questões, foi abordado sobre a interseccionalidade de gênero, classe social e raça, e como essas questões influenciam na LGBTI+fobia. [...] Sobre as questões de

raça, gênero e classe social, lembro que o principal debate era sobre como as interseccionalidades desses fatores poderiam agravar violências sofridas por pessoas LGBTQIA+. Alguns exemplos do que chegou a ser debatido sobre esse tema foi: como é a violência sofrida por um homem cis, gay, branco e de classe alta? Como é a violência que uma travesti, negra e periférica sofre? Como é a aceitação dessas pessoas nos espaços que elas ocupam? O ponto principal é, que a LGBTI+fobia sofrida por todos é teoricamente a mesma, mas questões como o racismo, a gordofobia, a violência de gênero, a vulnerabilidade social e econômica se somam (sic.) a isso a medida que o indivíduo se encontra pertencente a mais minorias.

Através do relato de Hellena Malditta, mesmo que o pesquisador não tenha utilizado o termo na carta, a aluna aparenta ter algum grau de conhecimento sobre o que é interseccionalidade. Entretanto, abordou a interseccionalidade como se fosse o somatório de opressões quando na verdade é sabido que um corpo, principalmente dissidente, não consegue separar qual opressão está agindo primeiro em relação à outra. A interseccionalidade vai nos apontar que todas as opressões presentes em um corpo, contribuirão de maneira conjunta para sua desumanização e consequente vulnerabilidade (VIGOYA, 2023).

Enquanto pensava na resposta lembrei de diferentes exemplos que foram citados e de algumas discussões que eles geraram. Como foi a reação do público às participantes de reality show como a Leonora Áquilla enquanto uma drag queen branca e de classe alta em comparação a Linn da quebrada (sic.), que é uma travesti, preta e periférica. Entre outros exemplos.

No trecho acima, vale destacar o processo reflexivo que a aluna alcançou a partir da pesquisa, através da troca de cartas. Nesse momento ela deixa explícito que precisou de um tempo para pensar no que iria responder, retornando à questão da temporalidade presente no uso de cartas como ferramenta metodológica e de comunicação. Um adendo que precisa ser feito é que Leonora Áquilla também é uma mulher trans/travesti. Ao trazer esse exemplo, Hellena nos instiga a pensar na diferença de tratamento que duas pessoas trans da mídia receberam ocasionado, principalmente, pelos marcadores de raça, classe e território.

Quanto a atitudes preconceituosas no IFRJ, eu nunca presenciei nenhuma, mas ouvi por terceiros sobre alguns casos, vindos principalmente do ensino médio, que inclusive, levaram a reuniões gerais e palestras sobre o assunto.

Mesmo sem ter presenciado situações preconceituosas no IFRJ – CDuC, isso não significa que não existam ou não aconteçam essas ações dentro daquele espaço institucional, inclusive Hellena cita que já ouviu falar sobre situações que levaram a reuniões e palestras – inclusive é uma das atuações do NUGEDS na instituição: perceber atitudes de opressões relacionadas ao gênero e sexualidade e desenvolver atividades de cunho pedagógico com o objetivo de suscitar um processo de reflexão sobre essas atitudes.

Erika Hilton: Não me recordo da questão do racismo ser debatido nas aulas de GSFP.

Eu, pelo que me lembre, nunca presenciei uma atitude LGBTQIAP+FÓBICA no campus.

A aluna Erika Hilton afirma nunca ter presenciado uma atitude LGBTI+fóbica no *campus* Duque de Caxias do IFRJ. Além disso, apontou que não houve a presença da discussão sobre o racismo nas aulas de GSFP no semestre que cursou, o que pode ser um indício de que nem todas as turmas tiveram a oportunidade de ter um olhar interseccional sobre gênero, sexualidade e raça.

Freddie Mercury: Na disciplina nós discutimos sim sobre LGBTI+fobia, lembro que a professora Gabriela passou um vídeo bem marcante pra (sic.) cada um de nós. O meu justamente falava sobre sofrer preconceito. E sinceramente doía um pouco, você mesmo deve saber como é viver a vida toda com a sua família dizendo coisas como "tem que bater mesmo" ou outras frases desse tipo, e escutar isso vindo de alguém que e (sic.) deveria te amar é arrasador. Lembro que a professora Gabriela disse que se suas filhas fossem da comunidade LGBTI+ algum dia ela ficaria com muito medo de deixá-las sair de casa e demonstrar seu afeto na rua. E a professora também perguntou a

mim se eu sentia esse medo, e incrivelmente eu não sinto, eu saio de mãos dadas e beijo ele em público, às vezes acho que no fundo eu torço pra (sic.) ser logo descoberto de alguma maneira. [...]

Freddie nos traz no relato de sua experiência na disciplina que lembra de terem acontecido discussões sobre LGBTI+fobia, motivadas pelo uso de um vídeo como material didático. É possível perceber que mais uma vez o tema família surge em uma troca de cartas e que o pesquisador também é convidado através de uma carta a se inserir na reflexão proposta pelo sujeito da pesquisa.

Novamente as semelhanças que aproximam LGBTI+, muito provavelmente, são aquelas de momentos dolorosos como uma não aceitação ou respeito pela orientação sexual ou identidade de gênero de uma/um filha/filho. Ainda sobre ser LGBTI+, Freddie nos traz um relato interessante feito pela professora de GSFP: ela afirma que caso suas filhas venham a se identificar como sujeitas LGBTI+ ela teria um receio das violências que poderiam sofrer nas ruas. Em nenhum momento é citado um preconceito por parte da docente pelo que suas filhas poderiam ser, mas há uma preocupação como mãe, mesmo sendo uma pesquisadora do campo de gênero e sexualidade que se posiciona contra a LGBTI+fobia, Gabriela tem discernimento que o mundo ainda é muito cruel com pessoas LGBTI+.

Afetos entre pessoas LGBTI+ em espaços públicos também são uma estratégia de (r)existência. Ao trazer seu relato, Freddie nos mostra que mesmo com toda violência ao redor, ele não se permite permanecer em um local oculto, sem troca de afetos, inclusive revelando-nos um desejo de que pudesse ser logo descoberto e ter sua orientação sexual desvelada.

A cerca (sic.) da questão racial nos não debatemos, talvez porque na nossa turma só haviam (sic.) pessoas brancas. Mas acredito que sim ser uma pessoa LGBTI+ negra seja definitivamente mais difícil. Os esteriótipos que se criam ao redor dos homens negros são de que eles devem ser grande (sic.) fortes e másculos, já ouvi muitas vezes na minha família se dizer coisas como "um negão desse viado". Mas eu conheço homens negros bem afeminados e LGBT. Sem contar também com como a mulher já é desfavorecida na sociedade, ainda negra e LGBT, só se acumulam mais preconceitos. [...] Acho que caberia sim falar sobre racismo cruzado com LGBTI+fobia, mas se me lembro nem a professora tocou no assunto. Um amigo meu, que se identifica como

negro e não binário, costumava ir de vez em quando assistir a aula porque ele havia feito no semestre anterior, porém foi de maneira remota. Ele tem falas ótimas a respeito, mas acho que também nunca foi tema de discussão quando ele estava em sala.

Mais uma vez, foi relatado por um aluno que a professora não trouxe a perspectiva racial para debate dentro da disciplina GSFP. Entretanto, salta aos olhos a possível justificativa que o discente tenta dar para a falta da discussão racial na disciplina: sua turma era composta somente por pessoas brancas. Existe uma compreensão sobre o papel que pessoas brancas e negras ocupam no debate racial, ou seja, espera-se que raça só seja abordada na presença de pessoas negras quando, na verdade, nós pessoas brancas precisamos ser o principal alvo dessas mensagens, pois, foi a branquitude, em uma clara demonstração de supremacia, que criou e enraizou o racismo na estrutura social. Menciona, também, que nem a presença esporádica de um colega negro em sua turma fez com que o assunto raça fosse discutido.

Interessante perceber que mais uma vez a instituição familiar é mencionada como algoz frente a uma pessoa LGBTI+. O aluno, associando a questão do racismo com a LGBTI+fobia, afirma que já foi chamado pelo vocativo “negão”. Esse termo é basicamente uma etiqueta colada na negritude masculina, pela branquitude, e tem relação direta a uma perspectiva de performance masculina do homem negro nas relações sociais e sexuais. Espera-se que o homem negro numa relação sexual seja bruto, viril, forte e ativo, criando-se estereótipos que o colocam apenas como um sujeito pronto a servir pessoas brancas, um mero objeto. Ao homem negro resta o trabalho braçal e sexual enquanto à branquitude ficaria responsável pelo trabalho intelectual.

[...]Na minha turma éramos só eu e mais duas mulheres, as duas eram hétero então eu trocava mais com a professora Gabriela [...]. As duas, naturalmente, não pareciam muito interessadas no assunto, mas me pareciam bem integradas nas aulas, embora com dificuldades pra (sic.) acompanharem os assuntos, vieram de famílias conservadoras, mas se não me engano uma delas era um pouco mais mente aberta que a outra.

O comportamento das colegas de classe de Freddie é algo muito comum, da mesma forma que o assunto racial não costuma interessar e agradar a branquitude, falar sobre dissidentes de gênero e sexualidade causa um desconforto a cisheterogeneidade, pois é “colocar

o dedo na ferida” dos preconceitos que podemos ainda estar reproduzindo. É um momento em que aquelas/aqueles que estão no padrão se desacomodam, são obrigadas/obrigados, de certa forma, a refletir e sair de suas zonas de suposto conforto.

Já foi levantada em sala de aula a questão de haver outro aluno que passou pela disciplina e não praticou aquilo que aprendeu, eu conheci esse aluno através de relatos de amigos. Soube que ele teve as falas mais absurdas a respeito de mulheres trans usarem o banheiro feminino e etc. [...] Respondendo suas perguntas acredito que além desse caso só ouvi falar de uma aluna que deve ter uns 50 anos, e na época das eleições fez afirmações preconceituosas a favor do ex presidente (sic.) Bolsonaro. Fora isso acredito que não.

Acredito que GSFP tem como perspectiva o amadurecimento para lidar com as mais diversas formas de ser e estar no mundo através da desconstrução de paradigmas preconceituosos que ouvimos, aprendemos e repetimos cotidianamente. A atitude do aluno mencionado na carta, que passou pela disciplina, pode ser frustrante tanto para a professora regente da unidade curricular quanto para a instituição em si – já que futuramente é esperado que essas/esses estudantes estarão em sala de aula ou atuando em alguma função no mercado de trabalho (no caso daquelas/daqueles do Ensino Médio-Técnico). É como se a experiência na disciplina não o tenha afetado de forma sensível, como ele não tivesse aprendido e se transformado em relação aos temas que ali foram debatidos, retornando para um local de preconceito contra pessoas LGBTI+. A disciplina também tem limites.

Sylvia Rivera: Hoje consigo visualizar diariamente pontos de dor quando me coloco como uma mulher preta. Com toda certeza, a raça implica demais na minha vida e isso foi muito discutido na disciplina de GSFP. Antes eu achava que quando eu recebia um "elogio" como: "Sylvia é gostosa", "Que morena linda!" MEU DEUS... seria tão gratificante se toda mulher preta tivesse acesso a textos e discussões que tivemos na sala de aula, muitas falas como as anteriores estavam sendo criticadas e vista de outra forma. As mulheres pretas extremamente sexualizadas e colocadas como um objeto e isso piora quando falamos de mulher preta e LGBTI, as pessoas querem explicar

essa condição dizendo que optar por se relacionar ou ficar casualmente com uma mulher é porque sofremos por homens.

A aluna Sylvia Rivera sabe das dores que vive por ser uma mulher preta e LGBTI+. Inclusive afirma que o racismo e outras questões relacionadas à raça foram debatidas na disciplina.

Compreende que antes da disciplina achava que ser chamada de morena e de gostosa eram elogios, mas, após as experiências vividas naquele espaço de ensino e aprendizagem, conseguiu entender que “morena” é uma forma de tornar menos negra uma pessoa e o adjetivo linda nesse caso, conota, que existem “morenas” ou pessoas negras que escapam a expectativa, que parece ser indicar que, no geral, são pessoas feias. O racismo pode se apresentar disfarçado de supostos elogios.

Enquanto uma pessoa bissexual, ainda traz um contexto relacionado à bifobia, ou até lesbofobia, quando pessoas pontuam que mulheres que ficam com outras mulheres são motivadas a isso por alguma espécie de trauma com relação a homem (provavelmente se referindo aos homens cis, que é o padrão, já que a LGBTI+fobia não permite a cisheterossexualidade compulsória imaginar em outro modelo de homem e de relacionamento que não seja o cis e heterossexual).

Acredita que toda mulher preta deveria ter acesso a esses debates de gênero e de sexualidade relacionadas ao pertencimento étnico-racial e sua opressão, o racismo, até como forma de autoconhecimento e produção de (r)existências frente a branquitude LGBTI+fóbica.

Gloria Groove: No caso, cursei como disciplina obrigatória, e sim foi pontuado sobre LGBT+ fobia (sic.). [...] não me recordo de discussão junto a questões raciais e sociais, pelo q eu lembro os recortes foram bem específicos a cerca (sic.) da LGBT+fobia. [...] Então, acredito que pessoas LGBTI+ negras tenham vivências diferenciadas das brancas, pois sofrem o racismo estrutural presente em nossa sociedade. [...] No campus, escutei falar de bullying para com um(a) aluno(a), mas n (sic.) presenciei.

Gloria Groove não se lembra de ter vivido em sua turma a experiência do debate e da reflexão sobre aspectos relacionados a questões raciais (que também faz parte do que podemos chamar de questões sociais), mas afirmou que lembra dos debates acerca da LGBTI+fobia.

Por ser uma mulher negra, consegue ter a dimensão que não dá para falar de opressões e não mencionar o racismo à nossa volta.

Com o relato de um caso de bullying no IFRJ, mais uma vez, pode-se afirmar que essa instituição também não está livre das manifestações preconceituosas que ecoam na/da sociedade o que justifica inclusive a necessidade de uma disciplina que discuta gênero e sexualidade, por exemplo, para que esses preconceitos também possam ser combatidos *in loco*.

9.5 Estratégias em GSFP para o combate à LGBTI+fobia

Neste tópico, as/os licenciandas/licenciandos foram provocadas/provocados em uma das cartas enviadas pelo pesquisador a dizerem se em algum momento durante o curso da disciplina de GSFP foram discutidos, pensados ou lidos materiais sobre estratégias para o combate à LGBTI+fobia.

É preciso que possamos elaborar estratégias na formação docente para combater as opressões de gênero e sexualidade, do contrário, não conseguiremos contribuir com a luta contra a LGBTI+fobia que está impregnada na base da estrutura de nossa sociedade.

Hellena Malditta: Sim, durante toda a disciplina de GSFP o combate à LGBTQI+fobia foi discutido com a turma. Desde o enfrentamento direto, levando questionamentos sobre atitudes LGBTQI+fóbicas, à conscientização sobre o que são orientações sexuais e identidades de gênero. Não me lembro precisamente dos textos e vídeos que foram abordados, mas lembro que sempre apontavam denúncias de falas e atitudes que deveriam ser combatidas. Durante as leituras de materiais e discussões, o que ficava claro é que: para combater a LGBTQI+fobia é preciso entender como ela ocorre, como ela afeta direta e indiretamente a vida das pessoas, compreender a vivência (sic.) de pessoas LGBTQIA+ dando voz as seus relatos e principalmente conscientizar sobre o que é ser LGBTQIA+.

O trabalho final da disciplina foi justamente relembrar algum momento vivenciado dentro da escola em que ocorreu um caso de LGBT+fobia, para então pensar como o discente poderia intervir enquanto professor. Caso lhe interesse saber, fiz o meu trabalho focado na acefobia, que é

a discriminação de pessoas assexuais. Muitas vezes as pessoas não percebem que ocorre, ou que estão cometendo.

Com relação à percepção da aluna Hellena Malditta, ela disse que as discussões sobre o que é LGBTI+fobia e como combatê-la estiveram presentes ao longo das aulas da sua turma de GSFP, mesmo que não recorde o que foi utilizado para iniciar tais reflexões. Destaca que em todos os materiais e discussões que aconteceram nas aulas ficou evidente que para combater a opressão de gênero e sexualidade, era necessário conhecê-la, saber como ela funciona e como se apresenta – até para que possamos entender os mecanismos os quais a LGBTI+fobia opera e em que situações ela está presente.

Vale mencionar que as pessoas que fogem a cisheteronormatividade possuem sua própria voz, porém, o que ocorre é que cotidianamente elas são silenciadas, seja nas diversas formas de se expressar, de se relacionar ou até mesmo de viver. São pessoas silenciadas de formas simbólicas ou até mesmo caladas através de seus assassinatos.

Hellena Malditta ainda trouxe como contribuição o que foi feito para o trabalho final da disciplina, mostrando como as/os licenciandas/licenciandos poderiam intervir, como docentes, em situações reais de LGBTI+fobia que conseguissem lembrar que aconteceram em escolas. Durante a elaboração do trabalho final da disciplina percebeu que há um apagamento das vivências das pessoas assexuais fazendo com que elas sofram violências sem que suas/seus agressoras/agressores tenham sequer consciência de que as estão praticando.

Ainda sobre o trabalho final, a aluna indaga ao pesquisador se ele teria interesse em saber sobre isso, o que demonstra uma gentileza em trazer mais contribuições a presente pesquisa, e logo em seguida trouxe o seu relato.

Erika Hilton: Foram discutidas na disciplina materiais que contribuíssem ao combate da LGBTfobia: filmes, revistas, documentários, etc (sic.) [...] Acredito que todos os materiais que foram trazidos pela disciplina de GSFP foram essenciais para o meu processo de formação (enquanto pessoa e professora) que dialogassem com temáticas de gênero e sexualidade e que conseqüentemente, acabam contribuindo com uma sociedade menos preconceituosa.

A aluna Erika Hilton afirmou que houve discussões na disciplina através de filmes, revistas, documentários e outros materiais que não foram mencionados, porém, não entrou em

maiores detalhes sobre como o uso desses materiais contribuíram como estratégias para o combate à LGBTI+fobia na disciplina, nem o que conseguiu aprender a partir deles. Entretanto, aponta que foram essenciais para sua formação enquanto pessoa e professora, mesmo que não seja possível a separação da profissional e da pessoa em si, pois somos, cada uma/um de nós, seres únicos e indivisíveis, ou seja, no profissional o pessoal (subjetividades ou idiossincrasias) também estará presente. Chamo atenção para o termo essencial, utilizado por Erika, que denota uma importância significativa para esses materiais e o que eles produziram, em relação a uma formação humana, nela. Tais aprendizagens, ela conclui, são importantes para a mudança da sociedade ainda hoje tão preconceituosa na qual vivemos, reconhecendo, na sua experiência, esse processo transformador oportunizado pela disciplina GSFP.

Freddie Mercury: [...] se me lembro bem discutimos sim. Acho que foi quando falamos do vídeo "medo do que?" Além de escrevermos um texto a respeito do filme acabamos discutindo sobre o medo de se assumir. Quando eu dei alguns relatos meus para a professora ela me questionou sobre como eu poderia ver o que me aconteceu de outra maneira. No relato eu parava de falar com alguns amigos após eles serem transfóbicos com meu namorado e amigos não binários, pois segundo eles os não binários eram confusos e não eram gays nem héteros. Também foram bifóbicos comigo por afirmarem que eu só tinha me relacionado com homens recentemente. A professora me disse que talvez não fosse por mal (sic.) caratismo, mas talvez falta de conhecimento que eles foram tão preconceituosos, pois segundo ela as pessoas tem essa resistência e costumam misturar gênero e sexualidade. Eu concordo com ela, talvez eu pudesse conversar e instruir eles, mas sinceramente eu já estava cansado daquela invalidação. Às vezes é difícil de lutar contra isso.

Ao ser questionado sobre possíveis estratégias que teriam sido acionadas quando foi estudante da disciplina, Freddie Mercury resgata em sua memória um curta-metragem trabalhado em uma de suas aulas chamado “Medo de quê?”, produzido pelo Instituto Promundo, o qual retrata um protagonista que enfrenta dilemas frente à descoberta do sentimento afetivo-sexual em relação a outro homem. Durante o curta, existe um lápis (que pode ser entendido como a sociedade) que tenta apagar a todo custo os pensamentos e ações desse protagonista que

saíam do padrão cisheteronormativo desejado. Além disso, traz a questão das expectativas do que se espera ser um homem, aquilo que irá constituir uma pessoa enquanto indivíduo pertencente ao sexo masculino (cores, brinquedos, profissões, modos de andar, de falar, de sentar e outras coisas a mais).

Ao relatar a situação LGBTI+fóbica que viveu com seus amigos, é convidado pela docente a refletir se essas posições são meramente preconceitos enraizados ou se isso vem de uma possível falta de informação, de conhecimento de pessoas resistentes e que não compreendem as diferenças entre gênero e sexualidade, apontando para o aspecto da naturalização da LGBTI+fobia nessa sociedade baseada na cisheteronormatividade (AGUIAR, 2020).

Afirma que em alguns momentos é difícil lutar, demonstrando um esgotamento mental de alguém que sofre LGBTI+fobia de forma quase que rotineira por ser quem se é e por se relacionar com pessoas que fogem ao padrão vigente.

Sylvia Rivera: De acordo com tudo que estudamos na disciplina, nunca foi mencionado sobre estratégias que parecem (sic.) à LGBTI+fobia. Olhei na grade da disciplina e não consta nada sobre isso. Uma pena, visto que muito alunos que cursam são diversidade (sic.) e muitos buscam (sic.) algumas possibilidades de tentarem combater esse preconceito diário.

Em sua experiência enquanto aluna na disciplina, não teria ocorrido um momento para se pensar no combate a LGBTI+fobia, o que causa estranheza ao pesquisador, já que, qual seria o objetivo principal ou um dos objetivos principais de se ter uma disciplina de gênero e sexualidade num curso de formação inicial docente se não for para combater opressões que acontecem dentro desse campo e contribuir para uma mudança social, nem que seja no ambiente de uma turma ou uma escola?

Gloria Groove: Então, sim, lembro perfeitamente de estudarmos e discutirmos maneiras de combater, principalmente dentro das escolas. [...] como eu fiz no período remoto, de vez em quando tinha aula online e a professora discorria sobre os textos e vídeos e ela médica (sic.) as discussões, mas acredito que o principal era lermos e assistirmos os materiais e redigir textos sobre. Então, em relação a combate, acredito

que mais acerca de como tratar essa temática em sala e agir em situações de preconceito explícito para com algum aluno LGBTI+.

Em seu relato, Gloria Groove traz novamente a sua experiência enquanto aluna que cursou a disciplina de forma remota e afirma que o foco estava mais nas discussões e produções de textos com relação ao que era debatido nas aulas. Tem clareza que houve o estudo e a discussão sobre pensar estratégias de combate à LGBTI+fobia, entretanto, diz que o foco da disciplina foi pensar nessas estratégias dentro do ambiente escolar, interferindo em situações que o preconceito surgisse durante suas aulas por parte de algum aluno.

10 O QUE PODE UMA DISCIPLINA DE GÊNERO E SEXUALIDADE QUANTO AO COMBATE À LGBTI+FOBIA?

Neste momento, foi pedido a elas/eles para apontar sugestões ou recomendações que fariam para uma disciplina de gênero e sexualidade na formação de professoras/professores, com relação ao combate à LGBTI+fobia, não necessariamente se restringindo à realidade vivida em GSFP.

Hellena Malditta: Minha sugestão para a disciplina de GSFP é que a não-binariedade seja mais apresentada e discutida em sala de aula. Assim como assuntos que a envolvem, como a linguagem neutra, por exemplo. Já que a melhor forma de combate ao preconceito é a conscientização, então é preciso que mais pessoas entendam o que é a não-binariedade, principalmente professores. Se possível, acredito que levar convidadas com vivência nos temas abordados em GSFP seria interessante.

Apesar de que a intenção fosse que as sugestões estivessem direcionadas para qualquer disciplina de gênero e sexualidade na formação docente, Hellena Malditta acabou trazendo contribuições para a própria disciplina que cursou, mas que acredito serem possíveis também para outras sem ser a oferecida no IFRJ – CDuC. A aluna traz novamente o aspecto da importância da conscientização para combatermos o preconceito LGBTI+fóbico (só é possível saber de uma violência, a partir do momento que escutamos falar sobre ela e aprendemos o que causa e o porquê da necessidade de combatê-la) e, portanto, sugere que seria necessário trazer mais as questões da não-binariedade e da linguagem neutra na formação docente, pois é possível que tenha notado uma ausência de debate mais profundo em GSFP. Uma de suas propostas é que pessoas não-binárias fossem levadas para falar sobre suas vivências na disciplina, contribuindo com o conhecimento da não-binariedade para além dos aspectos teóricos.

Ao ser questionada, em outro momento via WhatsApp, se gostaria de acrescentar algo a mais para a pesquisa, Hellena Maditta disse que:

Sobre os casos que aconteceram no IF, eu não presenciei, e só fiquei sabendo por terceiros, então não sei como comentar sobre isso.

Sei que um garoto do ensino assediou uma garota apalpando os seios dela, e o outros caso foi que alguns alunos de uma turma do ensino médio estavam zombando de um aluno por ser gay.

Quando reflito sobre esses casos que Hellena Malditta trouxe para a pesquisa, percebo que são questões que ela enxerga como importantes de serem discutidas institucionalmente. A disciplina GSFP dá algumas ferramentas para a formação das/dos licenciandas/licenciandos do IFRJ – CDuC, entretanto, foi necessário levar tais casos ao NUGEDS – a partir do que foi relatado por uma sujeita dessa pesquisa – e no encontro que tivemos foi apontado que ações e atividades pedagógicas para contornar tais situações já haviam sido feitas.

Como toda instituição, o IFRJ traz consigo questões contraditórias, ou seja, mesmo que haja um núcleo que atue no campo do gênero e da diversidade sexual e uma disciplina que dialogue na formação docente sobre gênero e sexualidade, não há perfeição, ou melhor, não há blindagem contra preconceitos enraizados na base social e que compõem a forma como pessoas, sejam estudantes ou funcionárias/funcionários, dentro de um ambiente acadêmico, enxergam o que está ao seu redor. Há práticas preconceituosas no IFRJ campus Duque de Caxias que precisam ser combatidas.

Erika Hilton: Sinceramente, acho que todas as disciplinas devem abordar essas temáticas, como respondi em outro e-mails, acredito que isso não é um papel apenas das disciplinas de “humanas”. Mas como recomendação minha, acho que o interessante é olhar para a comunidade acadêmica que se faz parte.

Voltando às recomendações e sugestões para uma disciplina de gênero e sexualidade na formação docente, a aluna Erika Hilton trouxe como contribuição o que já havia dito em outros momentos ao longo das nossas trocas de cartas: é importante que qualquer disciplina se responsabilize em discutir gênero, sexualidade e LGBTI+fobia, não apenas as disciplinas de Ciências Humanas. Isso é algo reiterado pela professora Gabriela em suas aulas. Que não podemos achar que, por exemplo, uma/um professora/professor de Química não deva ou não possa dialogar sobre esse campo, ainda mais se for para interferir em momentos em que há uma opressão de gênero ou de sexualidade acontecendo na sua presença.

A aluna também aponta para o fato de que precisamos repensar os espaços universitários, acadêmicos que também são reprodutores de LGBTI+fobia e

cisheteronormatividade inclusive, o espaço institucional aqui pesquisado, o IFRJ – CDuC, como apontado anteriormente.

Freddie Mercury: Uma coisa que eu acharia fantástico seria a inclusão de discussões a cerca (sic.) de pessoas não binárias e pronomes. Não necessariamente precisa ser sobre pronomes neutros, também pode-se omitir os pronomes, de modo que não se refira a um gênero. A verdade é que não existe gênero, é tudo uma construção, embora seja difícil da sociedade aceitar isso. A discussão a cerca (sic.) do gênero poderia ser mais profunda e não só superficial como eu achei que foi. De um modo geral eu achei que a disciplina focou muito na binariedade, na existência de gêneros, mas pouco falou sobre a inexistência do gênero ou da inexistência de sexualidade. Talvez abranger a discussão possa até mesmo ajudar na identificação dos alunos.

Novamente, aparece em mais uma fala discente o aspecto da não-binariedade e uso de pronomes. Freddie chega a afirmar que quanto aos pronomes não precisaria ser uma discussão sobre os pronomes ou palavras escritas nas formas neutras – sem indicativo de gênero (acredito que se referia à escrita com palavras na Língua Portuguesa que não expressem pertencimento a um gênero específico, por exemplo na palavra “estudantes” ou ao uso do “e” para demarcar ausência de gênero binário em algum termo). Em um momento, chega a afirmar que gênero não existe, pois tudo é uma construção – pode ter sido algo aprendido em GSFP, porém, é importante frisar que apesar de ser uma construção sócio-histórica e cultural, o gênero é algo que também está na base da nossa sociedade e dita as relações que teremos com o mundo. Logo, ele existe (tem agência na sociedade) mesmo que seja uma construção.

Apontou como fragilidade na disciplina a discussão sobre gênero que, segundo ele, foi muito superficial e que seria importante para uma disciplina de gênero e sexualidade, aprofundar esse debate, fugindo dos binarismos, e volta a citar a “inexistência” do gênero e da sexualidade (que também é construída, mas existe), pois, poderia ajudar estudantes a se identificarem com relação a sua identidade de gênero e orientação sexual.

Algo ser construído, logo não ser natural, não implica na sua inexistência, pois estamos inclusive sobre o regime político da cisheteronormatividade que se apresenta a todo momento, mesmo que seja produto de uma sociedade, causa impactos na vida de pessoas que escapam a ela.

Sylvia Rivera: Bom, confesso que durante o período em que cursava GSFP me fazia várias perguntas de como a escola fazia essa ponte em trabalhar e lutar junto com os alunos a LGBTI+. Acho que o ponto chave talvez fosse começar relacionando relatos dos próprios alunos que vivem isso na pele como ninguém é a partir disso propor estratégias de combate e pertencimento. Visto que, em toda disciplina existe um ou dois alunos diversidade que mencionam suas causas e dores e de alguma forma não damos seguimento a essa discussão. As (sic.) vezes acho que os professores generalizam a questão de gênero como somente: “lugar do homem e da mulher”, “ O papel de corpos subjetivos na sociedade” entre outros e com isso deixamos de lado uma questão tão importante que é trabalhar a LGBTI+ fobia que de alguma forma passam por nossas vidas, mesmo que não sofrendo por si, mas presenciando vivências de pessoas que muita (sic.) das vezes não tem noção da luta que existe sobre o tema, não sabem entender o seu lugar e são oprimidos pelo sistema. Acho que é isso!

Para Sylvia, esse processo de combate à LGBTI+fobia passaria por ser atenta/atento aos relatos das vivências discentes pois, segundo ela, em todas as disciplinas seria possível encontrar algumas/alguns estudantes que fujam a cisheteronormatividade.

Ela afirma que é muito comum restringir a discussão de gênero aos papéis/lugares da masculinidade e da feminilidade na sociedade, o que acaba deixando de lado o processo de se pensar estratégias de combate à LGBTI+fobia que atravessa a todas/todos nós, em maior ou menor grau, diretamente ou indiretamente em casos em que essa violência é praticada contra pessoas LGBTI+ que conhecemos, mas que, em alguns casos, sofrem sem saber da luta que existe contra esse preconceito. Ou seja, Sylvia nos apresenta a importância da vivência para o aprendizado.

Gloria Groove: Acredito que focaria em explicar a diferença entre gênero e sexualidade e as possibilidades, e principalmente na importância de abordar todo o preconceito e violência que sofrem diariamente por conta de discurso de ódio e ignorância . (sic.)

Gloria Groove acredita ser importante diferenciar gênero e sexualidade e mostrar algumas identidades de gênero e orientações sexuais mais comuns, porém, é necessário entender que o processo de criação das identidades passa pelos processos de produções subjetivas e que existem tantos rótulos que é difícil nomear/citar todos, geralmente o que se faz é discutir os mais comuns ou aqueles que já possuem um histórico de luta mais consolidada.

Além disso, é necessário destacar: apesar de gênero e sexualidade não serem a mesma coisa, essas discussões acabam por se entremear. Na sociedade em que vivemos é esperado que o sexo dite o gênero, e sua expressão, e que ambos ditem a sexualidade tomada como normal (a heterossexualidade).

A aluna Glória Groove aponta a importância de enfatizar todo o processo que envolve o preconceito e a violência que a comunidade LGBTI+ passa cotidianamente, motivados pelos discursos de ódio e da ignorância que são propalados em diversos espaços como na família, na escola e nas igrejas.

(IN)CONCLUSÕES

A partir das análises feitas do que foi compartilhado através das cartas pelas/pelos sujeitas/sujeitos da pesquisa, é possível inferir que o campo do gênero e da sexualidade pensado para a formação de professoras/professores é um espaço de muita potência e de produção de conhecimentos, que ainda precisa avançar. Um dos pontos diz respeito precisamente ao combate à LGBTI+fobia.

Sobre as experiências dessas/desses estudantes dentro da disciplina de GSFP, foi possível compreender que, apesar da contribuição que a disciplina trouxe para o curso de Licenciatura em Química do IFRJ *campus* Duque de Caxias, ainda há uma dificuldade de se dialogar o que é aprendido nela com outros componentes curriculares do curso – o que, de acordo com os documentos analisados, não deveria ocorrer, já que, a formação docente no IFRJ deveria ser pensada de forma integrada, mas na grande maioria das vezes foi perceptível como há uma falta de diálogo ou desinteresse de que se continue abordando questões relacionadas ao gênero e à sexualidade em outros momentos ao longo do curso.

Outro fator importante a se destacar é que, ao comparar as experiências relatadas pelas/pelos estudantes em comparação com o relato da professora que ministra a disciplina, podemos enxergar que houve momentos ou turmas em que a perspectiva racial foi discutida muito mais por uma demanda dos estudantes ao invés de estar planejada para ser ensinada ao longo das aulas. Isso ficou evidente quando algumas/alguns alunas/alunos tiveram acesso a essa discussão racial e outras/outros não.

Sabemos que cada turma é diferente da outra, porém, apenas tocar no racismo quando pessoas negras levantam o debate ocasiona uma formação mais fragilizada que não dialoga sobre isso em turmas compostas por estudantes brancas/brancos. É necessário que o debate racial não fique apenas focado naquelas/naqueles que sofrem o racismo e que possa ser pautado em espaços onde há uma predominância ou totalidade da branquitude.

As/Os opressoras/opressores precisam ter noção dos efeitos deletérios de suas práticas, inclusive quando se aborda a LGBTI+fobia, pois pessoas LGBTI+ que são brancas também podem contribuir com a perpetuação do racismo que, aliado à opressão de gênero e de sexualidade, irá apontar de forma mais vil como outro, como abjeto, como marginal, como inferiores pessoas não-cisheteronormativas que são negras. Há diferenças nas vivências e nos privilégios que a cor da pele pode proporcionar em meio à experiência LGBTI+.

Apesar disso, todas/todos as/os estudantes reconheceram que a disciplina Gênero e Sexualidade na Formação de Professores tem um papel a cumprir dentro do IFRJ-CDuC, na formação docente oferecida nessa instituição, e que ainda poderia ir além. Isso é estimulante para a continuidade, para a atuação docente e para pesquisas em gênero e sexualidade. A partir dos conhecimentos compartilhados nessa disciplina, as/os sujeitos podem ser agentes transformadoras/es em seus espaços micros, como suas salas de aula ou até mesmo dentro de suas famílias, ajudando a combater a LGBTI+fobia que permeia o nosso cotidiano. É repensar a formação docente através da formação humana, sensibilizando fazeres outros que questionem o *status quo*.

Vale registrar, novamente, que as cartas como meio de comunicação e resgate de memórias proporcionou descobertas tanto no processo da escrita deste trabalho, como aproximou o pesquisador de pessoas que ele pouco conhecia ou não conhecia. Através da temporalidade que essa troca exige, o processo de se questionar, de se desassossegear trouxe à tona questões e vivências que anteriormente não tinham sido refletidas pelo autor deste trabalho quando chegou ao Mestrado. Ao me aproximar das/dos sujeitos da pesquisa, em muitos momentos, pude me aproximar de narrativas muito similares às que vivi, e ainda vivo, enquanto sujeito bissexual, enquanto pessoa LGBTI+. Posso afirmar, ao chegar nesse final, que a carta e esta pesquisa produziram um corpo que já não é mais o mesmo que chegou em 2021 ao PPFH, à UERJ.

Conseguir perceber que a LGBTI+fobia está mais presente no cotidiano do que se possa muitas vezes imaginar é um processo que causa dores, mas que também movimenta. Compreender que essa opressão habita os silêncios, a timidez, as expectativas familiares e a Educação foi transformador. Chego ao final deste trabalho com a sensação de dever cumprido apesar de saber que este não é o fim. É o começo. É a (r)existência. É a possibilidade de um devir outro.

Na pesquisa, até por questões relacionadas ao prazo para conclusão do mestrado, algumas frentes não puderam ser aqui refletidas e discutidas. Então é necessário que outros trabalhos venham a se desenvolver para que questões como religião, território e deficiência, por exemplo, possam ser discutidas através da perspectiva interseccional, ou seja, buscando entender como esses marcadores sociais acionam dispositivos de violência junto à LGBTI+fobia, com a intenção de vulnerabilizar certos corpos.

Espero que este trabalho chegue a muitos lugares, inclusive à minha família, e possa provocar mudanças, mesmo que sejam das mais simples e singelas. Foi durante o fazer da pesquisa e da escrita que pude perceber ainda mais a importância de ser um agente contra a

LGBTI+fobia, através da educação, nos espaços que estou e que ainda vou chegar. Que minhas contribuições se juntem a outras e possamos produzir novas marcas menos dolorosas para aquelas/aqueles dissidentes da cisheteronorma que estão chegando, mas sempre lembrando das pessoas que já percorreram esse caminho antes de nós e nos possibilitaram viver uma outra realidade a partir das suas ações.

Além de avançarmos em outras intersecções, é necessário fazer com que essas discussões relacionadas ao campo do gênero e da sexualidade possam chegar a outras formações além da formação docente no IFRJ – CDuC (realidade que foi pesquisada na disciplina de gênero e sexualidade desse campus/instituição). É preciso que o combate à LGBTI+fobia seja um compromisso ético da sociedade como um todo!

REFERÊNCIAS

- AGUIÃO, S. O processo contínuo de (re)fazer-se no Estado. Leitura de um ciclo da constituição da população LGBT(I)+ no Brasil. In: FACCHINI, R.; FRANÇA, I. L. (Orgs.). **Direitos em disputa: LGBTI+ poder e diferença no Brasil contemporâneo**. Campinas: UNICAMP, 2020, p. 139 – 164.
- AGUIAR, R. R. *Queer* como desobediência epistêmica: Reflexões e possibilidades de subversões à matriz cisheteronormativa do sistema moderno/colonial de gênero. **VirtuaJus**, Belo Horizonte, v. 5, n. 8, p. 381 – 397, 1º sem. 2020.
- AUAD, D. Caminhos entrelaçados: Feminismos e Lesbianidades na Pesquisa em Educação. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 29, n. 3, p. 1 - 15, 2021.
- AUAD, D.; LAHNI, C. R. Topografias Feministas: uma teoria das mulheres em movimento. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 29, n. 3, p. 1 - 6, 2021.
- BAPTISTA, Luis Antônio dos Santos. A Atriz, o Padre e a Psicanalista - os amoladores de facas. In: **A cidade dos sábios**. São Paulo: Summus, 1999. pág. 45 a 49.
- BENTO, M. A. S. Branquitude – O lado oculto do discurso sobre o negro. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (Orgs). **Psicologia Social do racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 147 - 162.
- BORRILLO, D. A homofobia. In: LIONÇO, T.; DINIZ, D. (Orgs.). **Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio**. Brasília, DF: LetrasLivres, 2009. p. 15 – 46.
- BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 30 set. 2023.
- _____. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. **Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015**. 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso em: 13 jan. 2021.
- _____. Ministério da Educação. **Curso de Química, Licenciatura *campus* Duque de Caxias - Projeto Pedagógico de Curso**. 2018. Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/PROGRAD/ppc_1_parte_lq_campus_duque_d_e_caxias_2019_1_v9_0.pdf. Acesso em: 30 set. 2023.
- BROKEN, I. **Isis Broken - Assassina Sideral (Prod. Mombin) | Lyric Video**. YouTube, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RoUEk30aAM>. Acesso em: 15 jan. 2024.
- COLLINS, P. H.; BILGE, S. O que é interseccionalidade? In: _____. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 15 – 49.

CORRÊA, R.; SEPULVEDA, J. A. A LGBTIfobia como agente da exclusão escolar: Uma aposta no combate a essa fobia. **Communitas**. UFAC, v. 5, n. 9, p. 95 – 107, 2021.

CORRÊA, R.; SEPULVEDA, D. A importância das discussões sobre gêneros e sexualidades nas escolas: combatendo práticas conservadoras misóginas e LGBTIfóbicas. **Instrumento: revista de estudo e pesquisa em educação**. Juiz de Fora, v. 23, n. 2, p. 278 – 296, 2021.

COSTA, L. D.; STEIGER, J. O.; RODRIGUES, E. Sobre um contágio possível: cartas-cuidado. **Fronteiras em Psicologia**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 87–103, 2020. Disponível em: <https://fronteirasempsicologia.com.br/fp/article/view/100>. Acesso em: 27 jun. 2023.

CURIEL, O. De las identidades a la imbricación de las opresiones. In: FLAUZINA, A.; PIRES, T. (Org.). **Encrespando** - Anais do I Seminário Internacional: Refletindo a década internacional dos afrodescendentes (ONU, 2015 – 2024). Brasília: Brado Negro, 2016. p. 75 – 89.

DIAS, R. O. Formar professores pode ser produção de subjetividade? **ACTAS**. [S.I.], v. 3, 2015.

FACCHINI, R. De homossexuais a LGBTQIAP+: sujeitos políticos, saberes, mudanças e enquadramentos. In: FACCHINI, R.; FRANÇA, I. L. (Org.). **Direitos em disputa: LGBTI+ poder e diferença no Brasil contemporâneo**. Campinas: UNICAMP, 2020, cap. 1. p. 31 – 70.

FISCHER, B. T. D. Trajetórias de escolarização: marcas que ficaram a partir de memórias da vida cotidiana. **Revista de Ciências Humanas**. Frederico Westphalen, v. 7, n. 8, p. 13 – 30, 2006.

FOUCAULT, M. **O que é a crítica? [Crítica e Aufklärung]**. Qu'est-ce que la critique? Critique et Aufklärung. Bulletin de la Société française de philosophie, Vol. 82, n° 2, pp. 35 - 63, avr/juin 1990 (Conferência proferida em 27 de maio de 1978). Tradução de Gabriela Lafeté Borges e revisão de wanderson flor do nascimento.

_____. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

FRANCO, L. O. P. Capítulo 1. In: _____. **Por uma política da narrativa: Pensando a escrita no trabalho de pesquisa**. Niterói: Eduff, 2016, p. 19 – 64.

GRINBERG, S. El dispositivo: un concepto metodológico. In: GRINBERG, S. et al. (Org.). **Silencios que gritan en la escuela: Dispositivos, espacio urbano y desigualdades**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2022, p. 53 – 70.

GUATTARI, F; ROLNIK, S. Subjetividade e História. In: GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: Cartografias do Desejo**. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 25 – 126.

IFRJ *CAMPUS* DUQUE DE CAXIAS. **Ementário das unidades curriculares obrigatórias: curso de graduação Licenciatura em Química**. 2021. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/cursos-graduacao/licenciatura-quimica-duque-caxias>. Acesso em: 03 jan. 2022.

KILOMBA, G. Quem pode falar? Falando do Centro, Descolonizando o Conhecimento. In: _____. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. São Paulo: Cobogó, 2019, p. 47 -70.

_____. Descolonizando o eu. In: KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. São Paulo: Cobogó, 2019, p. 213 - 244.

LEITE, V. Diversidade sexual e de gênero na adolescência e juventude: entre desafios, controvérsias e resistências. In: FACCHINI, R.; FRANÇA, I. L. (Org). **Direitos em disputa**: LGBTI+ - poder e diferença no Brasil contemporâneo. Campinas: UNICAMP, 2020. cap. 16. p. 411 - 436.

LOURO, G. L. Marcas do corpo, marcas do poder. In: _____. **Um corpo estranho**: Ensaios sobre a sexualidade e teoria queer. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016, p. 77 - 92.

_____. A construção escolar das diferenças. In: LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 57 – 87.

MARAFON, G. Recusa à judicialização e ao projeto de lei “Escola sem partido”: análises a partir das ocupações estudantis. **Sisyphus Journal of Education**. v. 5, n. 1, p. 9 – 30, 2017.

MORAES, A. C.; CASTRO, F. M. F. M. Por uma estetização da escrita acadêmica: poemas, cartas e diários envoltos em intenções pedagógicas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, p. 1 - 15, 2018.

MOURA, F. P.; SALLES, D. C. O Escola Sem Partido e o ódio aos professores que formam crianças (des)viadas. **Periódicus**, v. 1, n. 9, p. 136 – 160, 2018.

NOMURA, B. A escola é para todes. **Agência Pública**. 22 set. 2021. Disponível em: <https://apublica.org/2021/09/a-escola-e-para-todes/>. Acesso em 03 de jan. 2023.

OLIVEIRA, M. R. G. **O Diabo em forma de gente**: r(e)xistências de gays afeminados, viados e bichas pretas na Educação. Salvador: Devires, 2020.

OLIVEIRA, S. M. S. Formação de professores em tempos de retrocesso: o que dizem os documentos oficiais?. **Brazilian Journal of Development**. Curitiba, v. 7, n. 1, p. 141 – 152, 2021.

OROFINO, M.; RODRIGUES, E. Correspondências como exercício do pensamento: (sobre um instante de estar e pensar junto em tempos obscuros). **Arte ConTexto**, v.4, n. 12, 2017.

PEDRA, C. B. A LGBTfobia no Brasil. In: _____. **Direitos LGBT**: A LGBTfobia estrutural na arena jurídica. 2018. 168 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito e Ciências do Estado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

PRINS, B.; MEIJER, I. C. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 155 - 167, 2002.

RAMOS, A. Racismo e LGBTIfobia no Brasil: alguns aspectos sobre o contexto de direitos humanos. In: PORTO, I. **Qual é a cor do invisível?** A situação de direitos humanos da

população LGBTI negra no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos, 2020, p. 25 – 62.

ROCHA, L. Bolsonaro reforça declaração LGBTfóbica: “Minorias têm que se adequar”. **Revista Fórum**. 15 jul. 2022. Política. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/2022/7/15/bolsonaro-refora-declarao-lgbt-fobica-minorias-tm-que-se-adequar-120260.html>. Acesso em 07 de set. 2022.

RODRIGUES, E. *cut-ups* enviados e recebidos In: _____. **Montagem**: por uma escrita em educação. 2020. 524 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2022.

ROLNIK, S. Pensamento, corpo e devir - Uma perspectiva ético/estético/política no trabalho acadêmico. **Cadernos de Subjetividade**. São Paulo, v.1, n. 2, p. 241- 251, 1993.

SEVERINO, A. J. A busca do sentido da formação humana: tarefa da Filosofia da Educação. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 32, n. 3, p. 619 – 634, 2006.

SILVA, D. V. Envelhecimento, gênero e sexualidade: modos de pesquisar, modos de subjetivar. In: _____. **Gênero, sexualidade e envelhecimento**: (dês) articulações na educação e(m) saúde. 2022. 180 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

SILVA, M. F.; SILVA, J. A. Eu cresci assim! Afeminado, preto e viado: masculinidades, raça e sexualidades na UFRRJ/Instituto Multidisciplinar – RJ. **Anais do IV Seminário Internacional Desfazendo Gênero** – Corpos dissidentes, corpos resistentes: do caos à lama. Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/64116>. Acesso em: 03 de out. 2023.

SILVA, P. E. O conceito de branquitude: reflexões para o campo de estudo. In: MÜLLER, T. M. P.; CARDOSO, L. (Orgs.). **Branquitude**: Estudos sobre a identidade branca no Brasil. Curitiba: Appris, 2017. p. 19 – 31.

VIDARTE, P. A bixa como sujeito político. In: _____. **Ética bixa**: Proclamações libertárias para uma militância LGBTQ. São Paulo: n-1, 2019. cap. 3. p. 61 – 70.

VIGOYA, M. V. Genealogías, institucionalización y la cuestión del sujeto de la interseccionalidad. In: _____. **Interseccionalidad**: giro decolonial y comunitario. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2023. p. 37 – 54.

VINCI, C. F. R. G. A problematização e as pesquisas educacionais: sobre um gesto analítico foucaultiano. **Filosofia e Educação**. Campinas, v. 7, n. 2, p.195 - 219, 2015.

YORK, S. W. As (Trans)insurgências. In: _____. **TIA, VOCÊ É HOMEM? Trans da/na educação**: Des(a)fiando e ocupando os "cistemas" de Pós-Graduação. 2020. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

RONDINI, C. A.; TEIXEIRA FILHO, F. S.; LOMBARDI, L. S. Estratégias de formação e qualificação docente no enfrentamento da LGBTfobia nas escolas. In: RONDINI, C. A.;

KLEIN, A. M.; CRUZ, L. A. N.; GALINDO, M. A. (Orgs). **Educação, Sexualidades e Direitos Humanos no Contexto Escolar**. Porto Alegre: Fi, 2021. p. 45 – 57.

GLOSSÁRIO

- Erika Hilton** Erika Hilton é uma mulher negra que, durante a realização desta pesquisa, foi eleita em 2022 a primeira deputada federal trans/travesti pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), representando a população do Estado de São Paulo. Já tinha sido eleita vereadora, sendo a mulher mais votada no país no pleito de 2020, na cidade de São Paulo nas eleições anteriores. Inclusive foi a primeira mulher trans a ocupar uma cadeira na Câmara Municipal desta cidade. Tem uma atuação importante na luta pelos direitos da população LGBTI+, além de ser uma ativista pelos Direitos Humanos.
- Freddie Mercury** Cantor irreverente que foi vocalista da banda britânica de rock Queen. Era um homem cis, bissexual e branco que era reconhecido por suas performances no palco. Faleceu com 45 anos, em 1991, em decorrência de complicações acarretadas pelo vírus HIV.
- Gloria Groove** Drag queen, homem cis, gay, negra, cantora e atualmente está com 28 anos. Gloria Groove é um fenômeno do pop/funk nacional. Junto à outras personalidades da cena artística brasileira, ela é tida como uma das drag queens de maior sucesso da atualidade na cena fonográfica nacional.
- Hellena Malditta** Participante da primeira temporada do reality Drag Race Brasil (realizado em 2023), Hellena, 24 anos de idade, uma pessoa gênero fluido, negra e que faz drag queen, revelou em um dos episódios ser uma pessoa soropositiva, explicando a importância do uso e conhecimento da PrEP (Profilaxia Pré-Exposição). Além de sua participação emblemática no reality, foi vencedora do Miss Salvador Gay em 2022.
- Sylvia Rivera** Uma das figuras centrais, ao lado de nomes como Marsha P. Johnson, no evento histórico que ficou conhecido como Rebelião de Stonewall (1969), nos Estados Unidos – série de protestos feitos por pessoas LGBTI+ contra a LGBTI+fobia de policiais no bar Stonewall Inn, frequentado por essa população. Sylvia era uma mulher estadunidense, trans/travesti, descendente de mãe venezuelana e pai porto-riquenho, conhecida por ter sido uma ativista pelos direitos da população LGBTI+, fundando a S.T.A.R., uma casa de acolhimento para pessoas trans/travestis e drags que não possuíam lugar para morar ou trabalho em razão da LGBTI+fobia que vivenciaram.

APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido enviado às/aos discentes

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidada(o) para participar voluntariamente da pesquisa de mestrado no Programa de Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPFH/UERJ), intitulada de forma provisória “‘Não vou parar’: (r)existências contra a LGBTI+fobia na formação docente em um Instituto Federal (IF)” conduzida pelo pesquisador Yago Marinho Aquino do Nascimento, sob orientação da Prof^a. Dra. Giovanna Marafon.

Você foi indicada(o) para participar de conversas que se darão através de cartas trocadas por e-mails e sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador.

O objetivo desta pesquisa é conhecer a formação de licenciandas(os) em Gênero e Sexualidade, com enfoque no combate à LGBTI+fobia, através das experiências vividas na disciplina Gênero e Sexualidade na Formação de Professores ofertada para o curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro *campus* Duque de Caxias (IFRJ – CDuC).

Não há riscos relacionados com a sua participação nesta pesquisa. As informações obtidas por meio dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre a sua participação. Os dados serão divulgados de forma a não possibilitar a sua identificação, não havendo divulgação de seu nome ou situações que a(o) identifiquem. A análise dos resultados se dará através dos conteúdos expostos nas cartas, a partir do diálogo estabelecido entre o pesquisador e a(o) sujeita(o) da pesquisa.

Os resultados serão divulgados na defesa da dissertação de mestrado e em apresentações ou publicações com fins científicos e garantido o anonimato das(os) informantes. Você tem direito de conhecer e acompanhar os resultados dessa pesquisa. Participar desta pesquisa não implicará nenhum custo para você e, como voluntária(o), você também não receberá qualquer valor em dinheiro como compensação pela participação.

Caso você concorde em participar da pesquisa, assine no final desse documento que possui duas vias: uma é sua e a outra fica com o pesquisador

responsável. Abaixo seguem os dados institucionais e de contato do pesquisador responsável:

Yago Marinho Aquino do Nascimento, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPFH/UERJ). Telefone de contato do pesquisador: (21) 97097-6470, e-mail: yagomarinho.aquino@hotmail.com

Declaro que entendi os objetivos e meus direitos como participante da pesquisa e, por isso, concordo em participar.

_____, _____ de _____ de _____.
(Local)

Nome da(o) participante da pesquisa

(Assinatura da(o) participante)

APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido enviado à docente

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidada para participar voluntariamente da pesquisa de mestrado no Programa de Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPFH/UERJ), intitulada de forma provisória “‘Não vou parar’: (r)existências contra a LGBTI+fobia na formação docente em um Instituto Federal (IF)” conduzida pelo pesquisador Yago Marinho Aquino do Nascimento, sob orientação da Prof^a. Dra. Giovanna Marafon.

Você foi selecionada para participar de conversas que se darão através de cartas trocadas por e-mails e sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador.

O objetivo desta pesquisa é conhecer a formação de licenciandas(os) em Gênero e Sexualidade, com enfoque no combate à LGBTI+fobia, através das experiências vividas na disciplina Gênero e Sexualidade na Formação de Professores ofertada para o curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro *campus* Duque de Caxias (IFRJ – CDuC).

Os resultados serão divulgados na defesa da dissertação de mestrado e em apresentações ou publicações com fins científicos. Você tem direito de conhecer e acompanhar os resultados dessa pesquisa. Participar desta pesquisa não implicará nenhum custo para você e, como voluntária, você também não receberá qualquer valor em dinheiro como compensação pela participação.

Caso você concorde em participar da pesquisa, assine no final desse documento que possui duas vias: uma é sua e a outra fica com o pesquisador responsável. Abaixo seguem os dados institucionais e de contato do pesquisador responsável:

Yago Marinho Aquino do Nascimento, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPFH/UERJ). Telefone de contato do pesquisador: (21) 97097-6470, e-mail: yagomarinho.aquino@hotmail.com

Declaro que entendi os objetivos e meus direitos como participante da pesquisa e, por isso, concordo em participar.

_____, _____ de _____ de _____.

(Local)

Nome da participante da pesquisa

(Assinatura da participante)